



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

CLEUDIANA LIMA DA CUNHA

**OS DESAFIOS DA APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DA ESCOLA DE ENSINO
FUNDAMENTAL FRANCISCO ORDÔNIO**

Asunción – Paraguay

2023

CLEUDIANA LIMA DA CUNHA

**OS DESAFIOS DA APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DA ESCOLA DE ENSINO
FUNDAMENTAL FRANCISCO ORDÔNIO**

Tesis presentada y defendida en la
Universidad Autónoma de Asunción, como
requisito para la obtención del título Magíster em
Ciencias de la Educación.

Tutor: Dr. José Antonio Torres

Asunción – Paraguay

2023

Cleudiana Lima da Cunha.2023
Os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento da Escola de Ensino
Fundamental Francisco Ordônio.
123 p.

Tutor: Prof. Dr. José A. Torres
Maestría en Ciencias de la Educación
Universidad Autónoma de Asunción. 2023

1. Desafios 2. Aprendizagem 3. Processo 4.Alfabetização 5.Letramento

CLEUDIANA LIMA DA CUNHA

**OS DESAFIOS DA APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO
ORDÔNIO**

Esta tesis fue evaluada y aprobada en fecha ___/___/___ para la obtención del título de
Magíster en Ciencias de la Educación por la Universidad Autónoma de Asunción

Asunción-Paraguay

2023

Meu eterno agradecimento ao Deus por ter plantado sonhos em meu coração e me dado a oportunidade de vivenciá-los.

AGRADECIMENTOS

Em especial, toda a minha gratidão ao Espírito Santo de Deus, que plantou sonhos em meu coração e me deu a oportunidade de alcançá-los e vivenciá-los.

A minha família, em especial aos meus pais que sempre mim deram asas para voar, acreditaram nos meus sonhos e me deram oportunidade de alcançá-los.

A todos os professores que fizeram e fazem parte da minha trajetória estudantil.

Ao meu primeiro amor, Antônio Gabriel, que sempre esteve comigo desde o meu ventre até os dias de hoje.

A minha irmã Claudiana (*in memória*), quem tive a oportunidade de viver os melhores momentos da minha vida ao seu lado.

Aos meus alunos que sempre foram fonte inesgotável de inspiração...

A minha turma de mestrado.

Aos Professores do Mestrado, pelos ensinamentos recebidos.

A Universidade Autônoma de Assunção pela oportunidade da realização de um grande sonho: meu Curso de Mestrado.

“Quem ensina aprende ao ensinar, e quem
aprende ensina ao aprender.”

(Freire, 1996, p.25).

SUMÁRIO

RESUMO	x
RESUMEM	xi
LISTA DE QUADROS	xii
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiv
1 INTRODUÇÃO À INVESTIGAÇÃO	13
2 CONTEXTUALIZAÇÃO: MARCOS NORMATIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	18
2.1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.....	20
2.2 Plano Nacional de Educação (PNE)	23
2.3 Diretrizes Curriculares Nacionais.....	27
2.4 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	29
2.5 Fases de construção do letramento infantil.....	31
2.5.1 Concepções de alfabetização e letramento: dois conceitos e uma história.....	33
2.5.2 Os desafios de alfabetizar e letrar	35
2.5.3 Ambiente letrado e suas influências no processo de alfabetização	37
2.5.4 Gêneros textuais como eixo central do processo de alfabetização e letramento	40
2.6 O professor alfabetizador	42
2.6.1 Os saberes do professor alfabetizado.....	44
2.6.2 Importância da formação continuada	47
2.6.3 Entre o ensino e a aprendizagem: a relação professor e aluno	51
2.7 Planejamento no processo de alfabetização e letramento.....	54
2.7.1 A questão do método	56
2.7.2 Planejamento das práticas pedagógicas no processo de alfabetização e letramento	59
2.7.3 Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem.....	61
3 MARCO METODOLÓGICO	64
3.1 Justificativa da investigação	66
3.2 Problema da investigação	68
3.3 Objetivos da pesquisa	70
3.3.1 Geral	70
3.3.2 Específicos.....	70

3.4 Desenho metodológico	70
3.5 Contexto espacial e socioeconômico da pesquisa	72
3.5.1 Delimitação da pesquisa	75
3.6 Participantes da pesquisa	77
3.6.1 Professores.....	78
3.6.2 Alunos.....	78
3.6.3 Seleção dos participantes.....	78
3.7 Técnicas e instrumentos da coleta de dados	79
3.7.1 Entrevista semiestruturada.....	80
3.7.2 Observação participante	81
3.7.3 Validação dos instrumentos.....	82
3.7.4 Questões éticas	83
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	84
4.1 Percepção das dificuldades de aprendizagem dos alunos.....	85
4.2 Desafios de aprendizagem encontradas nas na sala de 2º ano do Ensino Fundamental.....	89
4.3 Estratégias de ensino utilizadas pelas professoras que contribuem com a aprendizagem dos alunos.....	94
4.4 Analisar os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento dos alunos do 2º ano na escola de Ensino Infantil Fundamental Francisco Ordônio	99
5 CONCLUSÕES	101
6 SUGESTÕES PARA O NÚCLEO GESTOR E PROFESSORES.....	104
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	110
APÊNDICE B – Relatório de Pesquisa.	113
APÊNDICE D – Formulário de Validação da Entrevista.....	119
APÊNDICE E – Pedido de autorização para a pesquisa feito a Escola.	121
ANEXO A – Autorização da Escola para desenvolvimento da pesquisa.....	123

RESUMO

A presente dissertação analisa os desafios de aprendizagem no processo de alfabetização e letramento na Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio, localizada em Tianguá/CE. Foi estruturada e embasada na seguinte questão problema: Quais os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento na escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio? O trabalho é justificado diante da necessidade de desenvolver iniciativas que visem a construção de novas metodologias, e evitem que os desafios de aprendizagem resultem em fracasso educacional. O objetivo geral da pesquisa é analisar os desafios de aprendizagem no processo de alfabetização e letramento dos alunos do 2º ano na escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio. Para responder a esse propósito, foram traçados os seguintes objetivos específicos: analisar como os professores percebem e expressam as dificuldades de aprendizagem de seus alunos; descrever os desafios de aprendizagem encontradas nas na sala de 2º ano do Ensino Fundamental; Identificar as estratégias de ensino utilizadas pelas professoras que contribuem com a aprendizagem dos alunos. Participaram da investigação: a coordenação, professores e alunos do 2º ano do Ensino Fundamental da Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio, em Tianguá/CE. Para a realização deste trabalho adotou-se a pesquisa descritiva, transversal, com enfoque qualitativo. Na coleta de dados foram utilizados como instrumentos, questionários abertos direcionados a cada categoria de participantes. As respostas obtidas foram analisadas individualmente, dentro de cada objetivo específico correspondente as questões, com base no referencial teórico. A presente investigação traz como contribuições subsídios a problematizações que permitam a formulação de novas perguntas, abordagens teórico-metodológicas, tendo em vista que os desafios de aprendizagem dos alunos representam um enorme desafio para a educação e sinalizam a necessidade de ferramentas pedagógicas eficazes. Contudo, lecionar é um grande desafio dentro do universo educacional, já que os professores precisam entender quais serão as melhores formas de atuação dentro da sala de aula. Ao término da pesquisa pode-se inferir que as metodologias e estratégias utilizadas para o processo de alfabetização e letramento, apesar de apresentar alguns aspectos que necessitam serem reconsiderados, já registram resultados significativos.

Palavras-chave: Desafios; aprendizagem; processo de ensino e aprendizagem; alfabetização; letramento.

RESUMEM

La presente disertación analiza los desafíos de aprendizaje en el proceso de alfabetización y letramiento en la Escuela Primaria Francisco Ordônio, ubicada en Tianguá/CE. Fue estructurado y basado en la siguiente pregunta problema: ¿Cuáles son los desafíos del aprendizaje en el proceso de alfabetización y letramiento en la Escuela Primaria Francisco Ordônio? El trabajo se justifica por la necesidad de desarrollar iniciativas encaminadas a construir nuevas metodologías y evitar que los desafíos de aprendizaje se traduzcan en fracaso educativo. El objetivo general de la investigación es analizar los desafíos de aprendizaje en el proceso de alfabetización y letramiento de los alumnos del 2º año de la Escuela Primaria Francisco Ordônio. Para dar respuesta a este propósito, se plantearon los siguientes objetivos específicos: analizar cómo los docentes perciben y expresan las dificultades de aprendizaje de sus alumnos; describir los desafíos de aprendizaje encontrados en el segundo año de la escuela primaria; Identificar las estrategias didácticas utilizadas por los docentes que contribuyen al aprendizaje de los estudiantes. Participaron de la investigación: la coordinación, docentes y alumnos del 2º año de Educación Básica de la Escuela Básica Francisco Ordônio, en Tianguá/CE. Para la realización de este trabajo se adoptó una investigación descriptiva, transversal con enfoque cualitativo. En la recolección de datos se utilizaron como instrumentos cuestionarios abiertos dirigidos a cada categoría de participantes. Las respuestas obtenidas fueron analizadas individualmente, dentro de cada objetivo específico correspondiente a las preguntas, con base en el marco teórico. La presente investigación aporta subsidios a problematizaciones que permitan la formulación de nuevos cuestionamientos, abordajes teórico-metodológicos, considerando que los desafíos de aprendizaje de los estudiantes representan un gran desafío para la educación y señalan la necesidad de herramientas pedagógicas efectivas. Sin embargo, la docencia es un gran desafío dentro del universo educativo, ya que los docentes necesitan entender cuáles serán las mejores formas de actuar dentro del aula. Al final de la investigación, se puede inferir que las metodologías y estrategias utilizadas para el proceso de alfabetización y letramiento, a pesar de presentar algunos aspectos que necesitan ser reconsiderados, ya registran resultados significativos.

Palabras clave: Desafíos; aprendizaje; proceso de enseñanza y aprendizaje; alfabetización; letramiento.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Participantes da pesquisa.....	78
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização geográfica no Brasil.....	72
Figura 2 -	Localização geográfica do Estado do Ceará.....	74
Figura 3 -	Escola participante da pesquisa.....	76
Figura 4 -	Pátio da escola.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE -	Atendimento Educacional Especializado
BNCC -	Base Nacional Comum Curricular
BRICs -	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
CE -	Ceará
CEASA -	Central de Abastecimento do Ceará S/A
CF -	Constituição Federal
CNE -	Conselho Nacional de Educação
CREDE -	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
DCN -	Diretrizes Curriculares Nacional de Educação
EF9A -	Ensino Fundamental de 9 anos.
ENEM -	Exame Nacional do Ensino Médio
G20 -	Grupo dos 20.
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB -	Lei das Diretrizes e Bases da Educação
MAIS PAIC -	Programa de Aprendizagem na Idade Certa
MEC -	Ministério da Educação e Cultura
PIB -	Produto Interno Bruto
PIPAS -	Projeto de Intervenção para a Recomposição de Aprendizagens
PNA -	Política Nacional de Alfabetização
PNAIC -	Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNE -	Plano Nacional de Educação
Projeto JEPP -	Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos
R\$ -	Real
SEDUC -	Secretaria de Educação
SPAECE -	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TCLE -	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ZDP -	Zona de Desenvolvimento Proximal
ZDR -	Zona de Desenvolvimento Real

1 INTRODUÇÃO À INVESTIGAÇÃO

Esta pesquisa aborda questões específicas sobre os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização das turmas de 2º ano, tendo como temática os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento da Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio na cidade de Tianguá/CE.

Estamos vivenciando um período em que cada vez mais surgem temáticas e discursões sobre o processo de alfabetização e letramento. Professores se desdobram e se esforçam cada vez mais pensar a educação e o ensino de forma significativa, para alcançar a real educação que almejamos.

O tempo atual é desafiador, tempo de inovação que requer do profissional de educação uma constante busca por conhecimento para assim validar a sua prática. As novas práticas sociais de leitura e escrita, requer do professor um desprendimento das antigas práticas pedagógicas.

Neste cenário o professor, como mediador desse processo, deve perceber que práticas devem ser inseridas no contexto educacional dessas crianças que iniciam o seu processo de formação.

É possível até mesmo fora do ambiente escolar viabilizar estas práticas, mas na escola este processo é mais contínuo e sistemático. Alfabetização e letramento são fatores necessários no processo ensino-aprendizagem das crianças e estes devem estar inter-relacionados nas práticas pedagógicas aplicadas no cotidiano da sala de aula.

O interesse pela temática desta pesquisa nasceu na autora, pela sua experiência profissional na função de professora alfabetizadora por 15 anos em escolas da rede pública e particular. A jornada como professora alfabetizadora nasceu no ano de 2010 em uma instituição pública, onde fui ser professora do 1º ano do ensino fundamental, naquela época não tinha nenhuma formação na área de alfabetização, porém já fazia pós-graduação em psicopedagogia.

Para subsidiar o trabalho desenvolvida em sala tive uma formação continuada pela Secretaria de Educação do Município, no qual me preparou para exercer essa função tão importante na vida das crianças, formação essa que foi um divisor de águas na minha vida profissional, pois a partir desse trabalho tive notoriedade por parte de outras instituições.

A alfabetização e o letramento é a base para uma educação sólida, contribuir para que os professores possam desenvolver a leitura e a escrita de forma significativa é um privilégio, pois o número de crianças que não conseguem se apropriar desse processo tão importante na vida é alarmante, daí a importância de investir em estudos que abordem essa temática tão

importante para a nossa sociedade.

Para assegurar aos alunos seu direito de aprender a ler e escrever, é indispensável que os professores tenham assegurado seu direito de aprender a ensiná-los.

Cabe às instituições formadoras a responsabilidade de preparar todo professor que alfabetiza crianças, jovens e adultos para encarar os aprendizes como pessoas que precisam ter sucesso em suas aprendizagens para se desenvolverem pessoalmente e para terem uma imagem positiva de si mesmos.

Desenvolver um trabalho de alfabetização e letramento adequado às necessidades de aprendizagem dos seus alunos, requer do professor um olhar diferenciado acreditando que todos são capazes de aprender.

Os docentes precisam ser um modelo de referência para os alunos como: leitor, escritor e como parceiro durante nas atividades, realizando as intervenções necessárias e eficazes utilizando o conhecimento disponível sobre os processos de aprendizagem dos quais depende a alfabetização, para planejar suas aulas e seus materiais didáticos.

O desenvolvimento das competências profissionais é condição para que os professores alfabetizadores ensinem todos os seus alunos a ler e escrever. Não é possível ensinar a todos quando se sabe ensinar apenas àqueles que iriam aprender de qualquer forma, por viverem em um contexto que provê condições e favorece suas aprendizagens.

Para ensinar a minoria, ou seja, aqueles que não conseguiram se apropriar desse processo tão complexo que é a alfabetização e o letramento é necessário conhecimento com base em evidências científicas, requerendo do profissional um olhar diferenciado e uma formação sólida.

A presente pesquisa é de total relevância, tendo em vista que os desafios de aprendizagem dos alunos representam um enorme desafio para a educação e sinalizam a necessidade de ferramentas pedagógicas eficazes. Educar alunos para a vida não demanda apenas transmitir conteúdos, mas também ensiná-los a viver, a administrarem suas vidas e a se relacionarem uns com os outros.

Contudo, lecionar é um grande desafio dentro do universo educacional, já que os professores precisam entender qual será sua melhor forma de atuação dentro da sala de aula. O ato de ensinar requer que professores transformem a vida dos alunos através de processos permanentes de aprendizagem.

Dentro deste contexto, a presente pesquisa visa contribuir na análise de fatores que estão embutidos nos desafios de aprendizagem que os alunos apresentam no processo de alfabetização e letramento, caracterização específica de alunos apontados e detectados como

crianças com desafios de aprendizagem, face aos seus processos de aprendizagem e em relação ao meio ao qual fazem parte e percepção dos professores sobre o grau de importância despendida ao assunto e eventual carência de esclarecimento sobre o tema em estudo.

Os desafios de aprendizagem são oriundos de uma dificuldade manifestada na aprendizagem simbólica, independentemente de uma adequada inteligência ou desenvolvimento de um adequado método de ensino.

No entanto para que esses desafios em leitura e escrita possam ser solucionados é necessário haver toda uma reciclagem dos currículos e dos métodos.

Não é só as crianças e jovens de classes desfavoráveis que sentem obstáculos de aprendizagens. As crianças de classes favoráveis passam por desafios de aprendizagem, pois muitas vezes as pressões exercidas pelo sistema de ensino e pelas famílias refletem em impedimentos de aprendizagem.

Há de se considerar que existem desafios de aprendizagem em leitura e escrita que são relacionadas às causas pedagógicas, ou seja técnicas, métodos e ações educacionais que não são condizentes com o potencial das crianças.

Dessa forma surge a pergunta que norteará essa investigação que visa saber: Quais os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento na escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio?

Para elucidar as dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita sejam elas de causas orgânicas ou mais complexas, faz se necessário e imprescindível avaliar toda a dimensão que caracteriza o problema. Quais os desafios de aprendizagem mais comuns entre as crianças nas classes de alfabetização que podem ser elencadas e encontradas com maior frequência? Como o professor vê os desafios de aprendizagem dos alunos? Quais são os principais desafios enfrentados pelos professores no processo de alfabetização e letramento? Quais as ações educativas realizadas pelas escolas para superar tais desafios de aprendizagem?

É fácil observar as mudanças que acontecem no mundo e na sociedade em que vivemos. Principalmente no que se refere a tecnologia e inovação, pois a velocidade destas mudanças está cada vez maior. Vivemos hoje uma realidade muito diferente de poucos anos atrás. Mudaram os hábitos e aos costumes das pessoas, a forma de se comunicar e obter informações, grandes e consolidadas empresas perderam espaço para novas marcas com propostas inovadoras e diferenciadas.

As escolas ainda não possuem métodos muito modernos para ensinar e prender a atenção dos alunos e assim acabam se dispersando durante as aulas. Desenvolver novos métodos de ensino para atender a nova geração é um desafio.

Para nortear nossa pesquisa objetivo foi analisar os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento dos alunos do 2º ano na escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio?

Para esclarecer tais desafios se fez necessário ser mais objetivo elencando três objetivos mais preciso que foram: analisar como os professores percebem e expressam as dificuldades de aprendizagem de seus alunos; descrever os desafios de aprendizagem encontradas nas na sala de 2º ano do Ensino Fundamental e identificar as estratégias de ensino utilizadas pelas professoras que contribuem com a aprendizagem dos alunos.

Para que fosse possível responder aos questionamentos e alcançar os objetivos propostos nesse estudo, utilizamos a abordagem qualitativa, em que possibilitou compreender e analisar os fenômenos correspondentes aos desafios do processo de alfabetização e letramento.

Bem como, a pesquisa apresenta enfoque descritivo, pois descrevemos as reais situações e os desafios diários referente aos participantes desse estudo que foram os professores, alunos e a coordenadora.

A pesquisa foi realizada na Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio na cidade de Tianguá-CE, onde atende alunos na modalidade do Ensino Fundamental. No qual enfatizamos mais uma vez que os participantes são compostos pelos professores e coordenadora desse centro educativo.

Trata-se de uma investigação de cunho qualitativo descritivo em que possibilitou através das respostas dos participantes compreender os desafios do processo de ensino e aprendizagem dessa comunidade escolar no processo de alfabetização e letramento.

Tivemos como apoio técnico as entrevistas que foram aplicados aos participantes em que as informações recolhidas foram analisadas, percebemos que os desafios de aprendizagem da referida instituição estão ligados a ordens internas e externas.

As dificuldades de Aprendizagem são apresentadas em função de uma situação orgânica ou psicológica. Funções essas que envolve a memorização, o armazenamento de informações por parte da criança. Entende-se por situação orgânica ou impedimento orgânico, aquelas dificuldades cujas causas advêm em função de déficit, deficiências, transtornos e, até mesmo, quadros químicos, como desnutrição, subnutrição e intoxicação por substâncias, como álcool e drogas ilícitas.

Há de se considerar que existem dificuldades de aprendizagem que são relacionadas às causas pedagógicas, ou seja, quando técnicas, métodos e ações educacionais não são condizentes com o potencial da criança. Isto quer dizer, quando os professores usam situações pedagógicas, que não possibilitam uma percepção tampouco um acompanhamento das ações

educacionais. Este quadro vai se acumulando, e a criança fica sem o conhecimento base.

Para agravar ainda mais a situação, a criança é rotulada de “preguiçosa”, “distraída” e “burra”, o que muito contribui para diminuir sua autoestima. Este comportamento por parte dos pais e da escola pode levar a criança a inibição e ao desinteresse.

Dessa forma se faz necessário oferecer as crianças com dificuldades de aprendizagem multirecursos, bem como desenvolver estratégias que valorizem sua autoestima e assim a sua aprendizagem possa fluir.

Cada criança tem um ritmo próprio para aprender e, conseqüentemente, caminhos e formas também diferenciados. A aprendizagem é gradual, isto é, vamos aprendendo aos poucos durante toda a vida, portanto, ela é um processo constante e contínuo. Cada indivíduo tem seu ritmo e estilo próprio de aprendizagem que, aliado a seu esquema próprio de ação, irá construir sua individualidade e sua aprendizagem.

A aprendizagem como parte de um processo de construção se dá na interação do sujeito com o meio. Meio este constituído inicialmente pela família, acrescido da escola e do convívio social. É muito importante o papel de cada um desses elementos no processo de aprendizagem. Qualquer falha em um deles poderá acarretar um problema de aprendiz

A aprendizagem é encarada como um processo dinâmico, onde o aluno tem um papel ativo, esta interação e atuação o fará um aluno protagonista, ou seja, um aluno que constrói a sua aprendizagem.

Referente a estrutura da dissertação: Na parte 01 retratamos as leis que regem as políticas públicas no Brasil, as fases de Construção do Letramento Infantil, o professor alfabetizador e o papel do planejamento no processo de alfabetização e letramento. Na parte 02 abordamos o Marco Metodológico em que relatamos passo a passo da investigação. Na parte 03 apresentamos as técnicas, o desenho metodológico, o contexto da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, análises dos dados e as devidas conclusões acerca do tema, como também relatamos nossas sugestões que servirão de base para estudos futuros.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO: MARCOS NORMATIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

A partir do final século XX, os problemas de analfabetismo no Brasil tornaram-se presentes na agenda das políticas educacionais, que por sua vez foram materializadas em dispositivos legais tais como a Constituição Federal (CF) de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), as Diretrizes Curriculares (2014-2024) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017), que garantem minimamente o direito social de todo os brasileiros de terem acesso a uma Educação de qualidade.

A sociedade enquanto forma de organização dos indivíduos, admite a criação de leis que regem o caminhar social, na busca de igualdades de direitos e deveres ao bem coletivo, este movimento que designamos de política, influenciado por fatores econômicos, culturais, históricos e de poder, também é encontrado na educação, que vão direcionar e planejar a educação pública de qualidade.

Não desconsiderando os movimentos educacionais anteriores e confirmando a importância destes no desenvolvimento da Educação no Brasil, percebe-se, porém, uma abordagem mais efetiva no contexto da educação após a publicação e aprovação da LDB de 1996. O assunto aparece nas mídias e envolve professores, pais, educandos, o setor econômico e a sociedade em geral, mobilizando também o setor público e os responsáveis pela gestão da educação. Muitas políticas e programas estão sendo criados e incorporados ao dia a dia escolar.

A Educação Básica Brasileira vai ser organizada com a LDB e nesta, a educação passa a ser instituída pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Essa organização dos níveis da Educação Brasileira possibilitou uma maior articulação entre as Políticas Públicas Educacionais, que podem ser pensadas de forma a expandir a qualidade educacional em todas as fases. Em termos gerais pode-se dizer que a Educação Básica se refere, então, ao conjunto de atividades formais e não formais destinadas a suprir as necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, o fator que garante o direito à educação e a sua inscrição é a idade, estabelecida dos quatro aos dezessete anos de idade como obrigatoriedade (Brasil, 1996).

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, fez entrar em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 – o segundo PNE aprovado por lei. É um instrumento de planejamento do Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. Nesse novo texto, fruto de amplos debates entre diversos atores sociais e o poder público, estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis

desde o infantil, básico e superior a serem executados nos próximos dez anos (Brasil, 2014).

O Plano Nacional de Educação ficará em vigor de (2014-2024), traz dez diretrizes, entre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais.

De acordo com o art. 7º dessa nova lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas e implementar as estratégias previstas no texto. O Plano Nacional de Educação é uma lei viva, a ser lida, revisitada e, principalmente, observada. O seu cumprimento é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de Educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação (Brasil, 2014).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica estão postas pela emergência da atualização das políticas educacionais que consubstanciem o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo.

Têm estas Diretrizes por objetivos:

I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;

II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam (Brasil, 2014, pp7-8)

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto gradual das aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem. A BNCC está orientada por princípios éticos, políticos e estéticos, esse documento visa fortalecer o respeito às diferenças e diversidade, visando uma educação integral.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (2017, p.89) o processo de alfabetização deve acontecer nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, “à criança esteja cercada e

participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize.” Desse modo as crianças precisam consolidar o processo de alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental, em consonância com o processo de letramento que se estende ao longo da vida.

2.1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996

A Educação Básica é hoje um objeto de múltiplos interesses, encontra-se em uma sociedade que carrega o peso da desigualdade social e econômica, consequências de um modelo de produção capitalista que influencia diretamente nas políticas públicas educacionais, tornando um desafio à oferta da educação para todos, mas também a garantia da qualidade desta oferta, voltada para uma sociedade de direitos, mais justa e democrática.

Muitas mudanças têm sido feitas na busca de melhorar as condições de educação, de melhoria dos serviços prestados, da garantia e ampliação ao acesso aos processos educacionais. O movimento de implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos se insere nessas mudanças, por isso se desperta a necessidade de conhecer os processos que fazem parte do contexto dessa ampliação.

Trata-se da implantação do Ensino Fundamental de 9 anos (EF9A) pela Lei n.º 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. O artigo 32 diz: “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão” (Brasil, 2006).

Em 11 de abril de 2019, sai o Decreto N° 9.765 que institui a Política Nacional de Educação (PNA). O lançamento dessa política representa um marco para a Educação brasileira, depois de 16 anos da publicação do relatório final da “Alfabetização Infantil: os novos caminhos”, elaborado a pedido da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, o Brasil dá o primeiro passo para ingressar no rol de países que buscam fundamentar em evidências científicas suas políticas públicas para a alfabetização (Brasil, 2019a).

O progresso nos estudos depende da aquisição de conhecimentos básicos, conhecimentos esses que são adquiridos nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Sem saber ler com compreensão, escrever corretamente e sem dominar conceitos básicos de matemática, a criança não conseguirá percorrer com êxito sua trajetória escolar nem terá igualdade de condições e de oportunidades para alcançar seu desenvolvimento pessoal e para contribuir com a sociedade.

A elaboração da PNA surge como um esforço do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para melhorar os processos de alfabetização no Brasil e os seus resultados.

Segundo o Plano Nacional de Educação em seu capítulo I:

Art. 1º. Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal. (Brasil, 2019a, p.15).

Nesse sentido, cabe a toda sociedade a responsabilidade desempenhar e promover uma formação básica de qualidade a todos os cidadãos, baseadas em políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à numeracia.

No seu artigo 2º ele dispõe de alguns conceitos relacionados ao Plano Nacional de Educação que são:

- I - alfabetização - ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão;
- II - analfabetismo absoluto - condição daquele que não sabe ler nem escrever;
- III - analfabetismo funcional - condição daquele que possui habilidades limitadas de leitura e de compreensão de texto;
- IV - Consciência fonêmica - conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente;
- V - Instrução fônica sistemática - ensino explícito e organizado das relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada;
- VI - Fluência em leitura oral - capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia;
- VII - literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva;
- VIII - literacia familiar - conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores;
- IX - Literacia emergente - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização;
- X - numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática; e
- XI - educação não formal - designação dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem fora dos sistemas regulares de ensino. (Brasil, 2019a, p.16)

O Plano Nacional de Educação tem como um dos seus princípios a ênfase no ensino dos seis componentes essenciais para a alfabetização: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção escrita.

No artigo 3º encontramos alguns princípios que norteiam as práticas de alfabetização e letramento são:

- I- integração e cooperação entre os Entes Federativos, respeitado o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição ;

- II - adesão voluntária dos entes federativos, por meio das redes públicas de ensino, a programas e ações do Ministério da Educação;
 - III - fundamentação de programas e ações em evidências provenientes das ciências cognitivas;
 - IV - ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:
 - a) consciência fonêmica;
 - b) instrução fônica sistemática;
 - c) fluência em leitura oral;
 - d) desenvolvimento de vocabulário;
 - e) compreensão de textos; e
 - f) produção de escrita;
 - V - adoção de referenciais de políticas públicas exitosas, nacionais e estrangeiras, baseadas em evidências científicas;
 - VI - integração entre as práticas pedagógicas de linguagem, literacia e numerácia;
 - VII - reconhecimento de que o desenvolvimento integral da criança pressupõe a inter-relação e a interdependência dos domínios físico, socioemocional, cognitivo, da linguagem, da literacia e da numerácia;
 - VIII - aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática básica como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania;
 - IX - igualdade de oportunidades educacionais; e
 - X - reconhecimento da família como um dos agentes do processo de alfabetização.
- (Brasil, 2019a, p.16).

O processo de alfabetização e letramento estão interligados, as crianças na Educação Infantil fazem uso social da escrita, ou seja, estão inseridas em práticas de letramento para em seguida se apropriarem do processo de alfabetização. O letramento ele se desenvolve ao longo da vida, já o processo de alfabetização ele precisa acontecer nos primeiros anos do Ensino Fundamental. A aprendizagem da língua escrita é uma condição necessária para a continuidade do processo de escolarização em todas as áreas e todos os níveis de ensino.

Ter acesso à escola, mas não ter acesso a um ensino de qualidade significa não conquistar igualdade de direitos e de possibilidades. Estudos e pesquisas sobre as relações entre a oralidade e a escrita, desenvolvidos pelas ciências da linguagem, particularmente a Fonética e a Fonologia, e pela Psicologia, contribuem com evidências sobre o objeto da aprendizagem da língua escrita e sobre o processo dessa aprendizagem.

A aprender o sistema alfabético não é aprender um código, memorizando relações entre letras e sons, mas compreender o que a escrita representa. A alfabetização em evidências de pesquisas não é impor um método, mas propor que programas, orientações curriculares e práticas de alfabetização sempre tenham em conta os achados mais robustos das pesquisas científicas.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) é uma política de Estado instituída para fomentar programas e ações voltados à alfabetização com base nas mais recentes evidências científicas, no intuito de melhorar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo absoluto e funcional no território brasileiro.

Vejam os alguns objetivos da Política Nacional de Educação:

Art. 4º. São objetivos da Política Nacional de Alfabetização:

I - elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numerácia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;

II - contribuir para a consecução das Metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação de que trata o Anexo à Lei nº 13.000, art. 55, de 25 de junho de 2014;

III - assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País;

IV - impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes etapas e níveis; e

V - promover o estudo, a divulgação e a aplicação do conhecimento científico sobre literacia, alfabetização e numerácia. (Brasil, 2019a, p.16).

Basear a alfabetização em evidências de pesquisas não é impor um método, mas propor que programas, orientações curriculares e práticas de alfabetização sempre tenham em conta os achados mais robustos das pesquisas científicas. Desse modo, uma alfabetização baseada em evidências traz para o debate sobre o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita a visão da ciência, dados da realidade que já não podem ser ignorados nem omitidos.

Como afirma Ehri (2014, p.21) “um bom leitor é aquele que identifica palavras com precisão, fluência e velocidade, dentro e fora de textos.” O objetivo da leitura é a compreensão, nós lemos para compreender, mas ler não é compreender.

Para ler um texto com compreensão, é preciso adquirir várias habilidades. Algumas delas não necessitam de instrução explícita e sistemática, como conhecimento de mundo, conhecimento morfosintático, raciocínio verbal e familiaridade com livros e outros materiais impressos. Outras exigem ensino explícito, como a consciência fonêmica e a decodificação de palavras – da qual resulta o reconhecimento automático de palavras. Essas habilidades vão-se unindo gradualmente como fios numa corda, e assim a leitura se torna cada vez mais proficiente.

Com a automatização das habilidades de reconhecimento de palavras é liberado espaço na memória para os processos de compreensão.

2.2 Plano Nacional de Educação (PNE)

Atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), por determinação do artigo 214 da Constituição Federal, estabelece em seu artigo 9º que, cabe à União elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE), com a colaboração dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os dois artigos subsequentes dessa Lei determinam a incumbência dos estados e municípios, respectivamente, quanto à elaboração dos planos de sua competência. Ou seja, em observância ao PNE, estes entes federados devem elaborar e aprovar planos específicos para

atender as características, demandas e necessidades próprias (Brasil, 1988; 1996)

O Plano Nacional de Educação é determinado pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação LDB:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior. (Brasil, 1996, pp.11-13).

Nesse sentido, o PNE é um documento que estabelece metas e estratégias que têm por finalidade direcionar esforços para a melhoria da qualidade e da oferta da educação escolar num prazo de dez anos, a partir da implantação e implementação de políticas públicas para este fim.

O atual PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), vigorará de 2014 a 2024. De forma geral, o PNE vigente possui vinte metas para todos os níveis e modalidades de ensino, sendo que para cada uma delas foram traçadas estratégias para o seu alcance. No entanto, para este trabalho, discutimos a meta 5, que é a de: “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º(terceiro) ano do ensino fundamental” (Brasil, 2014, p.58).

Este recorte teórico tem como objetivo discutir e refletir sobre um dos maiores problemas da educação brasileira, que é a dificuldade que os estudantes dos anos iniciais do

Ensino Fundamental encontram ao aprender a ler e a escrever, com capacidade adequada de comunicação e interação social, a partir das estratégias traçadas para esta meta.

Nosso foco é a meta 5: todas as crianças alfabetizadas até os oito anos de idade. Sem dúvida essa meta deve ser seguida por todos os educadores brasileiros, dando condições instrumentais para que a criança siga aprendendo e ampliando seus conhecimentos nos outros anos escolares, com domínio da escrita, da leitura e da aritmética.

Na meta 05 são descritas sete estratégias para serem seguidas que são:

- 5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;
- 5.2) instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
- 5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;
- 5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.5) apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;
- 5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;
- 5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. (Brasil, 2014, pp.58-59)

A primeira estratégia do PNE, objetiva estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola. Para isso, entende-se a necessária qualificação e valorização dos professores alfabetizadores, com apoio pedagógico específico.

Já a segunda estratégia, visa instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para avaliar anualmente os alfabetizandos. Aliado a esta medida, orienta-se aos sistemas de ensino e as escolas a criarem instrumentos de avaliação e monitoramento do desenvolvimento acadêmico das crianças, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes no prazo previsto para este primeiro ciclo de estudos.

A terceira estratégia diz respeito ao uso de tecnologias educacionais como coadjuvantes no processo de alfabetização das crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, assim como o acompanhamento e disponibilização de seus resultados como recursos metodológicos.

A quarta estratégia, em consonância com a anterior, visa promover o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e a aprendizagem das crianças, consideradas as várias abordagens metodológicas e sua efetividade nos diferentes contextos de ensino.

A quinta estratégia, reporta-se à diversidade no contexto de alfabetização, sendo elas: crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, observando a necessidade de produção de materiais didáticos específicos, e desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas.

A penúltima estratégia, busca promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças. Para isso, orienta a necessidade de conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

Oliveira (2015, p.137) afirma que as tecnologias são impactantes quando promovem a aprendizagem. No processo de ensino, a autoridade do professor reside no conhecimento que possui do que ensina, no entanto, segundo o autor “[...] tecnologia não é vacina, não elimina o esforço e não vai tornar mais fácil aprender.” Todavia, acreditamos que as tecnologias digitais e outras contribuem, metodologicamente, com o processo de ensino e aprendizagem, porém, é preciso questionar e refletir sobre as condições materiais em que se encontram as escolas brasileiras, principalmente as da educação básica, sem computadores ou quando existem, são obsoletos e, muitas vezes, inoperantes.

A sétima e última estratégia é dedicada à alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Das sete estratégias constantes do PNE, Brandão (2014) elege como preponderantes, em sua discussão, a segunda e a sexta. A segunda diz respeito à realização de avaliação anual para aferir a alfabetização das crianças, o que para este autor, embora necessária, essa estratégia reflete a concepção de um valor “excessivo” a esse instrumento de verificação de aprendizagem. Já a sexta estratégia, diz respeito à formação dos professores alfabetizadores, em suas fases

inicial e continuada. Trata-se de uma estratégia imprescindível, uma vez que a qualificação do professor, quase sempre, reflete na qualidade do que e do como ensina, entretanto, abarca as demais estratégias elencadas na meta discutida.

2.3 Diretrizes Curriculares Nacionais

As Diretrizes Curriculares são um “conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica que orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas”. De fato, são dispositivos normativos de caráter obrigatório para a Educação Básica que são responsáveis por orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino (Brasil, 2013, p.10).

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Resolução nº. 4, de 13 de julho de 2010, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Brasil, 2010a).

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas sequentes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico (Brasil, 2010a, p.1).

Embora as diretrizes orientem que o processo educativo deve ocorrer de forma orgânica, sequencial e articulada, com a Lei de Ampliação do Ensino Fundamental (Lei n.º 11.274/2006), o período de alfabetização foi delimitado para os três primeiros anos que devem corresponder ao primeiro ciclo ou ciclo da alfabetização (Brasil, 2006, p.38).

Passou-se a acreditar também que a reprovação não era a melhor estratégia para “dar conta” de aprendizagens não realizadas e que era necessário investir em um prolongamento de tempos e de experiências de aprendizagem para que o sistema de escrita alfabético fosse adquirido. Neste contexto, o Estado brasileiro ampliou o ensino fundamental para nove anos, antecipando o direito da criança à educação formal, e criou o ciclo da alfabetização, dando ao estudante três anos para que se efetivasse o domínio do nosso sistema de escrita.

A ampliação do Ensino Fundamental traz para a escola um desafio importante relacionado à educação da criança pequena, visto que, neste caso, as crianças de seis anos que frequentavam a educação infantil passam a frequentar o primeiro ano do Ensino Fundamental.

A legislação procura responder a este desafio determinando a prolongação dos objetivos da formação básica das crianças definidos para a educação infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No que diz respeito à atenção à criança as Diretrizes Curriculares Nacionais orientam que:

Art. 24. Os objetivos da formação básica das crianças, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro, e completam-se nos anos finais, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo, mediante:

I - Desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - Foco central na alfabetização, ao longo dos 3 (três) primeiros anos. (Brasil, 2013, p.38)

Em 2010, o CNE aprovou também a Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. O documento tem por objetivo reforçar as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e, neste sentido, procura delinear o currículo dos três anos iniciais do ensino fundamental.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) Anos, o currículo é entendido como sendo “constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados” (Brasil, 2010, p.23).

Nesse sentido,

Art. 30. Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

I – a alfabetização e o letramento;

II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;

III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro (Brasil, 2010, p.137)

As Diretrizes defendem a constituição de “um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção” nos três anos iniciais do ensino fundamental, mesmo se a escola ou o sistema de ensino optem pelo regime seriado. A intenção é “ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos” (Brasil, 2010b, p.137).

Nesse sentido as Diretrizes Curriculares afirmam que:

[...] cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as

diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades (Brasil, 2010b, p.137)

Diante do exposto, é importante refletir sobre avanços, limites e/ou possibilidades da ampliação do ensino fundamental de nove anos, com foco na alfabetização. Nesta direção é possível apontar avanços ou pontos positivos, quais sejam: ampliação/ universalização, mesmo que gradativa, da escolarização; inclusão pela alfabetização; inserção da criança pequena na cultura escrita e nos seus usos sociais; tendência à desconstrução da lógica seriada com a instituição do ciclo de alfabetização.

Assim, devemos considerar os avanços, mas também os limites e/ou desafios impostos aos processos de alfabetização e letramento a partir da implementação do ensino fundamental de nove anos.

Segundo Souza e Scaff (2011, p.53):

[...] temos que considerar como positiva a implantação do ensino fundamental de nove anos, na medida em que garante mais um ano escolar para a criança, porém, apenas a inclusão, sem um planejamento político e pedagógico que possibilite além do acesso, a permanência e o aprendizado de qualidade, a garantia do direito permanecerá apenas nos documentos legais e sua efetivação se tornará utópica

A superação dos limites e desafios, sobretudo no que diz respeito ao “acesso, à permanência e ao aprendizado de qualidade”, demandam “planejamento político e pedagógico” no que concerne aos processos escolares de alfabetização e às condições para que seja materializada com estrutura e materiais escolares adequados, formação de professores, práticas pedagógicas e currículo que atenda aos interesses e necessidades das crianças pequenas. No caso aqui em estudo, à garantia da alfabetização e do letramento.

2.4 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem ocupado lugar de destaque nos debates e diálogos atuais sobre as políticas educacionais, bem como os posicionamentos que norteiam as escolhas e decisões curriculares dos mais diversos grupos sociais.

A BNCC foi homologada em 2017, surgindo como documento normativo, que propõe as aprendizagens primordiais a serem trabalhadas e alcançadas por todos os alunos da Educação Básica. Configura-se como referência para reelaboração dos currículos de todos os sistemas de ensino, tendo o prazo de implementação até 2020, com exceção do Ensino Médio. Sua organização está baseada em aprendizagens, competências, habilidades visando o desenvolvimento de uma educação integral.

Fundamentada em questões essenciais que necessitam ser ensinadas nas áreas de conhecimento e por componentes curriculares (Matemática, Linguagens e Ciências da Natureza e Humanas) a BNCC é obrigatória no sistema educacional brasileiro, respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Brasil, 2013) e pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014).

O referido documento é longo e complexo, formado por questões teóricas, legais, metodológicas e conceituais que procuram reorganizar os currículos das escolas brasileiras. A resolução do Conselho Nacional de educação (CNE/CP), nº 2, de 22 de dezembro de 2017, estabelece as competências para cada área do conhecimento que precisam ser contempladas nos currículos e nas práticas docentes, dando destaque para as Ciências da Natureza, como empreendimento humano, sendo o conhecimento científico provisório, cultural e histórico.

As várias propostas oficiais e programas estabelecidos para enfrentar carências e lacunas relacionadas ao processo de alfabetização das crianças têm sido motivo de preocupações e tensos debates no contexto das pesquisas em educação e nos âmbitos escolares, seja pela relevância da mesma no que tange à apropriação das habilidades de leitura e escrita da criança ou pelos problemas que a circundam como: baixo desempenho das crianças na aprendizagem da leitura e escrita, critérios dos exames nacionais para aferir o domínio das capacidades de leitura dos alunos nas escolas públicas.

A BNCC, estabelece que as crianças devem ser alfabetizadas até o 2º ano do Ensino Fundamental, e com isso as ações pedagógicas têm que se voltar para assegurar que de fato as escolas alcancem este resultado.

No texto aprovado destaca-se que:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (Brasil, 2017a, p.61).

Diante desta perspectiva em alcançar a alfabetização e o letramento das crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental, apresentam-se dificuldades para o processo ensino aprendizagem, pois os alunos não aprendem em ritmos e processos iguais, cada criança aprende de acordo com suas possibilidades. É necessário um olhar mais atento sobre as mudanças relacionadas à alfabetização, para que não a torne uma etapa acelerada por interesses que não condizem com os contextos das escolas e com as possibilidades de aprendizagem das crianças.

As problemáticas relacionadas a alfabetização e o letramento decorrem de vários aspectos, e os alunos não podem ser moldados a pensar e aprender sob um único ponto de vista.

As interações já vivenciadas pelas crianças como oralidade, espaço, tempo, entre outros, permitem com maior facilidade a compreensão das práticas de ler, escrever, ouvir, expressar-se em diferentes contextos, ampliando sempre seu vocabulário linguístico.

No que diz respeito ao Ensino Fundamental – anos iniciais, o documento prioriza a alfabetização nos dois primeiros anos - quando o aluno deve se apropriar do sistema de escrita alfabética - no entanto sabe-se das dificuldades vivenciadas pelos alunos, principalmente das escolas públicas, e que nem sempre ocorre como esperado ou proposto nos documentos.

Para que a alfabetização seja “acelerada”, é necessário comprometimento com a Educação Infantil. Esse também é um ponto crucial que necessita ser repensado. Os autores asseveram que é urgente pensar alfabetização, uma vez que ainda hoje são muitos os desafios que estão postos.

É fundamental estarmos atentos a essas mudanças e estudar as possibilidades de sua efetivação, bem como os impactos, efeitos e mudanças que serão suscitadas no contexto das escolas, pois muitas vezes as reformas, propostas curriculares de alfabetização ocasionam somente acelerar um processo que já se encontra bastante defasado.

A BNCC é um documento de caráter normativo, serve de referência para a criação dos currículos em todo o Brasil, o foco desse documento é em competências e o seu compromisso é com a educação integral.

2.5 Fases de construção do letramento infantil

A aprendizagem da linguagem oral e escrita é de fundamental importância para as crianças ampliarem suas possibilidades nas práticas sociais. As interações sociais, além de ampliarem o repertório de palavras, proporcionam segurança para elas se expressarem e descobrirem diferentes gêneros culturais.

Na sociedade em que vivemos, estamos acostumados a ver crianças muito pequenas ou até bebês manuseando livros, olhando ilustrações e/ou letras, passando páginas, como se realizassem leitura, é assim que começa a se formar um leitor.

Com as constantes mudanças sociais e a geração de novos conhecimentos, surge na educação uma nova palavra “letramento”. Esse termo vem com objetivo de ampliar o ato de alfabetizar, de inserir no ato educativo um sentido social de aprender a ler e a escrever. Diante dessa ampliação, o processo de alfabetizar está além de ensinar habilidades de

codificação e decodificação do sistema alfabético, abrange o domínio dos conhecimentos que permitem o uso dessas habilidades nas práticas sociais. O letramento surge muito antes de a criança aprender a pegar em um lápis ou conhecer as letras e as formas de escrever. As vivências cotidianas com a família e a sociedade ou com os seus pares, as crianças participam dessa prática social de maneira intensa, através de situações diversificadas. Nos primeiros anos de vida escolar, as crianças devem vivenciar práticas de letramento, para posteriormente se alfabetizarem e fazerem uso social da leitura e da escrita.

Pessoas que se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não incorporam práticas de leitura e de escrita, ou seja não adquirem competência para utilizá-las, para envolver-se com práticas sociais de escrita: não leem livros, jornais, revistas, não sabem preencher um formulário, sentem dificuldade para escrever uma carta, são considerados alfabetizados, porém não letrados.

Aprender uma língua, não é apenas aprender letras, palavras, mas é também entender os significados que expressam as diferentes formas como as pessoas vivem, interpretam e representam a realidade. A escrita se faz presente de diversas formas, cumprindo diversas funções.

Quando a criança ingressa na Educação Infantil, já tem domínio da linguagem oral, vocabulário e regras gramaticais, adquiridos no contato com as pessoas que a cercam.

De acordo com Cosenza e Guerra (2011, p. 101),

[...] falar é fácil, mas ler já é um pouco mais difícil. A linguagem escrita, exatamente por ser uma aquisição recente na história da nossa espécie, não dispõe de um aparato neurobiológico preestabelecido. Ela precisa ser ensinada, ou seja, é necessário o estabelecimento de circuitos cerebrais que a sustentem [...].

Assim tanto a leitura quanto a escrita necessitam de aprendizagem escolar formal, pois estão relacionadas ao processo de alfabetização.

Soares e Batista (2005, p.24) definem a alfabetização como:

[...] o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica. O domínio dessa tecnologia envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos relacionados tanto ao funcionamento desse sistema de representação quanto às capacidades motoras e cognitivas para manipular os instrumentos e equipamentos de escrita.

O processo de alfabetização refere-se à aprendizagem inicial da leitura e da escrita, sendo este um processo complexo e dinâmico, que depende do desenvolvimento de diversas habilidades e de profissionais capacitados e comprometidos.

Para que a criança se aproprie da leitura e da escrita, precisa conhecer as letras, desenvolver habilidades como identificação e manipulação dos fonemas. Crianças que possuem

alguma dessas habilidades comprometida, conseqüentemente terá dificuldade na aquisição da leitura e da escrita.

Diante dos desafios de aprendizagem, os professores devem buscar um método apropriado para ajudá-los a aprender e a desenvolver-se, apesar dessas limitações. Ainda expõem que boa parte do esforço do verdadeiro educador diz respeito à busca de um método apropriado para ajudar eficazmente seus educandos no desafio da aprendizagem e do desenvolvimento.

2.5.1 Concepções de alfabetização e letramento: dois conceitos e uma história

Foi em meadas do século XX, que as oportunidades de acesso à escola pública se ampliaram por meio do crescimento do número de instituições escolares e, conseqüentemente, do aumento de possibilidades de matrículas no Ensino Fundamental. A taxa de escolarização da população cresceu significativamente. Em contrapartida o fracasso em alfabetização tem sido uma constante na educação pública. Para se apropriarmos dos conceitos de alfabetização e letramento e de suas relações, vamos começar se situando esses conceitos ao longo da história.

A invenção da escrita se deu por meio das demandas sociais e culturais, ao longo do tempo, as sociedades foram se tornando grafocêntricas, ou seja, centrada na escrita. Daí surge a necessidade de alfabetizar letrando.

Segundo Soares (2020, p.27) alfabetização é:

Processo de apropriação da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas, procedimentos, habilidades necessárias para a prática da leitura e da escrita: domínio do sistema de representação que é a escrita alfabética e das normas ortográficas; habilidades motoras de uso de instrumentos de escrita (lápiz, caneta, borracha...); aquisição de modos de escrever e de ler [...].

Pode-se dizer que a alfabetização é um processo que consiste no aprendizado da escrita e da leitura através de um código de comunicação: o alfabeto. Ela permite a socialização, possibilitando, por exemplo, o conhecimento amplo de outras culturas. Embora pareça simples, a alfabetização é tema de muitas definições e discussões. Kleiman, acerca dessa temática, postula que:

A alfabetização é uma prática. E, assim como toda prática, que é específica a uma instituição, envolve diversos saberes (por exemplo, quem ensina conhece o sistema alfabético e suas regras de uso), diversos tipos de participantes (alunos e professor) e, também, os elementos materiais que permitem concretizar essa prática em situações de aula, como quadro de giz, ilustrações, livros didáticos e quaisquer outros recursos pedagógicos. A prática de alfabetização se concretiza em eventos que se situam dentro de uma sala de aula, liderados por um especialista (o professor) que se encarrega de

ensinar sistematicamente as regras de funcionamento e uso do código alfabético aos iniciantes no assunto (os alunos). (Kleiman, 2005, p.12).

Freire (2001, p.22) registra que “aprender a ler e escrever é aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto numa relação dinâmica vinculada à realidade e ser alfabetizado é tornar-se capaz de usar a leitura e a escrita como meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la.”

Dessa maneira, alfabetizar é um processo que exige tempo, paciência e dedicação, porém a alfabetização não depende somente do alfabetizador, devemos deixar claro que o aluno necessita (re)construir uma relação entre linguagem oral e escrita para se alfabetizar.

Alfabetizar-se é um processo árduo, pois se ela for descontextualizada não acompanha as transformações socioeconômicas, uma vez que a sociedade favorece a circulação de variadas fontes e tipos de textos. Portanto, cabe ao professor favorecer aos alunos a possibilidade de preparação para essa dinâmica social.

Letramento é um conceito complexo e diversificado, porque são várias e heterogêneas as práticas sociais que envolvem a escrita em diferentes contextos. As práticas de letramento estão inseridas na família, no trabalho, na igreja, nas mídias impressas ou digitais, em grupos sociais, com diferentes valores e comportamentos de interação.

De acordo com Soares (2020, p.27) letramento é:

Capacidades de uso da escrita para insere-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita, o que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos-para informar ou informar-se, para interagir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para dar apoio à memória etc. [...].

O processo de letramento ocorre muito antes do processo de alfabetização e em ambientes formais e informais. O letramento nas instituições escolares se dá no início da educação infantil e se desenvolve ao longo da vida.

A partir disso, compreendemos que um indivíduo pode conhecer os sinais gráficos, mas não entender o significado do que está escrito, como também pode saber o que significa a palavra sem conhecer o alfabeto.

Acerca disso, Kleiman (2005, p.5) afirma que:

Letramento é um conceito criado para referir-se aos usos da língua escrita não somente na escola, mas em todo lugar. Porque a escrita está em todos os lados, fazendo parte da paisagem cotidiana: no ponto de ônibus, anunciando produtos, serviços e campanhas. No comércio, anunciando ofertas para atrair clientes, tanto nas pequenas vendas, como nos grandes supermercados. No serviço público, informando ou orientando a comunidade.

Compreendemos que a criança mesmo não alfabetizada, já está inserida no processo de letramento, pois ela já faz a leitura de rótulos, imagens, gestos, sem saber o código escrito. O contato com o letramento acontece muito antes das letras e vai muito além delas.

Portanto alfabetização e letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, porém precisam acontecer de forma simultânea e interdependentes.

2.5.2 Os desafios de alfabetizar e letrar

Se observarmos com atenção, perceberemos que a leitura e a linguagem estão presentes em cada indivíduo, antes mesmo de serem alfabetizados, pois possuem um conhecimento, uma leitura de mundo que acabam ligadas direta ou indiretamente com a escrita.

Percebemos que o letramento se dá através do uso de práticas sociais de leitura e escrita em contextos reais de uso, é um processo amplo que torna o indivíduo capaz de utilizar a escrita em diversas situações sociais.

Atualmente, apenas saber ler e escrever não são suficientes para responder às demandas que a nossa sociedade exige. Hoje é preciso muito mais do que a leitura e escrita de forma mecânica, é preciso compreensão daquilo que se lê ou escreve.

Letrar e alfabetizar são processos diferentes, mas interligados. Podemos ensinar tanto crianças como adultos a conhecer as letras, os sons que elas representam e ao mesmo tempo incentivá-los a se tornarem leitores, adquirirem conhecimento através da leitura, em amplas linhas, este é o processo de alfabetizar letrando.

Muitos desafios podem ser encontrados quando se está com uma turma em uma sala de aula para ensinar. Há sempre uma preocupação em conseguir o melhor método para se conseguir sucesso na aquisição da leitura e escrita. Além disso, sabemos que a metodologia não pode ser a mesma para cem por cento da turma, frequentemente temos que adaptar nossa prática diária para o entendimento de todos.

Segundo Soares (2003, p.47),

[...] alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo alfabetizado e letrado.

O termo letramento é complexo e diversificado, pois as práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita acontecem em diferentes contextos. A seio familiar é o primeiro ambiente que se desenvolve o letramento e se estende para outros ambientes como o trabalho, a igreja, as mídias impressas ou digitais entre outros.

Para Soares (2020, p.32), o termo letramento tem sido conceituado como “o conjunto de capacidades para usar a língua escrita nas diferentes práticas sociais, ora para designar o próprio conjunto das práticas sociais que envolvem o texto escrito.”

Diversos tipos de letramentos estão ocupando um espaço cada vez maior na vida das pessoas, e por este ser considerado um ano atípico devido a pandemia, foi possível perceber o quanto existem pessoas letradas em algumas coisas e para outras ainda necessitam aperfeiçoar o seu nível de letramento.

Ferreiro (1996) nos fala sobre a necessidade do uso de recursos digitais é um exemplo disso.

Estão ocorrendo diversas modificações no ato de ler e escrever em virtude da revolução das tecnologias digitais, dessa cultura digital na qual estamos imersos. Tem-se um grande fluxo de informações e textos, sendo o leitor instigado a selecionar, recortar e eleger os textos relevantes, e essas seriam, capacidades do letramento digital. (Ferreiro,1996, p.71).

Na mesma perspectiva Soares (2005, p.151), defende a ideia de que diferentes tecnologias de escrita geram diferentes estados ou condições naqueles que delas fazem uso em suas práticas de leitura e escrita. A partir da ideia de diferentes formas de letramento, a autora introduz o conceito de letramento digital. Ainda, segundo ela, letramento digital é o, “estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e escrita na tela.”

Estamos inseridos em uma sociedade globalizada e hiperconectada, onde não há mais espaço para conteúdos engessados e práticas tradicionais. Com a evolução das ferramentas digitais surge um o letramento digital, que é para aqueles que além de utilizar as tecnologias digitais também saibam criar, usufruir, usar, influenciar e causar impactos relevantes com suas competências e habilidades estrategicamente.

Letramento é a própria imersão do indivíduo em formação para que este se situe de maneira mais ativa possível dentro de sua sociedade. Deve-se pensar, no entanto, em atividades que contribuam para isso.

Contudo, se “O letramento envolve a imersão da criança, [...] no mundo da escrita e, nesse sentido, para conseguir essa imersão o professor pode: adotar práticas diárias de leitura de livros, jornais e revistas em sala de aula” (Kleiman, 2005, p.5).

Soares (2018), ao discutir o letramento e suas origens observa que ao ser letrado o indivíduo torna-se diferente. A diferença pode ser percebida até mesmo na fala. Para isso, conclui:

Alguns estudos têm mostrado que o letrado fala de forma diferente do iletrado e do analfabeto; por exemplo: pesquisas que caracterizaram a língua oral de adultos antes de serem alfabetizados e a compararam com a língua oral que usavam depois de alfabetizados concluíram que, [...] passaram a falar de forma diferente, evidenciando que o convívio com a língua escrita teve como consequências mudanças na língua oral, nas estruturas linguísticas e no vocabulário. (Soares, 2018, p.33).

Em virtude de participar de ambientes letrados, a criança letrada possui um repertório de palavras diferenciada, repertório esse que auxilia na sua compreensão e na sua criatividade na hora de produzir.

O letramento tem assumido um sentido plural, esse termo é ampliado para designar diferentes sistemas de representação não só linguístico. O multiletramentos ou letramentos múltiplos designa o letramento digital, musical, temático, científico, geográfico entre outros.

2.5.3 Ambiente letrado e suas influências no processo de alfabetização

A sala de aula da Educação Infantil é o espaço físico onde as crianças permanecem durante o maior período de em que estão na escola, mas do que um espaço que compõe um projeto arquitetônico, a sala de aula constitui-se socialmente como um ambiente educacional, ou seja, um lugar separado e criado com o propósito de construir situações educativas de ensino-aprendizagem, desenvolvidas através das diversas interações.

Quando consideramos o processo de ensino-aprendizagem mais especificamente, aquele relacionado ao letramento e à alfabetização, a organização dos materiais pedagógicos, como parte integrante da organização da sala de aula, torna-se um ponto relevante, pois segundo Kishimoto (2000, p.229):

[...] a organização da rotina, o espaço físico, seus objetos e materiais educativos influenciam os usuários na representação, determinando, em parte, a maneira como adultos e crianças sentem, pensam e interagem nesse espaço, definindo formas de socialização e apropriação da cultura.

Dessa forma, entende-se que a organização da sala exerce influências na apropriação da cultura escrita e seus usos, uma vez que as concepções e hipóteses sobre a língua escrita são construídas pelas crianças à medida que interagem com os materiais pedagógicos presentes na sala.

Para que as crianças compreendam que a escrita é importante como meio de comunicação entre os homens, é preciso que vejam e experimentem isso através dos materiais pedagógicos e da ação sobre eles. As suas formas de utilização e disposição poderão contribuir para uma aproximação ou distanciamento da escrita e da leitura, que, conseqüentemente, poderá suscitar ou não a criação de um ambiente alfabetizador.

O conceito de ambiente alfabetizador também é explanado por Dobranski (2017) que pontua o seguinte:

[...] todo o espaço delimitado com a intencionalidade de imergir estudantes na cultura escrita, em que as relações estabelecidas com a linguagem escrita aconteçam de forma natural e tenham propósitos claros e específicos para colaborar com a aprendizagem inicial da leitura e escrita, contribuindo principalmente para a construção de um comportamento leitor. (Dobranski, 2017, p.50).

Pode-se compreender que a constituição de um ambiente alfabetizador se dá pela junção de diferentes aspectos, ou seja, é a junção entre um espaço criado com intencionalidade, que disponibilize uma diversidade de materiais escritos a fim de proporcionar a inserção da criança em um ambiente letrado, além de possibilitar interações sociais estabelecidas entre os indivíduos que frequentam o espaço, sejam crianças ou adultos, como também as interações materiais referentes à sua utilização.

Segundo Oliveira (2011, p.196), ao dizer que “todo ambiente, sem exceção, é um espaço organizado segundo certa concepção educacional, que espera determinados resultados.” Desse modo, a sala de aula como espaço educativo organizado, segundo a concepção que defende o princípio de se alfabetizar letrando, deve constituir-se como um bom ambiente alfabetizador. Para tal, faz-se necessário pensar na melhor forma de organizá-la, bem como considerar, para essa construção, os principais aspectos e características dos materiais utilizados.

Para promover um ambiente letrado, o professor precisa ter autonomia para escolher e decidir de acordo com as suas experiências sócio-culturais, ele precisa auxiliar os alunos a conhecerem e utilizarem diferentes gêneros textuais.

O ambiente apresentado ao aluno precisa ser rico em material letrado. As paredes da sala de aula, assim como corredores e demais repartições da escola, precisam servir diferentes gêneros textuais, para que eles possam estar se familiarizando e fazendo o seu uso. É imprescindível destacar que apenas acumular material escrito nas paredes não garante a efetivação de um ambiente letrado, é necessário que as crianças percebam a função e a importância deste material e possa interagir com todos estes recursos.

Na construção de um ambiente alfabetizador, a utilização e exposição de materiais escritos são importantes para que as crianças tenham contato e se familiarizem com a língua escrita. Porém, não se trata apenas de decorar um espaço com materiais escritos. O simples fato de terem contato com eles não é suficiente, é necessário que esse material faça parte do contexto das aulas.

Segundo Carvalho (2009, p.69):

Para alfabetizar letrando deve haver um trabalho intencional de sensibilização, por meio de atividades específicas de comunicação, por exemplos, escrever um bilhete para alguém que não está presente, contar uma história por escrito, produzir um jornal escolar, um cartaz etc. Assim a escrita passa a ter função social.

Por tanto realizar atividades que envolvem a leitura e escrita social é interessante e significativa para os alunos, os resultados são bastantes assertivos pois promovem o interesse dos alunos. Nesse sentido a criança consegue ver o sentido real para a aprendizagem do ler e escrever, não apenas dentro da escola, mas em seu meio social.

É necessário apresentar e trabalhar com os mais variados tipos de gêneros textuais como poesias, literatura infantil, receitas, rótulos, textos de jornais, parlendas, contos de fadas, bilhetes, cartas, entrevista, notícia, rimas entre outros.

O professor precisa se utilizar de técnicas e atividades variadas e significativas para provocar o interesse dos alunos no processo de leitura e escrita e letramento. Para promover efetivamente possibilidades concretas de alfabetização e letramento, é necessário tornar a sala de aula um ambiente de formação de leitores, rico em literatura de qualidade, onde o professor seja também um leitor e escritor e assim despertar o interesse dos seus alunos.

Quando a escola e o corpo docente assumem o compromisso de alfabetizar letrando, essa instituição oferece oportunidades verdadeiras de aprendizagem. O ambiente letrado é desafiador e colocar os sujeitos como protagonista do seu processo de aprendizagem.

A sala de aula deve se tornar um espaço que comunica, ao olharmos para suas paredes, devemos ser capazes de ver estampado nelas o processo de ensino e aprendizagem, as relações que são estabelecidas.

Moreira, Vicente & Maraschin (2017) reafirmam essa perspectiva da sala de aula quando dizem que:

O espaço é retrato porque explica e explicita escolhas, marca intencionalidades e propósitos da ação educativa. O que é trazido para o interior da sala de aula, sua distribuição, exposição, discussão e materialização são materiais, são recursos, são obras que vão muito além da decoração e da organização estética. (Moreira, Vicente & Maraschin, 2017, pp.11-12).

Considerando essa afirmação das autoras, e a intencionalidade dos materiais pedagógicos, compreende-se que a sala de aula como ambiente pedagógico é sempre passível de mudanças, nunca está acabado, mas se modifica conforme as necessidades de ensino-aprendizagem.

Quando a sala de aula é organizada para se tornar um ambiente alfabetizador, os pontos primordiais a serem considerados e planejados dizem respeito à seleção e à disposição dos

materiais, pois são através deles que as crianças entrarão em contato com práticas sociais de uso da leitura e escrita e aprenderão sobre o sistema alfabético.

2.5.4 Gêneros textuais como eixo central do processo de alfabetização e letramento

O texto é o eixo central das atividades de letramento, é por meio dele que as crianças adquirem a linguagem oral, através da oralidade ou da escuta, ou seja, a criança aprende a escrita buscando sentido, em eventos de interação com materiais escritos.

Para que a alfabetização aconteça de forma significativa é essencial o uso de textos, quando isso acontece simultaneamente, estamos fazendo uso social da escrita.

De acordo com alguns pesquisadores, o letramento nada mais é do que práticas sociais de leitura e escrita, que como bem sabemos, podem apresentar grandes desafios durante o processo em busca da aquisição.

Nesse sentido, diversos fatores podem dificultar esse processo, inclusive o contexto social no qual a criança está inserida, fazendo com que os professores vão à busca de novas ferramentas e metodologias que possam ajudar no processo de letramento.

Para os Parâmetros curriculares, leitura e escrita são práticas que se complementam e que podem ser modificadas de acordo com o processo de letramento. No que diz respeito à leitura, isto significa aproximar-se dos textos de forma familiar, numa perspectiva reflexiva, crítica, como sujeitos ativos de uma comunidade, capazes de encontrar os diferentes significados contidos nas entrelinhas do texto. No caso da escrita, de acordo com a necessidade da comunicação, as práticas utilizadas são realizadas através de instrumentos culturais e históricos, ou seja, os gêneros textuais. Estes representam a interdisciplinaridade encontrada nos fenômenos sociais, cognitivos e linguísticos que possibilitam o desenvolvimento da leitura e da escrita nos mais diferentes contextos. (Pereira, 2014, p.56).

É, através dos gêneros textuais, que se torna possível trabalhar desenvolver o processo de alfabetização e letramento de forma significativa. Para que os alunos dominem diferentes gêneros textuais é necessário que o professor construa estratégias de ensino.

Trabalhar os gêneros textuais em sala de aula é uma excelente oportunidade de se lidar com a Língua nos seus mais diversos usos do cotidiano. Sabe-se que a comunicação é realizada por meio de textos, que não necessariamente precisam ser escritos. É de suma importância possibilitar aos estudantes a oportunidade de produzir e compreender textos de maneira adequada a cada situação de interação comunicativa. O professor pode envolver os alunos através de situações concretas de uso da língua, para que consigam, de forma consciente, escolher meios adequados aos fins que se deseja alcançar. (Silva & Lima, 2021, p.631).

Percebe-se que o uso dos gêneros textuais traz contribuições significativas no processo de ensino-aprendizagem dos educandos. Desse modo salientamos a importância deste recurso como potencializador no processo de ensino-aprendizagem, pois os gêneros textuais fazem

parte da vida dos educandos de diversas forma, seja no rótulo de um alimento, em uma lista de compras, em convite de aniversário, em texto instrucional de um brinquedo ou de uma comida.

Os gêneros textuais, além de existirem inúmeros, são mais mutáveis, justamente por estarem diretamente relacionados à comunicação e a intencionalidade do emissor.

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. (Dionísio, Machado & Bezerra, 2017, p.23).

Por ser os gêneros textuais, os textos que circulam de forma ativa em nosso dia a dia, seja em textos orais ou escritos. É através deles que a interação e o processo de comunicação entre os indivíduos tornam-se efetivos.

Para Freire (1982, p.11) “a leitura de mundo precede a leitura da palavra.” Isso nos quer dizer que a leitura de um texto começa antes do seu contato com quem possa ler também o que está implícito, estabelecendo relação entre o texto que está lendo e outros textos já lidos e possíveis histórias retratadas. O bom leitor deve ser capaz de montar estratégias enquanto lê para construir significados durante sua leitura.

Muitas vezes os textos extensos, trazidos pelos livros didáticos, na maioria das vezes não tem conotação alguma com a vida cotidiana do aluno, o contrário dos gêneros textuais que permeiam a sociedade e estão por toda parte, podendo ser reconhecido pelo aluno com facilidade, o acesso é mais rápido. O aluno manuseia a toda hora um rótulo, um folder, um jornal, a caixa de algum produto, ouve histórias, piadas, provérbios e todos os estes trazem consigo mensagens as quais eles devem e podem interpretar, porque precisam analisar e fazer a leitura de mundo.

Uma das principais finalidades dos gêneros textuais é a função social destes, uma vez que o trabalho docente está sempre embasado nos diversos textos que circulam pela sociedade, o aluno passa então a ter contato com todo material escrito e falado que pode encontrar dentro e fora da escola, facilitando assim o seu aprendizado e dando sentido a ele.

Desta maneira o aprendizado através dos gêneros leva a uma direta identificação entre o que se está aprendendo e o que se vê, pois a relação é imediata, haja vista que os textos trabalhados nesta modalidade são os mesmos que estão circulando socialmente e não somente aqueles descritos e presos a um livro didático.

Para Castanheira, Maciel & Martins (2007) trabalhar considerando múltiplos usos e funções da escrita na sociedade potencializam as possibilidades de refletir criticamente sobre as relações que se estabelecem entre as pessoas em nossa sociedade.

Quando o aluno consegue diferenciar a história do conto ou de uma fábula de um bilhete percebendo as diferenças, é porque entende que por mais que sejam escritos exercem funções sociais diferentes. Esse exemplo serve para qualquer outro gênero a sua importância se torna mais eficaz quando o aluno se faz usuário em sua prática do cotidiano, melhor ainda quando consegue discernir sua funcionalidade no dia a dia, sendo na escola, supermercado, igreja, praça ou em qualquer ambiente social.

Segundo Castanheira, Maciel e Martins (2007, pp.15-16):

Ao interpretar e produzir textos escritos em diferentes gêneros, o aprendiz é levado a se indagar sobre quem escreve e em que situação escreve; o que se escreve; a quem o texto se dirige e com que intenções; quais os efeitos que o texto procura produzir no leitor etc. Essas indagações favorecem a compreensão de como as relações sociais são representadas e constituídas na e por meio da escrita.

O autor enfatiza que ao produzir um texto precisa se refletir para que se está escrevendo e como será seu uso na sociedade, pois, sabe-se que o ensino na prática de leitura e escrita com o gênero textual se tem um resultado muito satisfatório, uma vez que oportuniza o aluno ter contato com uma diversidade de texto, ou seja, os diferentes gêneros textuais que circulam em todo âmbito social.

2.6 O professor alfabetizador

A alfabetização é um período distinto, cheio de novas experiências e sensações com as quais os alunos se deparam quando chegam a escola. Durante muito tempo a alfabetização foi encarada como uma mera aquisição de conhecimento da escrita, ou código escrito, que preparava alguns alunos para as séries seguintes.

Ao analisar a educação contemporânea, verifica -se que ela é pautada na questão do desenvolvimento cognitivo e afetivo. Isto porque, compreende-se que a educação escolar objetiva a apropriação dos saberes produzidos e acumulados pela humanidade ao longo da história. Alguns saberes e competências são necessários para atuação do professor alfabetizador na contemporaneidade.

Libâneo & Alves (2012, p.470) esclarecem que:

Reconhecer que a atividade principal do professor é a promoção da aprendizagem dos estudantes não significa afirmar que lhe basta uma formação meramente técnica, circunscrita à ação em sala de aula. Para que ele possa tomar consciência da sua própria ação, deve dominar as bases teóricas nas quais ela está assentada. Para que tenha condições de refletir, analisar e planejar sua ação na perspectiva que deseja, precisa compreender e diferenciar os diversos caminhos que são acenados para a educação escolar, o que somente é possível quando ele domina os instrumentos teóricos que lhe são oferecidos pelos estudos dos fundamentos da educação, das

políticas educacionais e das teorias de ensino. Esses conhecimentos são tão essenciais quanto o saber fazer, pois permitem que o professor se situe teoricamente na perspectiva que assume e possa reconhecer as contradições e inconsistência do sistema educacional, na medida em que compreende o papel da escola, dadas as condições sociais, políticas, econômicas, quanto o seu próprio papel na escola.

É urgente e necessário mudanças no fazer educativo com foco nas práticas pedagógicas, onde a ação-reflexão-ação, estejam sempre juntas, ou seja, onde a teoria esteja sempre ao lado da prática.

Compreender como acontece o aprendizado da leitura na alfabetização é fundamental para qualificar o trabalho no ciclo de alfabetização. Focalizamos também as necessidades de formação do professor, em particular para o ensino da leitura buscando inovar e melhorar a interação com os alunos, sendo está uma relação necessária para que o processo de ensino da leitura aconteça.

Alfabetizar é o principal desafio dos professores no ciclo de alfabetização e para ajudá-los, é necessário entender que os alunos aprendem de diferentes maneiras e que sua energia no cotidiano escolar deve ser encaminhada para encontrar estratégias e métodos adequados que viabilizem à aprendizagem, ao invés de procurar maneiras de esconder as limitações que interferem no fluxo escolar.

Na educação, especialmente no ciclo de alfabetização, as estratégias e os métodos acarretam mudanças que podem exigir uma aprendizagem constante dos professores, tanto do método de ensino da leitura quanto ao uso desses métodos em sala de aula.

O grande desafio do professor alfabetizador é garantir que as crianças leiam assim que entram na escola. Para isso é necessário entender algumas funcionalidades estratégicas cognitivas que o cérebro humano organiza com a finalidade de aprender a dominar as informações recebidas.

A aprendizagem é uma parte normal em nossas vidas, a cada dia aprendemos novas formas de fazermos as coisas. Cada ser humano é único e por isso seus conhecimentos são estruturados e armazenados de uma forma bem particular, para serem aplicados em algumas situações específicas do cotidiano. Na situação escolar por ser formal, acata uma intencionalidade mais dirigida abrangendo temas acadêmicos com suportes pedagógicos.

Os professores são constantemente submetidos por novas ideias, conceitos e inovações. Para isso é necessário conduzir sua classe com boas estratégias que estimulem o aprendizado de seus alunos. As estratégias de alfabetização precisam ser exercitadas, pois entende-se que para facilitar a aprendizagem, existe a necessidade de decisões intencionais que garantam os direitos de aprendizagem dos alunos.

O que se percebe na prática é que as estratégias desenvolvidas para o ensino da leitura consistem em uma intencionalidade da ação educativa.

Conforme Vygotsky (2000, p.337), “ensinar uma criança o que ela não é capaz de aprender é tão estéril quanto ensiná-la a fazer o que já faz sozinha.” As considerações do autor apontam para a necessidade de direcionamento do adulto no processo de aprendizagem da criança. O autor entende que há ações que o aluno consegue desenvolver sozinho, mas que, para aperfeiçoar, é preciso a mediação do adulto.

O professor alfabetizador é um profissional que tem em suas mãos a responsabilidade de iniciar a formação de novos leitores e escritores. Suas ações devem permitir aos alunos, além da aprendizagem do sistema alfabético de escrita, a preparação para o exercício da cidadania. Partindo dessa análise, cabe ao professor fazer uma reflexão das relações entre a epistemologia e a prática pedagógica para compreender qual seu papel na formação dos seus alunos.

Portanto, hoje já não cabe ao professor alfabetizador somente ensinar as letras e os sons, mas sim preparar a criança para usar a leitura e escrita na sociedade e exercer seu papel de cidadão.

2.6.1 Os saberes do professor alfabetizado

Os saberes para conduzir o processo de alfabetização se alteram com as mudanças ao longo tempo, e o processo de ensino-aprendizagem precisa acompanhar essas mudanças. Alfabetizar no tempo atual vai muito mais além de seguir uma cartilha. As exigências de mundo atual impõem ao professor alfabetizador novos conhecimentos e encaminhamentos que favoreçam os usos sociais de práticas de leitura e escrita, para além de saber grafar e decodificar.

Nessa relação entre trabalho e os saberes docentes mobilizados, Tardif (2013, p.57) apoiando-se em Marx, ressalta que:

[...] o trabalho modifica o trabalhador e sua identidade, modifica também, sempre com o passar do tempo, o seu “saber trabalhar”. De fato, em toda ocupação, o tempo surge como um fator importante para compreender os saberes dos trabalhadores, uma vez que trabalhar remete a aprender a trabalhar, ou seja, dominar progressivamente os saberes necessários à realização do trabalho [...].

Nesse sentido o tempo modifica o trabalho do professor à medida que ele vai adquirindo experiência nessa tarefa, mas em um contexto amplo dos saberes relacionados à profissão, as mudanças ao longo do tempo alteram o que é exigido para o exercício profissional.

A aprendizagem da linguagem escrita é condição tanto às práticas sociais de leitura e escrita quanto para aquisição do saber sistematizado, que é objeto de ensino da escola, “a

primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever” (Saviani, 2013, p.288).

A relação entre a aprendizagem da linguagem escrita com o desenvolvimento intelectual e social do indivíduo atribui ao fazer do professor uma responsabilidade para além de transmitir mais um conteúdo, uma vez que o domínio ou não desse conteúdo traz implicações para continuidade da vida escolar e ao pleno exercício da cidadania.

Nesse sentido afirma Leite (2008, p.33):

A relação entre a aprendizagem da linguagem escrita com o desenvolvimento intelectual e social do indivíduo atribui ao fazer do professor uma responsabilidade para além de transmitir mais um conteúdo, uma vez que o domínio ou não desse conteúdo traz implicações para continuidade da vida escolar e ao pleno exercício da cidadania.

Nesse sentido é importante que o trabalho do professor alfabetizador seja impulsionado por essa compreensão da dimensão político-ideológica e pelo papel social da escrita na vida dos cidadãos. Além dessa base, o docente precisa conhecer a natureza desse objeto de ensino, as características da atividade linguística, como se estrutura o sistema de escrita alfabética, os processos de leitura e escrita.

A heterogeneidade da escrita é revelada pelo seu caráter duplamente simbólico, posto que enquanto o aluno não adquiriu fluência em leitura e escrita, essa se relaciona aos segmentos sonoros os quais representam objetos, ou seja, envolve, nessa fase inicial do aprendizado, a representação da representação (Klein, 2012).

Ressalta-se que “tão importante quanto saber como a criança aprende, é sabermos como os homens produzem e usam, nas suas relações sociais, determinado objeto, e, ainda como se configura o objeto produzido” (Klein, 2012, p133).

Sendo a escrita um potencializador de transformação nas relações sociais que ocorrem fora e dentro da escola, o sentido tanto do professor que ensina como para o aluno que aprende deve fundar-se na dimensão social da linguagem escrita.

Para a construção desse sentido Albuquerque & Ferreira (2008, p.20) fala que:

[...] os contextos de leitura e produção levem em consideração os usos e funções do gênero em questão. É preciso ler e produzir textos diferentes para atender a finalidades diferenciadas, a fim de que superemos o ler e a escrever para apenas aprender a ler e a escrever.

Dessa forma, os conteúdos ensinados no processo de alfabetização não podem incluir apenas conhecimentos superficiais sobre o código escrito, mas deve ser pautado e estruturado em um sentido mais amplo, contemplando práticas sociais.

[...] por um lado, a aprendizagem do sistema alfabético, necessária para o desenvolvimento de uma autonomia para ler e escrever, por outro, a apropriação dos diferentes gêneros textuais, concebendo que tal domínio pressupõe a ampliação dos conhecimentos sobre a sociedade e sobre as relações humanas. (Albuquerque & Ferreira, 2008, p.430).

Entretanto, esse domínio conceitual do conteúdo a ser ensinado não é suficiente para que o professor conduza o processo de ensino. Esse saber ensinar é construído a partir de diferentes fontes desde a formação inicial, a experiência como professor alfabetizador e a troca com outros docentes.

Esse “saber-fazer”, envolve uma tríade didática que, para Chevallard (2013, p.6), “une três e não dois “objetos” a saber: o professor, o ensino e, por último, mas não menos importante, o conhecimento; ou, para ser ainda mais preciso, o conhecimento ensinado.” Esses processos são indissociáveis, não envolve apenas a relação de quem sabe com quem não sabe, mas é permeado pela intenção do professor ensinar um conhecimento ao aluno.

Um dos desafios do professor alfabetizador é trabalhar de forma integrada o ensino do sistema de escrita alfabética e as práticas sociais de leitura e escrita, sem cair em um extremo ou outro. Perceber-se que essa dificuldade vem da diversidade de conhecimentos entre os alunos, ou seja, como atender as demandas individuais de cada aluno sem deixar os objetivos gerais de aprendizagem propostos para a classe.

O acesso à escola, alavancou as desigualdades do capital cultural, tão presente nas camadas menos favorecidas. Os alunos que no contexto familiar não participam de práticas sociais mais elaboradas de leitura e escrita.

Conforme Rojo (2010, p.26)

[...]a distribuição dessas práticas valorizadas não é democrática: como mostra o INAF, poucos brasileiros têm acesso ao livro literário, a jornais, a museus e mesmo ao cinema. Por isso é tão importante que a escola se torne uma agência de democratização dos letamentos.

Desse modo cabe ao professor, por meio das situações didáticas significativas, que possibilite ao aluno o uso e a compreensão da linguagem escrita em suas diversas formas. O sentido das práticas linguísticas, para grande parte dos alunos, não é dado pelas vivências familiares, mas precisa ser construído nos espaços escolares.

Assim, o conhecimento didático do professor alfabetizador envolve desde a divisão do tempo pedagógico destinado a cada eixo do trabalho com a linguagem escrita, a seleção dos gêneros mais indicados às finalidades do ensino, o planejamento e o desenvolvimento de atividades coerentes com os objetivos que se pretende alcançar, a divisão dos alunos em grupos

ou não para a realização de tarefas, as formas de correção e de intervenção e por fim, a avaliação da aprendizagem dos alunos.

2.6.2 Importância da formação continuada

A formação continuada de professoras alfabetizadoras tem sido, nos últimos anos, foco de políticas públicas, com o intuito de diminuir os índices de analfabetismo em nosso país.

A alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é tema de diferentes campanhas nacionais, por se tratar de um período de inserção do estudante no mundo letrado e em decorrência dos índices, constatados mediante avaliações, que apontam para insuficiências relacionadas ao domínio, pelos estudantes, da leitura e escrita.

Assim, essas campanhas demonstram a necessidade de formação continuada de professores alfabetizadores, no sentido de oportunizar lhes condições de enfrentamento às dificuldades inerentes à profissão, sendo essa formação, uma das maneiras de constituição da profissionalidade docente e possibilidade de compartilhar experiências e renovar estratégias das professoras em início ou durante percurso da carreira.

Percebe-se que a formação inicial de professores não possibilita a relação entre a teoria e a prática da profissão, sendo a inserção destes na carreira docente marcada pela insegurança, instabilidade e falta de conhecimentos em relação a todos os aspectos que envolvem a profissão.

Desse modo, cada vez mais os processos de formação continuada assumem um papel de complementação e auxílio aos professores de todas as etapas da educação formal.

É imprescindível a formação continuada dos profissionais da educação, principalmente, àquelas que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por se tratar de uma etapa de iniciação escolar, transição de ciclos, com novas exigências e inúmeras transformações, tanto em aspectos cognitivos como também de desenvolvimento dos estudantes.

O Brasil, diferentemente de outros países, demorou muito para institucionalizar ações educativas. Somente após Revolução de 1930, é que se cria o Ministério da Educação e Cultura (MEC), na Constituição de 1934 apareceu um artigo com diretrizes sobre a educação nacional, porém essa Constituição foi substituída pela de 1937, que não determinava a respeito da educação nacional. Somente em 1946 com a Lei Orgânica do Ensino Primário, é que há uma lei nacional acerca dessa etapa, além da retomada na Constituição de 1946 do texto referente à educação, que apareceu na Constituição de 1934. Em 1961 é aprovada a LDB, porém com lacunas, como por exemplo, a descontinuidade entre as diferentes etapas do ensino. Na Constituição de 1988, há um novo movimento de elaboração da nova LDB 9.394, que foi

promulgada em 1996, ainda assim, sem direcionar os caminhos da instituição do Sistema Nacional de Educação.

Todos esses entraves levaram a situação atual no qual estamos inseridos, com taxas elevadas de analfabetismo, resultado esse de uma falta de intenção histórica em resolver esse problema no Brasil, do mesmo modo que “[...] nas verbas destinadas à educação, refletem-se também o descaso para com a educação no país” (Saviani, 2013, p.95).

A falta de um Sistema Nacional de Educação eficaz, os problemas com uma educação de qualidade se agravam, problemas eles que são citados por Saviani (2013, p.96), “[...] temos ainda um grande contingente de crianças que sequer chegam à escola e, das que chegam, grande parte vai ficando pelo caminho” (Saviani, 2013, p.96)

Os cursos de graduação apresentam-se de forma fragmentada, com pouca relação aos aspectos práticos da profissão e consolidação de aprendizados.

Há muito tempo, a formação inicial dos professores é fraca. Ela denota grande despreocupação e falta de vontade por parte das administrações públicas em assumir a profissão e encarar o fato de que ela envolve valores morais e éticos e trabalha com alunos que vivem situações problemáticas diversas. (Imbernón, 2011, p.76).

Percebe-se que a formação inicial de professores em sua maioria não possibilita aos estudantes que a cursam uma abrangência maior da área em que irão atuar, sendo necessário avançar em vários aspectos. Nas políticas públicas direcionadas à educação, faz-se necessária a inserção de práticas para uma formação inicial e continuada que possibilite avanços sociais, cabendo a todos os responsáveis assumirem seu papel, de modo a proporcionar à escola um espaço de aprendizagem significativa, mas isto só será possível através de profissionais qualificados e comprometidos com a formação integral dos educandos.

Segundo Gatti (2016, p.37), “[...] a educação pode ajudar no processo de criação de condições de maior equidade social pelo seu papel de disseminadora de conhecimento e de formadora de valores.”

Por tanto, a formação continuada tem um papel importante na superação das desigualdades sociais, pois é por meio de uma educação de qualidade que podemos mudar a realidade social o nosso país.

Nesse sentido André (2016, p.18) defende “[...] um processo formativo em que o docente tenha oportunidade de refletir criticamente sobre sua prática, analisar seus propósitos, suas ações e seus resultados positivos e o que é preciso melhorar, de modo a obter sucesso em seu ensino”.

A educação necessita ser discutida, avaliada e repensada constantemente, com foco em sua função social de oportunizar acesso aos conhecimentos elaborados historicamente, além do

desenvolvimento integral dos estudantes e inserção nas práticas sociais.

Uma reflexão sobre os conhecimentos necessários aos professores, na realização da prática educativa, percebe-se que a dialética deve ser a base estruturante do pensamento para que as ações se concretizem de forma a contemplar todos os envolvidos no processo educativo.

São inúmeros os documentos que norteiam os processos formativos de professores em nosso país, processos esses que ganharam destaque nos últimos anos em razão dos altos índices de insucesso dos estudantes brasileiros e tiveram ênfase por pesquisas e políticas públicas, principalmente, pela necessidade de que estes compensem uma formação inicial deficitária.

Desse modo, a formação continuada assume um papel de extrema importância, à medida que oportuniza condições para que professores revejam estratégias, conceitos e possibilita mudanças que podem trazer novos significados e conhecimentos, proporcionando uma melhoria nos problemas visualizados.

No entanto, Rosa, Grosch & Lorenzini, (2017, p.1.048) aduz que:

[...] o processo de formação continuada não pode ser concebido como um acúmulo de informações, nem pode limitar-se à veiculação de novas teorias ou disseminação de novas políticas educacionais, mas como um processo de construção de conhecimento a partir de um coletivo pensante, onde a teoria seja a base das discussões numa metodologia que possibilite a reflexão sobre as experiências dos professores à luz de concepções teóricas, que não sejam descoladas dos conflitos enfrentados pelos professores em sala de aula.

A formação continuada precisa desenvolver nos educadores uma abordagem reflexiva, atribuindo valor ao processo de construção do conhecimento, tanto pessoal, quanto profissional do professor. A prática do professor precisa ser uma atividade social conscientemente dirigida a um objetivo.

Quando o professor fundamenta sua práxis, ele se apropria de uma condição, que não é apenas importante e necessário ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem do educando, como também para a sua formação enquanto ser humano em sua integralidade. Diante do exposto ressaltamos a necessidade e a importância da reflexão sobre a prática, como exercício permanente para melhorar a qualidade do fazer pedagógico. A ação-reflexão-ação proporciona ao professor segurança para justificar suas escolhas diante dos seus pares e a comunidade educativa. Por tanto cabe ao professor em seu processo de reflexão construir estratégias para garantir e incentivar trocas com seus pares e entre seus pares.

Ao cumprir o seu papel o professor, prático-reflexivo, incentiva e possibilita a transformação, não somente de si e do seu fazer, como também do seu contexto, fortalecendo os processos educativos.

A escola é um local rico para a formação continuada de professores, pois é no ambiente escolar que os professores vivenciam situações que exigem posicionamentos práticos. Para Candau (2011) a escola é um *locus* para a formação continuada.

[...] considerar a escola como lócus de formação continuada passa a ser uma afirmação fundamental na busca de superar o modelo clássico de formação continuada e construir uma nova perspectiva na área de formação continuada de professores. Mas este objetivo não se alcança de maneira espontânea, não é o simples fato de estar na escola e de desenvolver uma prática escolar concreta que garante a presença das condições mobilizadoras de um processo formativo. Uma prática repetitiva, uma prática mecânica não favorece esse processo. Para que ela se dê, é importante que essa prática seja uma prática reflexiva, uma prática capaz de identificar os problemas, de resolvê-los, e cada vez mais as pesquisas são confluentes, que seja uma prática coletiva, uma prática construída conjuntamente por grupos de professores ou por todo o corpo docente de uma determinada instituição escolar. (Candau, 2011, p 57).

É no ambiente escolar que há um enfrentamento de situações convergentes, e o engajamento do grupo de professoras em busca por soluções, poderia gerar, se bem estruturado, um alcance mais concreto de ações efetivas. Libâneo (2012, p.50) defende que seria “fundamental que em cada escola os professores formassem uma equipe unida, centrando a organização dos professores no local de trabalho, em torno de projetos pedagógicos.”

Nesse sentido a formação continuada começa dentro do espaço escolar, quando toda a comunidade escolar busca soluções em conjunto para os desafios enfrentados pela instituição.

Segundo Grosch (2011) nos coloca como pressuposto da perspectiva sócio-histórica a mediação necessária entre os sujeitos, que ocorre com auxílio da linguagem, no local de inserção dos professores, originando diálogo e reconhecimento, essenciais à sua formação e posterior transformação.

Para isso, a autora defende que:

[...] é necessário que as políticas públicas dirigidas à formação continuada dos professores considerem que o professor precisa aliar-se aos seus pares na própria escola, com sua própria realidade, assim como em outros espaços diferenciados, para buscar caminhos de superação da reprodução para a produção de conhecimento. Sendo assim, espera-se que os docentes consigam teorizar a sua prática, para poder renová-la, e essa competência de teorizar a prática, não se concretiza com treinamentos massificados, mas com questionamento, reflexão individual e coletiva, pensamento crítico e criativo, produção própria e formação continuada. O desafio é abandonar os cursos imediatistas que contemplem a ação reprodutiva, para desencadear mecanismos docentes processuais, coletivos e dinâmicos. (Grosch, 2011, p.185).

A formação continuada precisa valorizar a autonomia das professoras e oportunize sua criticidade, aspectos fundamentais e essenciais de serem desenvolvidos também nos estudantes, com uma alfabetização de qualidade e superação de índices relacionados ao analfabetismo absoluto e funcional.

Imbernón (2009, p.97) afirma que: “É necessário que a formação transite para uma abordagem mais transdisciplinar [...] que dote o professor de instrumentos ideológicos e intelectuais para compreender e interpretar a complexidade na qual vive e que o envolve.”

Assim, é importante que as professoras atuem como protagonistas dos processos formativos, e assumam, também, a responsabilidade por sua formação como profissional da educação, fator esse que necessita ser valorizado e estimulado pela formação continuada. Para Grosch (2011, p.184), os professores precisam ter “oportunidade de, num espaço de tempo e lugar específicos de formação continuada, trazer suas peculiaridades, suas problemáticas, isto contribui para a riqueza da pluralidade de um coletivo de profissionais e pode exprimir seu modo de pensar [...].”

Assim os processos formativos de professoras alfabetizadoras podem se constituir em uma formação capaz de possibilitar condições de uma constituição da carreira docente, mas principalmente uma apropriação e entendimento dos aspectos inerentes a essa fase de inserção dos estudantes nas práticas sociais de leitura e escrita, que carrega em si especificidades e necessidades características do processo de alfabetização e letramento.

2.6.3 Entre o ensino e a aprendizagem: a relação professor e aluno

Com os avanços da Neurociência e da Tecnologia, principalmente nos últimos anos, possibilitou o maior conhecimento da estrutura e do funcionamento do cérebro humano, comprovando ainda mais o que alguns estudiosos do passado já falavam em suas teorias.

Entre os estudiosos do desenvolvimento e do processo ensino-aprendizagem dialogaremos com Wallon, Vygotsky e Piaget, que em seus estudos revelam como os indivíduos pensam e se comportam nas diferentes fases da vida.

Henri Wallon (2010, p.288), define a afetividade como “um domínio funcional, cujo desenvolvimento é dependente da ação de dois fatores: o orgânico e o social. Entre esses dois fatores existe uma relação estreita tanto que as condições medíocres de um podem ser superadas pelas condições mais favoráveis do outro.” A teoria do desenvolvimento cognitivo formulada por Wallon preocupa-se com a prática pedagógica, por tanto defende uma prática que possa dar conta das necessidades do indivíduo no âmbito afetivo, cognitivo e motor, favorecendo assim, o seu desenvolvimento em todos os níveis.

Wallon (2010) destaca que a afetividade é central na construção do conhecimento e da pessoa. Ele sugere que a escola se comprometa com o desenvolvimento dos indivíduos, integrando o social e individual, e se engajando para inseri-lo na sociedade, proporcionando aos

mesmos uma formação integral. As ideias de Wallon se fundamentam na afetividade, no movimento, na inteligência e na formação do eu como pessoa, para este autor esses elementos se comunicam regularmente.

Na concepção construtivista de Piaget (2010) o conhecimento se inicia na ação do indivíduo sobre o objeto, transformar e compreender o real a partir do conhecimento do mesmo. A teoria psicogenética de Piaget nos permite entender o processo de aprendizagem enquanto construção do conhecimento e deduzir hipóteses sobre as leis próprias do desenvolvimento.

Esta abordagem responde às questões “como se forma o conhecimento” e “como evolui o conhecimento”, numa perspectiva construtivista, opondo-se basicamente à visão empirista e à racionalista. A criança atua ativamente na construção de seu conhecimento, daí a teoria construtivista; a base da aprendizagem é o cognitivo, que acontece por assimilação e acomodação, essa aprendizagem só ocorre se o esquema de assimilação sofrer acomodação (Piaget, 2010).

Na visão de Piaget (2010), as interações das crianças com os colegas e professores favorecem ações exploratórias, aquisição do conhecimento e construções mais significativas. Sendo assim, os professores poderão ajudar os alunos a adquirirem o conhecimento, desenvolvendo métodos que provoquem o desequilíbrio (conflito cognitivo) e possibilitem aos alunos a busca do restabelecimento do equilíbrio, através de métodos ativos de assimilação e acomodação.

Na teoria Vygotskiana, o desenvolvimento ocorre do nível social para o individual. A criança estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os familiares, a mediação com o adulto ocorre de forma espontânea. O conhecimento nasce nas relações sociais, assinalado por meios sociais, históricos e culturais. A aprendizagem e o desenvolvimento apresentam mediante a atenção, a memória, o pensamento, o autocontrole, o cálculo, os valores morais, o desenvolvimento e a afetividade.

A Teoria de Vygotsky representa uma importante tendência do pensamento evolutivo com a observação sócio genética e histórico-cultural dos processos do desenvolvimento de aprendizagem. Segundo ele o indivíduo, constrói a sua natureza, modifica suas condições de vida e molda-se, mas ele precisa aprender as habilidades que desenvolverá. Assim o processo de aprendizagem da cultura é um processo socialmente mediado.

Segundo o autor a mediação de um parceiro com mais experiências que possa instruir verbalmente ou apresente os objetos da cultura material e da cultura intelectual, para que ocorra a aprendizagem. Para ele o processo de aprendizagem é um processo socialmente mediado. Sendo assim a mediação caracteriza a relação de pessoas entre si e com o mundo.

Assim, para Vygotsky (2007, p.12) “a aprendizagem é a força propulsora do desenvolvimento intelectual, enquanto para Piaget o próprio desenvolvimento é a força propulsora.”

Diante do que foi apresentado percebe-se que a afetividade é a “mola” propulsora para que a aprendizagem aconteça de forma satisfatória. As novas tendências da Educação, embasadas pelos estudos da Neurociência, apontam para um desenvolvimento de um cérebro que vivência incertezas, sabendo lidar com o inesperado e com as frustrações do cotidiano.

O cérebro das crianças precisa serem desafiados, favorecendo uma aprendizagem prazerosa, real, significativa, criativa e potencializadora. Quando esse aprendiz é valorizado e respeitado em suas dimensões cognitiva, afetiva, orgânica e social, esse processo de aprendizagem se torna mais cheio de significado, despertando assim o desejo pelo apreender.

A sala de aula é um ambiente interativo, cabe ao educador compreender que os seus alunos são formados de uma biologia cerebral em contínuo movimento de transformação, pois as conexões neurais nunca param. O olhar investigativo do professor, possibilita intervenções valiosíssimas no processo de aprendizagem dos educandos.

Estudos comprovam que a aprendizagem acontece de maneira eficaz em uma esfera de amor, esse amor é definido na área da educação no sentimento de afetividade, que nada mais é, a capacidade de afetar o outro de forma positiva.

Para Freire (2001b, p.160) “A afetividade não se acha da cognoscibilidade”. A afetividade na sala de aula, dá ao professor suporte para que desenvolva atividades criadoras e experiências de aprendizagem prazerosa. O aluno tem que se sentir envolvido para aprender, e o professor tem que se envolver-se para ensinar. Emoção e envolvimento pelo conteúdo, pela escola, pelo trabalho, pela presença um do outro.

A sala de aula é, segundo Morais (2013), um espaço de contradições, mas é também um espaço de inter-relações, de infusão de ideias e de criatividade. Educar na esfera da afetividade é levar o aluno a refletir sobre seu mundo, fazendo-o perceber-se como ser em crescimento. É fazê-lo visualizar as oportunidades de crescimento, de mudança, levando-o a acreditar e confiar em si.

Somos os professores, adultos, que devem levá-los a ver o mundo sob o olhar da confiança, da solidariedade, dos novos valores, das possibilidades. Devemos guiá-los na direção de um saber fazer relacionado a seu cotidiano, que lhes traga alegria, satisfação e autoconfiança. Amar o aluno significa querer que tenha um futuro feliz, realizado profissional e pessoalmente.

O professor manifesta o amor, ao pautar a sua postura pedagógica mais na emoção que na racionalidade, valorizando não só os aspectos cognitivos dos alunos, mas entendendo e

permitindo-lhes manifestar sentimentos e curiosidade, porque a vida não se resume ao biológico, ao social, ou ao intelectual, é também espiritual, emocional, desenvolvendo uma inteligência em sua totalidade.

A escola é um lugar de socialização, de convivência e de integração, onde as relações afetivas têm um papel importante. O ponto de partida do trabalho pedagógico deve ser a emoção. A emoção é o gatilho para florescer a curiosidade, a atenção e depois para ajudar a memória no resgate das informações.

A escola deve ser um ambiente estimulador e desafiador, para que os alunos tenham condições de desenvolver a curiosidade e a vontade de vencer desafios na busca de respostas.

A aprendizagem se dá por meio da interação, o afeto provoca essa interação que por sua vez cria e viabiliza possibilidades de aprendizagem entre os pares, construindo uma atmosfera de aprendizado significativo.

A educação socioemocional deve fazer parte dos currículos escolares, objetivando desenvolver habilidades para os educandos que irão ajudá-los a vencer desafios e superar dificuldades com mais sucesso e felicidade em sua vida.

2.7 Planejamento no processo de alfabetização e letramento

Nos últimos anos, a questão de como se ensina tem se deslocado para a questão de como se aprende. Com o passar do tempo, foi-se refletindo sobre a questão da construção do conhecimento, o questionamento foi maior, no sentido da preocupação com a aprendizagem.

No entanto, não se quer dizer aqui que só se deve pensar na questão do aprendizado. Se realmente há a preocupação com a aprendizagem, deve-se questionar se a forma como se planeja tem em mente também o ensino, ou seja, deve haver uma correlação entre ensino-aprendizagem.

A aprendizagem na atualidade é entendida dentro de uma visão construtivista como um resultado do esforço de encontrar significado ao que se está aprendendo. E esse esforço é obtido através da construção do conhecimento que acontece com a assimilação, a acomodação dos conteúdos e que são relacionados com antigos conhecimentos que constantemente vão sendo reformulados na mente humana.

Numa perspectiva construtivista, há que se levar em conta os conhecimentos prévios dos alunos, a aprendizagem a partir da necessidade, do conflito, da inquietação e do desequilíbrio tão falado na teoria de Piaget. É aí que o professor, como mediador do processo

de ensino aprendizagem, precisa definir objetivos e os rumos da ação pedagógica, responsabilizando-se pela qualidade do ensino.

Embora muitos educadores reconheçam como funciona a realidade das turmas de alfabetização. Nesse contexto o processo ter uma atuação mais eficaz, definindo as diretrizes de seu trabalho, conduzindo e adequando às condições de sua realidade concreta.

O principal objetivo da organização do planejamento é o de possibilitar que o professor desenvolva um trabalho sistemático dos conteúdos e habilidades que envolva o processo de alfabetização e letramento.

Desenvolver um trabalho sistemático significa considerar, entre outros aspectos, uma continuidade entre uma sala e outra, ou seja, a previsão do ensino dos conhecimentos, atividades personalizadas de acordo com o nível dos alunos, ou seja, atividades desafiadoras e prazerosas. Essa postura por parte do professor faz com que o ambiente escola seja uma atmosfera de transformação e aprendizagem, gerando resultados positivos e duráveis.

Soares (2020, p.291) nos afirma que ensina com métodos, “exige que primeiramente se definam os objetivos, as metas a que se deve conduzir a criança: que habilidades ela precisa desenvolver, que conhecimentos precisa adquirir para que se torne alfabetizada, leitora, e produtora de texto.”

Ao planejar o professor precisa ter clareza das metas que deseja alcançar, para que haja a continuidade do desenvolvimento e aprendizagem de suas crianças.

Soares (2020, p.300) nos diz que:

O planejamento de suas práticas depende fundamentalmente de você ter clareza nas metas -habilidades e conhecimentos -a alcançar, para que haja continuidade no desenvolvimento e aprendizagem das crianças e para que as habilidades e os conhecimentos sejam desenvolvidos e aprendidos com integração das metas em cada ano.

A Base Nacional Comum Curricular, por ser um documento norteador dos currículos em todo o nosso Brasil, assegura essa progressão das aprendizagens ao longo dos anos. A integração das metas em cada ano escola visa orientar o planejamento da ação pedagógica do professor, que por sua vez não pode ser improvisada a cada dia, ela precisa ser uma ação com intencionalidade.

Para que um planejamento seja significativo para as crianças ele não pode se limitar a uma aula, Soares (2020, p.301) nos afirma em sua fala que.” para planejar sua ação pedagógica orientando-se pela continuidade das metas e a integração daquelas que são atribuídas ao ano pelo qual você está responsável, não planeje aula por aula.”

Segundo Soares (2020) o planejamento de uma aula significativa não pode se limitar a um dia, ela orienta que seja realizado uma sequência didática.

Construa um planejamento para uma semana ou uma quinzena, ou para o tempo necessário para estabelecer uma sequência adequada das atividades que possibilite desenvolver as habilidades e os conhecimentos pretendidos para aquela fase do processo de aprendizagem das crianças. (Soares, 2020, pp.301-302).

Mas, o que seria de fato uma sequência didática? Para Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004, p.82) “[...] é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito.”

A organização das atividades desenvolvidas pelo professor em razão do investimento no trabalho com uma sequência didática possibilita o acompanhamento da ampliação no nível de proficiência dos estudantes.

O ato de aprender acontece quando o indivíduo atualiza seus esquemas de conhecimento, quando os compara com o que é novo, quando estabelece relações entre o que está aprendendo com o que já sabe. E, isso exige que o professor proponha atividades que instiguem a curiosidade, o questionamento e a reflexão frente ao conteúdo.

Além disso, ao propiciar essas condições, ele exerce um papel ativo de mediador no processo de aprendizagem do aluno, intervindo pedagogicamente na construção que ele realiza. Para que de fato, isso aconteça, o professor deve usar o planejamento como ferramenta básica e eficaz, a fim de fazer suas intervenções na aprendizagem do aluno. É através do planejamento que são definidos e articulados os conteúdos, objetivos e metodologias.

O planejamento de ensino, portanto, é de suma importância para uma prática eficaz e conseqüentemente para a concretização dessa prática, que acontece com a aprendizagem do aluno. Se de fato o objetivo do professor é que o aluno aprenda, através de uma boa intervenção de ensino, planejar aulas é um compromisso com a qualidade de suas ações e a garantia do cumprimento de seus objetivos.

2.7.1 A questão do método

Por volta dos anos 80 via -se no método a solução para o fracasso de alfabetização, esse fracasso era traduzido em altos índices de reprovação, repetência e evasão. Como o fracasso persistia, a cada momento surgia um novo método.

Segundo Soares (2018, p.23) “ora uma ou outra modalidade de método sintético, ora uma outra modalidade de método analítico: silábico, palavração, fônico, sentencição, global...”

Os métodos sintéticos seguem a marcha que vai das partes para o todo. Na história dos métodos sintéticos temos a eleição de princípios organizativos diferenciados que privilegiam a decoração de sinais gráficos e as correspondências fonográficas. Essa tendência compreende o método alfabético que toma como unidade a letra; o método fônico que toma como unidade o fonema e o método silábico que toma como unidade um segmento fonológico mais facilmente pronunciável, que é a sílaba. De maneira geral parece que a escolha por apenas um caminho para sistematização das relações fonema grafema e letra, o fonema ou a sílaba, é que diferencia o tratamento em torno das correspondências fonográficas.

Os métodos sintéticos privilegiam o sentido do som na relação com os sinais gráficos e neles são comuns os exercícios de leitura em voz alta e o ditado: todas estas atividades guardam coerência com um tipo de pressuposto: o da transformação da fala em sinais gráficos.

Os métodos analíticos partem do todo para as partes e procuram romper radicalmente com o princípio da decifração, buscando atuar na compreensão, estes defenderam a inteireza do fenômeno da língua e dos processos de percepção infantil. Estes métodos tomam como unidade de análise a palavra, a frase e o texto e supõem que baseando-se no reconhecimento global como estratégia inicial, os aprendizes podem realizar posteriormente um processo de análise de unidades que dependendo do método (global de contos, sentencição ou palavração) vão do texto à frase, da frase à palavra, da palavra à sílaba.

Em meadas dos anos 1980, o construtivismo surge e com ele uma alternativa de combate o fracasso escolar, neste período surgem muitos estudiosos como Ferreiro, Teberosky & Lichtenstein (1986, pp.17-32) que “propunha-se que a solução, para combater os altos índices de reprovação na aprendizagem inicial da língua escrita seria não um novo método, mas uma nova concepção do processo de aprendizagem da língua escrita, “tendo como fim último o de contribuir na solução dos problemas de aprendizagem da lectoescrita na América Latina, e o de evitar que o sistema escolar continue produzindo futuros analfabetos.”

De acordo com Soares (2018, p.26):

O construtivismo enfatizou o papel da escrita, sobretudo de uma escrita “espontânea” ou “inventada”, considerada como processo por meio do qual a criança se apropriaria do sistema alfabético e das convenções da escrita, tornando desnecessária o ensino explícito e sistemático desse sistema e dessas convenções: também ao contrário dos métodos sintéticos e analíticos, que adiavam o convívio da criança com os usos e funções da língua escrita, a escrita de diferentes gêneros.

Nos anos iniciais do século XXI, apesar da força exercida pelo construtivismo nas duas décadas anteriores, o fracasso escolar persiste nas salas de alfabetização em especial agravando todo o sistema educacional.

O fracasso escolar no período anterior se configurava por meio de avaliações internas à escola, concentrando-se nas séries iniciais do ensino fundamental, já o fracasso na década inicial do século XXI é denunciado por avaliações externas à escola, como avaliações estaduais, nacionais, e até internacionais, essa defasagem se concentra nas séries de alfabetização e se estende ao longo de todo o Ensino Fundamental, chegando até o Ensino Médio.

Essa defasagem se traduz em altos índices do domínio da língua escrita, evidenciando grandes contingentes de alunos não alfabetizados ou semialfabetizados depois de quatro até muitas vezes oito anos de escolarização.

No processo de alfabetização faz-se necessário que o professor utilize métodos para auxiliá-lo na condução do ensino. Para tanto ele precisa apropriar-se de métodos já delineados e com comprovação científica.

Compreende-se então que, no processo de alfabetizar, há diferentes métodos de ensino, práticas variadas que são utilizadas pelos docentes de maneira geral, conforme se faça necessário, visto que as formas de aprendizagem são variáveis e o uso de um método para o ensino da leitura e da escrita pode ser efetivo para uma criança e, ao mesmo tempo, para outra não.

Para Soares (2018, p.27) “alfabetização, no estado atual das ciências linguísticas, da Psicologia Cognitivista, da Psicologia do Desenvolvimento, é processo complexo que envolve vários componentes, ou facetas, e demanda de diferentes competências.”

As facetas são: linguística, interativa e sociocultural. A faceta linguística, engloba o processo de alfabetização, enquanto a interativa e a sociocultural, englobam o letramento.

As facetas devem se desenvolver simultaneamente cada uma delas demandam ações pedagógicas diferenciadas. Tudo que uma criança precisa para dominar o processo de alfabetização e letramento é ter experiências reais ou seja significativa. Para que as crianças aprenderem melhor precisam estarem envolvidas em uma atmosfera que faça sentido para elas.

Neste sentido métodos são conjuntos de procedimentos que, com base em teorias e princípios linguísticos e psicológicos, orientam a aprendizagem em cada uma das suas facetas. Os métodos não atuam automaticamente, constituem de interações entre alfabetizador(a) e alfabetizados, efetivando-se nas inter-relação entre participantes.

Professores e alunos afetam a interação que entre eles ocorrem e intervêm na prática dos métodos, que procuram fazer a mediação entre ensino e aprendizagem. Quem alfabetiza não são os métodos, mas o professor que faz uso dos mesmos e adéqua-os a sua realidade.

Os métodos têm a importante função de propiciar ao ensino substrato científico e pedagógico que fundamente à prática, ao mesmo tempo que pode ser corrigida por ela,

oferecendo critérios para o encaminhamento e correção de rumos. Um ensino eficiente depende das adaptações necessárias de cada método para atender a individualidade de cada alfabetizando, tendo em vista que as salas de aulas são heterogêneas.

2.7.2 Planejamento das práticas pedagógicas no processo de alfabetização e letramento

Para atingir os objetivos proposto no processo de ensino e aprendizagem é necessário trilhar um caminho seguro. Esse caminho só é possível com um planejamento eficiente onde as habilidades e conhecimentos são claros. Esse planejamento deve contemplar o processo de ensino-aprendizagem, mas para isso é necessário definir os objetivos e as metas que se deve alcançar.

Essas ações pedagógicas não podem ser improvisadas a cada dia, elas precisam dar seguimento ao caminho que foi traçado no planejamento, por isso a importância de um planejamento eficaz e baseado no processo de aprendizagem.

Para planejar uma ação pedagógica orientando se pela continuidade das metas e a integração das que já são atribuídas ao ano, é imprescindível planejar com base em sequencias didáticas e não aula por aula. Esse planejamento deve contemplar as habilidades ao longo do processo e não se findar em uma mera aula.

É importante refletir sobre as práticas pedagógicas para transformá-las, caso seja necessário. Nesse sentido, Franco (2012, p.170) argumenta que: “Construir e desconstruir; começar de novo; acompanhar e buscar novos meios e possibilidades. Essa dinâmica é o que faz da prática uma prática pedagógica.” As práticas aqui discutidas dizem respeito à organização sistemática da ação do professor e as estratégias que podem ser utilizadas por ele no sentido de contribuir com o processo de alfabetização e letramento escolar.

O planejamento de atividades envolvendo as sequências didáticas deve articular diferentes eixos do ensino numa ação interdisciplinar de alfabetizar e letrar. Sobre isso, o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) confirma:

As sequências didáticas são atividades planejadas de forma sequenciada, de modo que a ordem interfere na sua realização; as respostas dos alunos a uma atividade direcionada e são mobilizadas na atividade seguinte. Em relação ao ensino da língua, por meio dessa forma de organizar o trabalho pedagógico, um mesmo conteúdo pode ser revisitado em diferentes aulas, de modo articulado e integrado. (Brasil, 2015, p.19).

Desse modo, entende-se que as sequências didáticas contribuem para aprimorar a leitura e a escrita numa condição de aprendizagem mais ampla e atraente, permitindo ao aprendiz

expressar-se bem em situações comunicativas formais e informais.

Por tanto planejar é definir, passo a passo, o caminho capaz de desenvolver nas crianças habilidades e conhecimentos para que se tornem alfabetizadas, leitoras e produtoras de textos. Esse caminho é uma sequência didática, pois essa ação pedagógica possui uma organização, de forma ordenada e articulada, das atividades para atingir determinadas habilidades e conhecimentos.

As sequências didáticas é um exemplo de integração de metas. O texto é ponto de partida para o processo de alfabetização e letramento, ele representa o início e a finalidade da aprendizagem da língua escrita, possibilitando o desenvolvimento de múltiplas habilidades de forma simultânea integrada, pois os textos proporcionam numerosas e variadas possibilidades de atingi-las.

Segundo Almeida (2009, p.71), “A sequência didática é uma postura do professor para planejar quais serão as melhores formas didáticas e quais serão as ferramentas mais pertinentes para levar o aluno ao conhecimento ou para trazer o conhecimento até o aluno.”

Por tanto uma sequência didática são passos que se encaixam e se multiplicam, aos poucos, de forma que o aluno segue acompanhando gradativamente, o que o professor está trabalhando. Com ações desse tipo alunos com dificuldades conseguem construir sua aprendizagem de forma significativa, pois suas necessidades são respeitadas e o mesmo encorajado a dá continuidade ao seu processo de aprendizagem.

Para que uma sequência didática tenha bons resultados é importante a multiplicidade de recursos no seu desenvolvimento, ou seja dá ao aluno uma possibilidade muito maior de desenvolver sua aprendizagem, pois, se ele não conseguir aprender o conteúdo por meio da escrita, ainda terá a música, os desenhos, os materiais concretos e manipuláveis, além das mídias interativas. Quando a sequência didática envolve as cinco linguagens tornar a aprendizagem mais significativa.

Uma criança ao chegar na escola ela traz consigo uma série de emoções, sejam elas boas ou ruins. Sabemos que não existe aprendizagem sem afetividade, temos de ter um primeiro momento para a acolhida desses alunos, principalmente aos alunos que possuem dificuldades de aprendizagem.

De acordo com Almeida (2009, p.72) “este primeiro momento precisa ser de acolhida, de estímulo, de reflexão e, principalmente, de forças afetivas com os demais colegas. Assim, os emocionais poderão ser percebidos, trocados, entendidos e, até mesmo modificado.”

Desse modo, nos 30 minutos de aula, devemos desenvolver uma atividade que possa ser explorada a questão afetiva.

Após o momento da acolhida, seguimos o conteúdo a ser desenvolvido, explorando os cinco sentidos: paladar, audição, visão tato e olfato. A escola por ser um espaço de formação tem por objetivo levar os alunos a formar representações para o mundo. É de suma importância que o educador conheça as formas como o ser humano aprende, para que mesmo possa falar na mesma linguagem e assim desenvolver uma educação de qualidade.

Segundo Cerqueira (2000, p.36):

O estilo que um indivíduo manifesta quando se confronta com uma tarefa de aprendizagem específica. [...] uma predisposição do aluno em adotar uma estratégia particular de aprendizagem, independentemente das exigências específicas das tarefas.

Isso implica dizer que a criança constrói uma característica própria no decorrer do processo de ensino aprendizagem, desenvolvendo assim suas competências e habilidades na conquista de sua autonomia através de estímulos do próprio ambiente onde vive.

As crianças precisam desenvolver cinco tipos de linguagens, a escola tem um papel fundamental nesse processo. As cinco linguagens são: linguagem pictórica que são desenhos, linguagem musical que são sons e ritmos, linguagem sinestésica que são os movimentos, linguagem midiática que são os computadores, celulares, *CD Roms* e outros, e a linguagem gráfica que são as letras e os números.

Dessa forma quando as aulas são planejadas em sequencias didáticas, onde se é trabalhado todas as linguagens o aluno terá mais facilidade para apreender aquele conteúdo, quanto mais linguagem usamos, melhor será os resultados da aprendizagem.

2.7.3 Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem

A aprendizagem é um processo que se realiza no interior do indivíduo e se manifesta por uma mudança de comportamento relativamente permanente em todas as suas fases e situações. A escola e o professor têm compromisso com a formação pedagógica e social dos alunos.

A escola é o lugar onde a criança deverá encontrar os meios para se preparar para realizar seus projetos de vida, obtendo uma qualidade de ensino, e, condição necessária para formação integral do aluno.

A necessidade de estímulos positivos no processo de aprendizagem faz toda a diferença na vida do educando. A escola, junto com o professor, que é o mediador do processo de ensino e aprendizagem e membro da comunidade escolar devem buscar meios de incentivo, a fim de promover hábitos de leitura com o escopo de contribuir para o desenvolvimento da criatividade,

assim como, para a formação da criticidade, bem como funcionar como uma facilitadora no processo de socialização do aluno.

O acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem é uma das responsabilidades do professor no seu trabalho em salas de aula. É uma das tarefas mais complexas a que ele se dedica e uma das mais importantes. Através desse acompanhamento o professor analisa os resultados de seu trabalho, reorganiza sua atuação, propicia aos estudantes uma aprendizagem de melhor qualidade e fornece dados para que a escola se reestruture buscando atingir seus objetivos.

No âmbito da sala de aula há muitas formas de realizar esse acompanhamento, desde as mais informais às mais sistemáticas.

O professor é tido como mediador da aprendizagem e o aluno como aquele que aprender por meio das interações, Segundo Fontana & Cruz (1997, p.21) “É na sua relação com o outro que a criança vai se apropriando das significações socialmente construídas”. Ao interagir em sala de aula, o aluno constrói significados por meio de objetos de conhecimento.

Nesse sentido, o papel do professor como mediador da aprendizagem é romper com o problema da mera transmissão de conteúdo. Para que a aprendizagem aconteça de forma significativa é necessário que o professor acompanhe a criança, oriente, organize os conteúdos respeitando o seu desenvolvimento ao longo do processo de aquisição da aprendizagem.

No entanto o desafio do professor é orientar os seus alunos de maneira que contemple a aprendizagem de todo, inclusive dos que apresentam dificuldades na aprendizagem. Para que a aprendizagem se efetive é necessário que o docente conheça sua turma e, especialmente, cada aluno, assim compreenderá suas especificidades, levando em conta que cada criança possui uma maneira distinta para aprender.

De acordo com Saravalli (2003, p.133) “[...] um bom professor deve ser também um bom investigador [...]”. Um professor precisa ter um olhar atento, ser sensível as queixas e comportamentos dos seus alunos para que ele saiba como intervir quando necessário.

Quando o professor acompanhar seu aluno de perto, ele desenvolve ações satisfatórias para desenvolvê-lo de forma holística, ou seja, de forma integral.

Portanto, o papel do professor/mediador frente as dificuldades de aprendizagem é planejar suas ações, tendo em vista o nível em que seus alunos se encontram. A partir de então, delinear suas atividades, visando aquilo que o aluno é capaz de fazer sozinho – Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDR) e intervir nas tarefas em que a criança ainda não consegue desenvolver sem auxílio - Zona de Desenvolvimento Real (ZDP).

Segundo Oliveira (2010, p.63), “É na zona de desenvolvimento proximal que a interferência de outros indivíduos é a mais transformadora.”.

Pode-se entender que o nível do desenvolvimento permitirá a intervenção do educador, propiciando a aprendizagem por meio da troca de saberes. Com isso o aluno sairá do seu nível conceitual atual para a constituição de um novo conhecimento real com fundamentação científica.

3 MARCO METODOLÓGICO

Descrever o caminho percorrido durante o desenvolvimento da pesquisa, assim como, esclarecer os conceitos que é intrínseco é de suma importância para a comprovação do trabalho. Segundo Prodanov & Freitas (2013, p.14) “Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.”

Para entender as características da pesquisa científica e seus métodos, é preciso, previamente, compreender o que vem a ser ciência. Essa definição etimológica, entretanto, não é suficiente para diferenciar ciência de outras atividades também envolvidas com o aprendizado e o conhecimento.

Segundo Lakatos & Marconi (2003, p. 80) acrescentam que, além de ser “uma sistematização de conhecimentos”, ciência é “um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar.”

Conforme Demo (2000, p. 25), “do ponto de vista dialético, conhecimento científico encontra seu distintivo maior na paixão pelo questionamento, alimentado pela dúvida metódica.” Os questionamentos como método da pesquisa, não surgem apenas como desconfianças esporádicas, essas desconfianças precisam ser estudadas e comprovadas cientificamente. Esses resultados do conhecimento científico, permaneceram questionáveis pois uma pesquisa nunca se finda, ela está sempre em desenvolvimento.

De acordo com Demo (2000) para ser um bom pesquisador é necessário duvidar do que vê, se diz, e ao mesmo tempo não acreditar na verdade absoluta.

No contexto da unidade de contrários, o caminho que vai é o mesmo que volta; criticar e ser criticado são, essencialmente, o mesmo procedimento metodológico. Nesse sentido, o conhecimento científico não produz certezas, mas fragilidades mais controladas (Demo, 2000).

Questionar, entretanto, não é apenas resmungar controlar, falar mal, desvalorizar, mas articular discurso com consistência lógica e capaz de convencer.

Para que a pesquisa possa ser considerada como científico, precisa ser lógico, sistemático, coerente, sobretudo, bem-argumentado. Isso o distancia de outros conhecimentos, como senso comum, sabedoria e ideologia.

Por tanto é necessário que ela siga alguns critérios como: delimitação e descrição objetiva e eficiente da realidade empiricamente observável, objetivação, discutibilidade, observação controlada dos fenômenos, originalidade, coerência, sistematicidade, consistência, linguagem precisa, relevância social, ética e intersubjetividade.

Esses critérios podem ser sistematizados certamente de outras formas, mas sempre têm em comum o propósito de formalização. De acordo com Demo (2000, p. 29), “dentro de nossa tradição científica, cabe em ciência apenas o que admite suficiente formalização, quer dizer, pode ser analisado em suas partes recorrentes. Pode ser vista como polêmica tal expectativa, mas é a dominante, e, de modo geral, a única aceita.”

No entanto a realidade não só é formalizável, mas real em suas partes formais. O racionalismo positivista vive dessa crença e por isso aposta, muitas vezes, em resultados definitivos e parâmetros metodológicos absolutos.

Os movimentos em torno da pesquisa qualitativa buscam confrontar-se com os excessos da formalização, mostrando-nos que a qualidade é menos questão de extensão do que de intensidade. Deixá-la de fora seria deturpação da realidade. “Que a ciência tenha dificuldade de a tratar é problema da ciência, não da realidade” (Demo, 2000, p. 29).

A ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. De acordo com Gil (2008, p. 8), “neste sentido não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade.”

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento (Gil, 2008).

A investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos”, para que seus objetivos sejam alcançados (Gil, 2008, p. 8).

Método científico é o conjunto de procedimentos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Dessa forma, neste capítulo serão apresentados o tipo, enfoque, técnicas e procedimentos metodológicos pertinentes a esse estudo.

Uma pesquisa consiste numa exposição completa, das razões e motivos de ordem teórica e prática que a tornam considerável.

Segundo Gil (2008, p.42), a pesquisa tem um carácter pragmático, é um “processo formal e sistemático do desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para os problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Portanto pesquisa é um conjunto de ações, para encontrar solução para um problema, que tem por base procedimentos sistemáticos.

Desse modo será apresentada a construção metodológica de trabalho, que tem como pesquisa científica “Os desafios de aprendizagem no processo de Alfabetização e Letramento da Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio ”.

Os sujeitos da pesquisa são os professores e alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública no município de Tianguá, Ceará/ Brasil, com a perspectiva de analisar os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento dos alunos.

Segundo Gil (2008, p.8), a investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos”, para que seus objetivos sejam atingidos. Nesse contexto, investigar é realizar uma exposição de forma completa, todavia suscita, para se descobrir as razões/motivos que torna fundamental no desenvolvimento da pesquisa. Para isso, recorrendo-se a processos metodológicos apropriados, como formular problemas, generalizar e construir argumentos e demonstrações.

Nesse sentido, há inúmeros caminhos que permitem ao investigador adentrar ao debate acerca da temática abordada e essa entrada pode ser através de “vias das políticas, da gestão, do financiamento de suas atividades, da sua relação com o universo social, local ou mundial, do currículo, da qualidade e pertinência dos conhecimentos e da formação produzida, dentre outros” (Santos, 2013, p.21).

Assim, nessa pesquisa, optou-se por fazê-lo pela via sobre os Desafios de Aprendizagem no processo de Alfabetização e Letramento, por alguns motivos como: analisar como os professores percebem e expressam as dificuldades de aprendizagem de seus alunos, descrever os desafios de aprendizagem encontradas nas na sala de 2º ano do Ensino Fundamental e identificar as estratégias de ensino utilizadas pelas professoras que contribuem com a aprendizagem dos alunos.

3.1 Justificativa da investigação

Considera-se os desafios de aprendizagem como um assunto que perpassa muitas gerações e observarmos a evolução da escola através dos tempos. O interesse em discutir este tema decorre da necessidade de tomar iniciativas que visem a construção de novas metodologias, e evitem que os desafios de aprendizagem resultem em fracasso educacional. As crianças não podem continuar a serem vítimas de métodos, por mais populares que eles sejam.

Temos de ajustar as condições internas de aprendizagem, isto é, as condições da criança o que pressupõem um estudo aprofundado do seu desenvolvimento biopsicossocial, às

condições externas da aprendizagem, ou melhor as condições de ensino inerente ao professor e ao sistema de ensino.

A presente pesquisa é de total relevância, tendo em vista que os desafios de aprendizagem dos alunos representam um enorme desafio para a educação e sinalizam a necessidade de ferramentas pedagógicas eficazes. Educar alunos para a vida não demanda apenas transmitir conteúdos, mas também ensiná-los a viver, a administrarem suas vidas e a se relacionarem uns com os outros.

Contudo, lecionar é um grande desafio dentro do universo educacional, já que os professores precisam entender qual será sua melhor forma de atuação dentro da sala de aula. O ato de ensinar requer que professores transformem a vida dos alunos através de processos permanentes de aprendizagem.

Para que os nossos alunos aprendam, é necessário encantá-los, e a afetividade é protagonista desse processo de ensino.

Segundo Machado & Elias (2021, p.18), “se a sala de aula é um espaço tipicamente interativo, cabe ao professor/educador compreender que seus alunos são formados de uma biologia cerebral em movimento contínuo de transformação, pois as conexões nervosas nunca param”.

Por tanto faz se necessário que o professor tenha um olhar diferenciado, para que consiga atender as necessidades cognitivas de cada aluno, realizando intervenções eficazes e preparando atividades de acordo com a necessidade de seus alunos.

É possível planejar e executar aulas agradáveis e prazerosas trazendo para a sala de aula, estímulos que sejam capazes de motivar a aprendizagem desses aprendentes. Na maioria das vezes essas crianças precisam de uma atenção especial e um olhar afetuoso.

Dentro deste contexto, a presente pesquisa visa contribuir na análise de fatores que estão embutidos nos desafios de aprendizagem que os alunos apresentam no processo de alfabetização e letramento.

No cenário atual cabe a escola e o professor, a responsabilidade de ensinar e com o desafio de encantar os alunos e revitalizar as práticas pedagógicas. Os educadores do século XXI, precisam elaborar, definir, e organizar melhor os conceitos de aprendizagem.

O aluno deve ser visto como um sujeito ativo, capaz de aprender, que percebe o ambiente no qual está inserido e age sobre ele. Nesse sentido a mediação do professor é de extrema importância para o aprimoramento das competências e habilidades dos alunos.

Para que os desafios de aprendizagem sejam vencidos é preciso que os professores orientem e proponham condições para que os alunos exerçam suas potencialidades. Encontrar

a melhor metodologia e a melhor prática de trabalho, exige do professor pesquisa, empenho e um olhar investigativo, ou seja, um olhar atento para avaliar e acompanhar o processo de desenvolvimento de seus alunos.

3.2 Problema da investigação

Os desafios de aprendizagem são oriundos de uma dificuldade manifestada na aprendizagem simbólica, independentemente de uma adequada inteligência ou desenvolvimento de um adequado método de ensino.

Não é só as crianças e jovens de classes desfavoráveis que sentem obstáculos de aprendizagens. As crianças de classes favoráveis passam por desafios de aprendizagem, pois muitas vezes as pressões exercidas pelo sistema de ensino e pelas famílias refletem em impedimentos de aprendizagem.

Há de se considerar que existem desafios de aprendizagem em leitura e escrita que estão relacionadas às causas pedagógicas, ou seja técnicas, métodos e ações educacionais que não são condizentes com o potencial das crianças.

No entanto, para que esses desafios em leitura e escrita possam ser solucionados é necessário haver toda uma reciclagem dos currículos e dos métodos.

Para elucidar as dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita sejam elas de causas orgânicas ou mais complexas, faz-se necessário e imprescindível avaliar toda a dimensão que caracteriza o problema.

Os alunos apresentam estilos de aprendizagem diferentes, ou seja, cada um aprende de uma forma. Uns são mais visuais, outros mais auditivos, alguns mais cenestésicos e outros mais espaciais. Além de tudo isso, cada aprendente apresentar um ritmo neural próprio para aprender, requerendo do professor experiências pedagógicas ricas em estímulos, para desenvolver o interesse e capacidades de todos os alunos e suas formas de aprender.

Experiências pedagógicas bem-sucedidas permite a criança desenvolver sua autoconfiança, para enfrentar novos desafios e a motivação para aprender novas habilidades. Por tanto o professor é o mediador entre o objeto do saber e o aluno, para que seja protagonista do seu próprio conhecimento.

De acordo com Machado & Elias (2021, pp. 82-83),

Aprende-se melhor quando há a integração do sensorial, do emocional, do racional, do ético, do pessoal, e do social. Quando há a interação com os outros e com o mundo e quando há motivação e interesse em conhecer algo. Aprende-se melhor quando há vivência, experiência, conexão com o real e com afeto.

Assim sendo, podemos levantar alguns questionamentos que irão nortear a nossa pesquisa.

- Quais os desafios de aprendizagem mais comuns entre as crianças nas classes de alfabetização que podem ser elencadas e encontradas com maior frequência?
- Como o professor vê os desafios de aprendizagem dos alunos?
- Quais são os principais desafios enfrentados pelos professores no processo de alfabetização e letramento no cenário pós pandemia.
- Quais as ações educativas realizada pela escola para superar tais desafios de aprendizagem?

É fácil observar as mudanças que acontecem no mundo e na sociedade em que vivemos, principalmente no que se refere a tecnologia e inovação, pois a velocidade destas mudanças está cada vez maior. Vivemos hoje uma realidade muito diferente de poucos anos atrás. Mudaram os hábitos e os costumes das pessoas, a forma de se comunicar e obter informações, grandes e consolidadas empresas perderam espaço para novas marcas com propostas inovadoras e diferenciadas.

A partir dos anos 90 deflagrou-se a Revolução Tecnológica ou Terceira Revolução Industrial. Diante das mudanças ocasionadas pela inovação tecnológica ocorrida a partir dos anos 90, percebemos que o comportamento das crianças nascidas neste período é bem diferente dos nascidos em épocas anteriores.

Mudanças profundas ocorreram no mundo com a globalização. Essas mudanças afetaram a cultura, a tecnologia, a saúde e nossas relações sociais. Assim, os grandes avanços tecnológicos nos transformaram em uma sociedade da informação. Na sociedade atual a informação ganhou tanta importância que se tornou matéria-prima do desenvolvimento econômico, social e tecnológico de um país. (Werthein, 2000, p.73).

No entanto, a escola ainda não possui métodos muito modernos para ensinar e prender a atenção dos alunos que acabam se dispersando durante as aulas. Desenvolver novos métodos de ensino para atender a nova geração é um desafio.

Portanto, a pesquisa buscará respostas para os desafios de aprendizagem no processo de alfabetização e letramento nas salas de 2º ano da Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio.

Dessa forma surge a pergunta que norteará essa investigação que visa saber: Quais os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento na escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio?

3.3 Objetivos da pesquisa

3.3.1 Geral

Analisar o processo da aprendizagem em fase de alfabetização e letramento dos alunos do 2º ano na Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio.

3.3.2 Específicos

- Analisar como os professores percebem e expressam as dificuldades de aprendizagem de seus alunos.
- Descrever os desafios de aprendizagem encontradas nas na sala de 2º ano do Ensino Fundamental;
- Identificar as estratégias de ensino utilizadas pelas professoras que contribuem com a aprendizagem dos alunos.

3.4 Desenho metodológico

A pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de uma determinada população ou estabelecimento determinando as possíveis variáveis.

De acordo com Gil (2008, p.28), “as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc.”.

Nesta perspectiva, o desejo da pesquisadora é analisar e conhecer os desafios de aprendizagem mais comuns apresentados pelos alfabetizandos, assim como o olhar do professor em relação a esses problemas, pois esse tipo de pesquisa visa o conhecimento da atuação prática, sendo essa prática pedagógica objeto de estudo do presente trabalho.

Essa investigação apresenta modelo transversal que é um tipo de estudo observacional em que o pesquisador não interage com a população amostral de modo direto senão por análise e avaliação conseguidas através da observação. Essa observação será por um período definido, na ocasião iremos observar os tipos de dificuldades mais comuns e os métodos utilizados pelos professores.

Segundo Gil (2008, p.119) “A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise

e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa.”

Portanto, a observação nada mais é do que o uso dos cinco sentidos com o intuito de adquirir os conhecimentos necessário para desvendar os questionamentos do cotidiano, essa observação é adquirida de forma direta sem interferência do pesquisador.

De acordo com Alvarenga (2019, p. 60) as pesquisas no modelo transversal:

Estudam as variáveis em um momento determinado, sem realizar um seguimento prospectivo nem retrospectivo. É como fazer um corte no tempo. Em muitos estudos do comportamento humano, pode-se tomar os dados de um só grupo, ou de diferentes grupos, simultaneamente em um dado momento. O tempo não intervém no comportamento das variáveis.

Através do enfoque qualitativo poderemos compreender o fenômeno referente as dificuldades de aprendizagem referentes ao processo de alfabetização e letramento. ou seja, esse enfoque torna se essencial para responder questões particulares dessa problemática, trabalhando com significados e aspirações, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Trata-se de um estudo qualitativo, pois a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados não são-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Com esse tipo enfoque será possível analisar os desafios de alfabetização e letramento que os professores sentem nas salas de 2º ano do ensino fundamental e apontar as suas possíveis causas, para que assim possamos elencar ações para potencializar uma aprendizagem significativa e assim transformar vidas e futuras gerações.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural;

respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

3.5 Contexto espacial e socioeconômico da pesquisa

O Brasil está localizado na América do Sul, sendo o maior país dessa América e o 5º do mundo em extensão territorial. (IBGE, 2021), o Brasil possui uma área de 8.514.876.599 km², abrigando uma população de 212,7 milhões de habitantes, o que representa um aumento de 7,6% ante 2012. Nesse período, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais saltou de 11,3% para 14,7% da população formados por brancos, pardos, negros, amarelos e índios. Seu espaço geográfico divide-se em 26 Estados e 1 Distrito Federal.

O Brasil possui a maior economia da América Latina, sendo a segunda da América – atrás apenas dos Estados Unidos – e a sétima maior do mundo. Vem se expandindo no mercado nacional e internacional. Além de fazer parte dos BRICs, também participa de diversos blocos econômicos como o Mercosul, o G20 e o Grupo de Cairns. Tem como moeda oficial o Real (R\$), criada em 1994, servindo de base para as suas transações econômicas e financeiras que geram o seu desenvolvimento.

Figura 1: Localização geográfica do Brasil.



Fonte: IBGE (2021).

Em meadas do século XX as oportunidades de acesso à escola pública se ampliaram por meio do crescimento do número de instituições escolares e conseqüentemente, do aumento de possibilidades de matrículas no ensino fundamental.

A taxa de escolarização da população cresceu significativamente, em um processo contínuo que trouxe à atual universalização do ensino fundamental.

Considera-se a aprendizagem da língua escrita, condição necessária para a continuidade do processo de escolarização em todos as áreas e todos os níveis de ensino. Analisando a taxa de universalização de acesso à escola com os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização, percebe-se que mais da metade das crianças no 3º ano do ensino fundamental foram avaliados como estando em “nível insuficiente”, e deveriam já estar alfabetizados, capazes de ler e interpretar pequenos textos, habilidades avaliadas pelas avaliações externas.

O fracasso em alfabetização tem sido uma constante na educação pública brasileira. Diante desse fracasso na alfabetização das crianças conclui-se que a universalização do ensino fundamental, não resultou em democratização da educação, ter acesso a escola não significa ter um ensino de qualidade, isso significa que não conquistamos a igualdade de direitos e de possibilidades.

Na história da alfabetização no Brasil, o principal propulsor das periódicas mudanças de paradigma e de concepção de métodos tem sido o persistente fracasso da escola em levar as crianças ao domínio da língua escrita.

Nos anos iniciais do século XXI, apesar da hegemonia exercida pelo construtivismo nas duas décadas anteriores, o fracasso em alfabetização persiste, embora esse fracasso configure-se de forma diferente. Atualmente esse fracasso é denunciado por avaliações estaduais, nacionais e até internacionais. Esse fracasso se concentra na série inicial da escolarização e se expandir ao longo das outras séries, chegando ao ensino médio, evidenciando contingentes de alunos não alfabetizados ou semialfabetizados depois de quatro, seis, oitos anos de escolarização.

O Ceará é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situado no norte da Região Nordeste e tem por limites o Oceano Atlântico a Norte e Nordeste, Rio Grande do Norte e Paraíba a leste, Pernambuco ao Sul e Piauí a Oeste. Sua área total é de 148 894,442 km², ou 9,37% da área do Nordeste e 1,74% da superfície do Brasil. A população estimada do estado para 1.º de julho de 2021 era de 9 240 580 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo o oitavo estado mais populoso do país.

O Estado é conhecido nacionalmente pela beleza de seu litoral, pela religiosidade popular e pela fama de ser grande berço de talentos do humor. A jangada, ainda comum ao longo da costa, é considerada um dos maiores símbolos do povo e da cultura cearenses. O Ceará concentra 55% de toda caatinga do Brasil e é o único estado do Nordeste-Sudeste a estar completamente inserido na sub-região do sertão. Décimo primeiro estado mais rico do país e o

terceiro do Nordeste, o Ceará apresentava, em 2010, a melhor qualidade de vida do Norte-Nordeste.

A economia do Ceará gira em torno do setor terciário, que chega a ter 75% de participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual. O setor turístico é um dos mais importantes, com a geração de emprego e renda para a população local, aproveitando as belezas naturais que existem no Ceará, além de atrativos religiosos, arqueológicos e históricos.

Na agropecuária, o Estado possui uma plantação significativa de banana, castanha-de-caju, mamão, maracujá e manga. Esses produtos abastecem tanto o mercado regional quanto o nacional, exportando para estados vizinhos. A criação de gado é modesta se compararmos a outros estados nacionais, mas contribui para a economia local.

Rebanhos bovinos, caprinos, ovinos, suínos e asininos são criados no estado, mas o destaque fica por conta dos galináceos, que atingiram cerca de 31 milhões de cabeças em 2019, o que levou ao 10º lugar na produção nacional e ficando como o 3º maior produtor da região, atrás de Pernambuco e Bahia, segundo e primeiro lugar regional, respectivamente.

Figura 2: Localização geográfica do Estado do Ceará.



Fonte: Recuperado em 24 de maio de 2023, de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cear%C3%A1>,

O sistema de educação cearense se apoia em cinco eixos interdependentes: alfabetização na idade certa para todas as crianças, incentivos financeiros para os municípios, assistência técnica na elaboração de materiais e atividades pedagógicas e avaliação contínua do aprendizado de estudantes. Existem alguns programas básicos da política de educação.

O Programa de Aprendizagem na Idade Certa (MAIS PAIC), que visa oferecer aos municípios formação continuada aos professores, apoio a gestão escolar, sua principal meta é garantir a alfabetização dos alunos no 2º do Ensino Fundamental da rede pública.

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) é uma vertente de Avaliação de Desempenho Acadêmico, caracteriza-se como avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) chegou junto com ações desenvolvidas que têm como finalidade mobilizar e preparar os estudantes da rede estadual para que possam fazer o Exame com segurança e perspectiva de ingresso no ensino superior.

Entre as atividades pedagógicas ofertadas, os alunos contam com o Plantão Tira-Dúvidas; Preparação: Rumo à Universidade; Ciclo de Palestras; Sabadões do Enem e os Simulados feitos pelo Descomplica, Geekie e Secretaria de Educação (SEDUC), além do fortalecimento da aprendizagem em sala de aula no dia a dia da escola.

3.5.1 Delimitação da pesquisa

Tianguá é um município brasileiro do estado do Ceará. Localiza-se na região noroeste, do norte do estado. Esse município possui uma área de 908,9 km² e uma população de 77 111 habitantes estimada pelo IBGE, em 22 de setembro de 2022, é o município da região da Ibiapaba com maior população.

O município de Tianguá está subdividido em oito unidades, sendo a sede e mais sete distritos: Arapá, Pindoguaba, Caruataí, Tabaiúna, Itaguaruna, Acarape e Bela Vista.

A economia local gira em torno da agricultura. Assim como na maior parte da Serra da Ibiapaba, é muito comum o plantio da cana de açúcar, batata-doce, caju, morango, tomate e pimentão, além de outras frutas e hortaliças.

Em sua sede está localizada a Central de Abastecimento do Ceará S/A (CEASA), onde é comercializada a maioria da produção de hortaliças e frutas da Ibiapaba e regiões vizinhas para vários estados Brasileiros. A pecuária é focada na produção de bovinos e aves.

A Secretaria de Educação do município de Tianguá, em parceria com o Estado do Ceará, busca investir em projetos educacionais visando proporcionar aos alunos as oportunidades de desenvolver as habilidades que se encontram em defasagem de aprendizagem.

A maioria desses projetos tem por base o desenvolvimento das habilidades essenciais para o processo de alfabetização e letramento. O Projeto de Intervenção para a Recomposição

de Aprendizagens (PIPAS), é um projeto interventivo que tem por meta desenvolver o protagonismo do estudante.

O Projeto Voe Alta, em parceria com a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), tem por finalidade recompor as aprendizagens dos estudantes. O projeto sexta-literária tem por objetivo proporcionar aos alunos o contato com vários autores da literatura infantil; estimular o gosto pela leitura de livros infantis e criar situações que favoreçam o contato das crianças com o exercício da leitura e da escrita para que com as intervenções necessárias avancem em suas hipóteses.

Temos o Projeto Eu Sou Escritor objetiva promover leitura e escrita de diversos gêneros textuais, de forma que os alunos sejam motivados a ler e escrever. Essas são algumas ações do município em prol de uma educação de qualidade.

A escola participante da pesquisa fica localizada no Bairro Regis de Diniz, na rua Francisco Ordônio de Vasconcelos, é uma escola média porte que atende nos turnos manhã e tarde crianças do 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental, informática e Educação Especial pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), são 13 turmas no total de 385 alunos.

As práticas pedagógicas desenvolvidas nessa escola são fundamentais para responder aos questionamentos dessa pesquisa, tendo em vista que o trabalho desenvolvido e as ações reflexivas e conscientes tanto do professor como da comunidade escolar contribuem para uma educação de qualidade e significativa.

Figura 3: Escola participante da pesquisa.



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Figura 4: Pátio da Escola participante da pesquisa.



Fonte: Acervo da pesquisadora.

3.6 Participantes da pesquisa

O maior desafio das escolas na atualidade está relacionado ao processo de alfabetização e letramento, sendo os educadores e os educandos as peças fundamentais para essa engrenagem funcionar.

A pesquisa será realizada com os professores e alunos das turmas do 2º ano do ensino fundamental da Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio em Tianguá / CE, pois essa é uma turma avaliada constantemente pelas avaliações externas. Avaliações estas, que estampam o fracasso escolar no processo de alfabetização e letramento repercutindo em todas as outras séries.

De acordo com Alvarenga (2019, p.65):

Quando os indivíduos que constituem o universo são muito numerosos, toma-se uma amostra representativa do mesmo, a qual constitui um grupo menor que possui as características da população na qual se colocará em prática a investigação, com o intuito de generalizar as descobertas à população estudada.

Sendo assim, é necessário delinear os participantes dessa investigação, para que possamos chegar a resultados sucintos dessa pesquisa, oferecendo uma melhor qualidade ao estudo.

Portanto, na busca por atender os objetivos da pesquisa, teremos a dos professores e dos alunos para analisarmos as ações desenvolvidas pela escola.

Quadro 01. Participantes da pesquisa.

PROFESSOR	TURNO	TURMA	QUANTIDADE
SILVANI	MATUTINO	A	34
SILVIA	MATUTINO	B	30
OLENÚBIA	VESPETINO	C	26
RUTE	VESPETINO	D	30
COORDENADORA	-	-	-

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

3.6.1 Professores

Sendo os professores uma das ferramentas necessárias para o funcionamento dessa engrenagem que é o processo de alfabetização e letramento, a participação do professor é de suma importância para a pesquisa, pois é o professor que está diretamente ligado com o processo de ensino aprendizagem de seus alunos.

A pesquisa será realizada com 04 professores do 2º ano. As educadoras possuem formação em Pedagogia e uma vasta experiência como professora alfabetizadora, atuando na escola pesquisada a mais de um ano e na educação entre 15 e 20 anos.

3.6.2 Alunos

A instituição escolhida foi a Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio, é uma escola que apresenta um bom desempenho nas avaliações externas, ela atende algumas turmas no tempo integral.

No total são 04 salas de 2º ano, no entanto iremos escolher uma sala para participar da pesquisa. Aproximadamente temos em cada turma 30 alunos. “A seleção da turma que irá participar será definida por critérios, de forma não probabilística intencional é aquela em que a seleção da amostra se faz de forma arbitrária, em função dos elementos que estão mais ao seu alcance” (Campoy, 2019, p.84).

3.6.3 Seleção dos participantes

Considerando a aprendizagem da língua escrita, condições necessárias para a continuidade do processo de escolarização em todas as áreas e todos os níveis de ensino,

percebe-se um fracasso constante em alfabetização. Nesse sentido sendo o 2º ano uma série decisiva para o processo de alfabetização, sua amostra foi intencional.

Segundo Campoy (2019, p.84) “os sujeitos de relacionam a critério de investigação. Se trata de obter amostras” representativas “mediante a inclusão de grupos supostamente típicos”.

Considerando a aprendizagem da língua escrita, condições necessárias para a continuidade do processo de escolarização em todas as áreas e todos os níveis de ensino, percebe-se um fracasso constante em alfabetização. Nesse sentido sendo o 2º ano uma série decisiva para o processo de alfabetização, sua amostra foi intencional.

3.7 Técnicas e instrumentos da coleta de dados

Na perspectiva de alcançar os objetivos propostos e assim, por conseguinte, responder à questão problema da investigação, organizou-se as técnicas de coleta de dados para responder os objetivos de pesquisa.

O instrumento de coleta de dados está relacionado aos objetivos, sendo assim a escolha das técnicas e instrumentos deve ser apropriada para auxiliar no alcance dos objetivos da investigação. No caso dessa investigação, se fez necessário o acesso de um instrumento eficaz ao que se quer saber, percorrendo por um caminho de planejamento para a realização de cada etapa.

De acordo com Silva (2017, p. 68): “o pesquisador precisará indicar as técnicas que serão utilizadas no trabalho. As técnicas funcionam como as ferramentas da coleta de dados. Alguns exemplos de técnicas: entrevista, observação, pesquisa de opinião, questionário, testes, análise de conteúdo, história de vida e outras”.

Para a coleta de dados da presente investigação, foram utilizadas a seguinte técnica e instrumento: entrevista semiestruturada e a observação participante.

Segundo Minayo (2001, p.58) as entrevistas podem ser:

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, toma-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semiestruturadas.

Através dessas técnicas, o pesquisador busca obter informações dos atores da pesquisa. Ela não significa uma conversa aleatória e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma

determinada realidade que está sendo pesquisada.

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos.

De acordo com Minayo (2001, p.59) “O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados”, ou seja, o pesquisador pode modificar e ser modificado pelo meio que está inserido. A relevância dessa técnica se dá pelo fato de podermos captar situações e fenômenos que não são obtidos por outras técnicas.

3.7.1 Entrevista semiestruturada

O ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento, será realizado uma entrevista com os professores do 2º ano do ensino fundamental, tendo em vista que essa é uma série onde as crianças devem consolidar o processo de alfabetização e letramento segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

De acordo com Salvador (1980 *apud* Ribeiro, 2008), a entrevista tornou-se, nos últimos anos, um instrumento do qual se servem constantemente, e com maior profundidade, os pesquisadores das áreas das ciências sociais e psicológicas.

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas por pesquisadores para a coleta de dados,

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas. (Richardson, 1999 p 207).

De acordo com Salvador (1980 *apud* Ribeiro, 2008), a entrevista tornou-se, nos últimos anos, um instrumento do qual se servem constantemente, e com maior profundidade, os pesquisadores das áreas das ciências sociais e psicológicas. Recorrem estes à entrevista sempre que têm necessidade de obter dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais, podendo estes serem fornecidos por determinadas pessoas.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo. (Rosa & Arnold, 2006, p.17).

Esta técnica permite obter manifestações verbais diretas das pessoas envolvidas no estudo, por isso é necessário que o investigador domine a linguagem do grupo ou das pessoas

entrevistas. O entrevistado deve se expressar com sua própria linguagem, e relatar fatos e experiências a partir da sua visão.

A entrevista é realizada seguindo algumas pautas ou esquemas previamente preparados de acordo com o objetivo de estudo. Assim como pode consistir em uma conversa livre, sem guia sem esquema, mas sem descuidar-se do objetivo, o que orienta em rumo dirigir a conversa. (Alvarenga, 2019, p. 89).

Esse tipo de entrevista irá contribuir muito para nossa pesquisa, pois os professores poderão expressar seus pontos de vista, experiências e pensamentos as dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização e letramento das crianças.

Os professores e a coordenadora serão os participantes entrevistados, pois são eles que estão diariamente em convívio com os discentes e com os desafios que são constantes nesse processo que é promover uma alfabetização de qualidade e assegurar a continuação das aprendizagens ao longo da vida.

Por ser a entrevista uma técnica importante para se coleta dados subjetivos se optou por uma entrevista estruturada. Essa técnica irá nos assegurar o cuidado e o rigor que uma pesquisa necessita ter. Com base nas respostas teremos a possibilidade de análise dos dados tornando essa pesquisa mais rica e segura.

3.7.2 Observação participante

A observação participante é uma técnica de coleta muito adequada para o investigador aprender a compreender e intervir nos diversos contextos. A observação toma parte do meio aonde as pessoas se envolvem. Por ser o ambiente escola uma aproximação do cotidiano dos indivíduos e das representações sociais, se optou por esse tipo de técnica que irá contribuir significativamente na compreensão da dinâmica da sala de aula pesquisada.

Para Ezpeleta & Rockwell (1986, p.15), trata-se de “documentar a realidade não documentada”. Porém,

A observação enquanto técnica exige treino disciplinado, preparação cuidadosa e conjuga alguns atributos indispensáveis ao observador investigador, tais como atenção, sensibilidade e paciência. Tem por referência o(s) objetivo(s), favorecendo uma abordagem indutiva, com natural redução de “pré-concepções”. A possibilidade de vir a clarificar aspectos observados e anotados em posterior entrevista e em observações mais focalizadas, constitui um ganho excepcional face a outras técnicas de investigação. (Correia, 2009, p.35).

Por ser a sala de aula um ambiente rico em interações e experiências de aprendizagem, se buscou esse tipo de abordagem, pois ela favorece uma visão holística e natural dos participantes envolvidos nessa pesquisa.

Optemos por esse tipo de instrumento de coleta de dados porque esses participantes estão em processo de alfabetização e letramento, então sua faixa etária ficaria inviável outro tipo de técnica.

A observação participante nos permite uma grande aproximação do grupo nos dando oportunidade de conhecer o participante em suas atividades diárias, trazendo grandes contribuições para a nossa pesquisa.

3.7.3 Validação dos instrumentos

A elaboração do instrumento e sua validação oportunizam a possibilidade de o pesquisado coletar dados objetivos, para lograr evidências científicas que possam proporcionar mudanças na prática de procedimentos que poderão diminuir os riscos aos quais os participantes estão expostos. Para Campoy (2016, p. 89), “a respeito da validade das técnicas, se entende que a validação é um processo contínuo que inclui procedimentos diferentes para comprovar se uma entrevista mede o que disse realmente medir”.

O propósito dessa pesquisa é apresentar dados confiáveis e válidos, com isso, os instrumentos de pesquisa após elaborados serão enviados a 3 professores doutores, especialistas na área dessa temática, e solicitados a esses especialistas que analisem a clareza e coerência quanto aos objetivos e problema em estudo no intuito de que esses instrumentos se tornem relevantes para os resultados da investigação. Campoy (2019, p. 95), diz que: “a validade é uma parte fundamental da metodologia. As pontuações de medição geradas por qualquer procedimento de medição devem atender às características de validade, juntamente com a confiabilidade”. Assim obteremos credibilidade e confiança em realizar as alterações devidas.

A opção pelo questionário fundamentou-se nas opiniões muito favoráveis da literatura da especialidade e no reconhecimento do elevado número de investigações que têm sido suportadas por este instrumento a entrevista e observação participante.

Após a elaboração da entrevista aberta, ela foi encaminhada para professores especialista para que eles possam apresentar sugestões quanto à compreensibilidade dos itens, sugerindo alterações caso seja necessário.

Com questões elaboradas para os participantes, sendo posteriormente encaminhado para análise e verificação sobre as congruências e adequações entre as questões formuladas e os objetivos propostos na investigação. O resultado da análise dos professores garantiu a validação desses instrumentos.

3.7.4 Questões éticas

Diante de uma temática tão importante e de elevado valor social, apresentamos nesse tópico as regras éticas em que esse estudo foi desenvolvido.

Apontamos aqui que essa pesquisa foi pautada em apresentar os objetivos para os participantes do estudo de forma que eles conhecessem a temática e assim demonstrassem sua intenção em participar voluntariamente desse estudo sem nenhuma consequência. Os desafios no processo de alfabetização e letramento, pois seus nomes seriam mantidos no mais absoluto sigilo, bem como apresentados em forma de códigos para que de forma alguma sejam identificados.

Os objetivos foram demonstrados a todos os participantes através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (conforme Apêndice). Por sua vez conforme Apêndice, Termo de Consentimento Livre, Após Esclarecimento os participantes assinaram se mostrando assim interessados em participar dessa investigação.

Para a realização deste trabalho, foi solicitada a colaboração de quatro professoras e uma coordenadora de forma que estas participassem das atividades de observação e posteriormente da entrevista, as docentes concordaram em colaborar e assinaram o termo de participação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O referido capítulo apresenta e analisa os resultados obtidos da pesquisa, que foram produzidos a partir dos instrumentos de coleta de dados realizados na Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio, Estado do Ceará, Brasil. Do mesmo modo, discorreremos sobre os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental a fim de responder, o que os docentes opinam acerca da temática estabelecida por essa pesquisa.

Segundo o Gil (2008, p. 175):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Para Lakatos (2003, p. 167) análise “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”, [...] enquanto interpretação dos dados é “a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos”.

No mesmo contexto, Campoy (2016, p.55) define que “análise tem como objetivo acercar o entrevistador o mais possível ao mundo ou a experiência contada pelo entrevistado.”

Assim, essa pesquisa fundamentou-se em uma análise estritamente qualitativa, no sentido de termos utilizado como técnica a entrevista em profundidade para atender os requisitos desse estudo, pois de acordo com Gil (2008, p.133):

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

No entanto, a presente pesquisa analisou todos dados coletados nos guias de entrevista e observação, visando identificar a relação entre esses dados coletados mediante utilização dessa técnica e o marco teórico, buscando a relação entre o que é cientificamente comprovado e a realidade do fenômeno em seu contexto.

Como procedimentos para análise dos resultados com maior eficácia e eficiência foi realizado de forma coordenada seguindo as ações propostas pelos objetivos específicos desse estudo que foram:

- Analisar como os professores percebem e expressam as dificuldades de aprendizagem de seus alunos.

- Descrever os desafios de aprendizagem encontradas nas na sala de 2º ano do Ensino Fundamental;
- Identificar as estratégias de ensino utilizadas pelas professoras que contribuem com a aprendizagem dos alunos.

Nos parágrafos seguintes, apresentamos as análises da pesquisa.

4.1 Percepção das dificuldades de aprendizagem dos alunos

O primeiro questionamento no guia de entrevista realizado com os docentes do 2º ano diz respeito ao ponto de partida do processo de alfabetização e letramento. Assim para início, pedimos para os participantes que relatassem o que se deve fazer assim que os docentes chegam nas salas de alfabetização.

Analizamos as respostas desse primeiro questionamento baseados nos estudos de Soares (2020, p.13) que diz que toda criança pode aprender a ler e a escrever através de “diagnósticos periódicos da aprendizagem, elaborados, aplicados e corrigidos pelas/os próprios professores/es, guiam o processo de ensino”, constatamos que os P2 e P3 comungam da mesma da mesma reflexão defendidas por essa autora.

Referente a observação, na turma do 2º ano C do turno manhã, a professora estava aplicando o diagnóstico individual dos alunos, nesta ocasião puder ver e comprovar o quanto a profissional e a escola tinham um olhar cuidadoso para o processo de aprendizagem, pois havia um acompanhamento bimestral de cada criança e seus avanços no decorrer do ano.

Segundo a concepção do participante P2 o ponto de partida do processo de alfabetização e letramento” é saber o nível de leitura e escrita dos alunos”, P3 “identificar o conhecimento prévio das crianças”.

Referente a observação vimos o quanto as crianças da turma D do turno vespertino tinham a liberdade para falar de suas vivências e o quanto a professora acolhia os saberes das crianças.

Nessa mesma abordagem para o P1 o processo de alfabetização e letramento é “um processo de ensinar aprender a ler e a escrever e desenvolver habilidades possibilitando codificar e decodificar a leitura e escrita”.

P4 conceitua o processo de alfabetização e letramento como “um desenvolvimento motor, cognitivo, interações e brincadeiras, explorar o contato com letras histórias até chegar na identificação de fonética e semiótica”.

Em consonância com a fala de P4 Moraes (2012, pp.114-115) nos diz:

[...] insistimos que a adoção de didáticas de orientação construtivista é essencial se quisermos formar pessoas não conformistas, que lutam por seus direitos e por justiça social, que não só repetem o que lhes transmitem, mas recriam e inventam, tendo seus ritmos de aprendizagem e singularidades respeitados [...].

A participante C entende que o ponto de partida para o processo de alfabetização e letramento é “o atendimento personalizado das crianças para que todos dentro do seu nível de aprendizagem possam continuar avançando e cheguem a consolidar tal processo”.

Para então concretizar essa primeira parte iremos analisar a fala da participante C que dá ênfase na importância dos atendimentos personalizados. Referente a observação da turma B, percebe-se uma preocupação do educador em proporcionar um ambiente de aprendizagem para todos, quando ela oferece atividades diversificadas e adaptadas para a necessidade de cada criança.

Diante do que foi exposto podemos perceber que os discentes da referida instituição possuem uma boa formação e experiência no processo de alfabetização e letramento, pois ela sabe da importância e necessidade da valorização do conhecimento prévio dos alunos, da identificação do nível de aprendizagem de cada criança e das habilidades psicomotoras na formação integral.

A distância entre aquilo que a criança consegue realizar de forma independente (nível de desenvolvimento real) e aquilo que ela realiza com o auxílio de outras pessoas (nível de desenvolvimento potencial) é denominado por Vygotsky (2007) de “zona de desenvolvimento proximal”. É justamente neste espaço de um ponto ao outro que a intervenção do professor se materializa, visto que a ação pedagógica impulsiona às modificações mentais dos alunos possibilitando o alcance a uma aprendizagem significativa.

O nível de desenvolvimento real pode ser entendido como referente àquelas conquistas que já estão consolidadas na criança, aquelas funções ou capacidades que ela já aprendeu e domina pois já consegue utilizar sozinha, sem assistência de alguém mais experiente da cultura (pai, mãe, professor, criança mais velha etc.). Este nível indica, assim os processos mentais da criança que já se estabeleceram, ciclos de desenvolvimento que já se completaram. (Rego, 1995, p. 72).

A zona de desenvolvimento proximal ou potencial ZDP, nessa fase a criança necessita de ajuda do outro, ou seja do professor, colega ou de uma pessoa mais experiente, pois é por meio dessa interação que a aprendizagem acontece.

A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de “brotos” ou “flores” do desenvolvimento, ao invés de “frutos” do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento prospectivamente. (Vygotsky, 2007, p. 113)

O auxílio na mediação da ZDP é essencial para que o aluno seja capaz de realizar as atividades de maneira independente. A mediação do docente é essencial para propiciar bases sólidas para que os discentes possam atingir a aprendizagem significativa.

Assim, dando sequência com a análise dos dados, após a percepção dos professores em relação ao ponto de partida do processo de alfabetização e letramento, prosseguimos com a intenção de responder aos objetivos dessa pesquisa. Dessa forma, questionamos junto aos docentes quais ações que um professor alfabetizador deve ter no início do ano letivo para que se possa desenvolver um trabalho voltado para o processo de alfabetização e letramento. Com vista em suas respostas todos foram unânimes em suas respostas.

P1 diz “precisa realizar uma sondagem sobre em qual etapa cada educando se encontra, com base nesse diagnóstico planejar ações voltados para as necessidades dos educandos”.

P2 reafirma dizendo que devemos “realizar diagnósticos dos níveis conceituais de leitura e escrita e planejar de acordo com esses saberes”.

P3 concorda com a opinião de P1 e P2, dizendo “diagnóstico inicial da turma para saber o nível de aprendizagem de cada aluno”.

P4 também acredita que umas das primeiras ações de um professor alfabetizador ao início do ano letivo é “diagnosticar o conhecimento prévio adquirido na série anterior, depois partir para estabelecer relações, alto, baixo, em cima, entre, leitura de textos, fazer interpretação de texto e análise linguística”.

Já a participante C pensa de forma diferente ela nos diz “o professor precisa fazer da leitura e da escrita parte integrante na vida das crianças, utilizando-se de materiais didáticos diversos, como ferramentas de construção e apoio, como, por exemplo, o alfabeto escrito em diferentes tipos de letras, pôsteres, bibliotecas de sala de aula, etc.”.

Para Soares (2020, p.310):

Na palavra diagnóstico está presente a palavra gnosísis, que significa “conhecimento”, com o prefixo dia- que acrescenta a essa palavra o sentido de “através de”, “por meio de”: diagnose é o conhecimento construído a partir de sinais, de manifestações externas; diagnóstico, como substantivo, que é como usamos a palavra.

Para que os diagnósticos consigam desempenhar o seu papel é necessário que estejamos atentas as metas que queremos alcançar, verificação periódica sobre os conhecimentos e as habilidades que estamos desenvolvendo em cada aprendiz.

Agora iremos nos aprofundar em mais uma questão abordada em nossa pesquisa, ter uma educação de qualidade na escola pública é possível? Como e quais os caminhos.

Tomando por base esse questionamento, os professores são notórios que todos acreditam em uma alfabetização de qualidade na educação, porém são necessárias algumas

políticas públicas para que essa engrenagem funcione de maneira satisfatória.

“Capacitação e valorização de professores, uso de material didático contextualizado, estimulado ao protagonismo dos alunos etc.” (P1).

“Capacitação e valorização dos professores, estímulo ao protagonismo dos alunos, melhora do ambiente educativo” (P4).

Observa-se que as participantes P1 e P4, compactuam dos mesmos ideais, pois acreditam em uma alfabetização pública de qualidade se tenha mediante mão de obra qualificada, valorização dos profissionais e desenvolvimento do protagonismo estudantil.

A participante P2 em sua reposta foi mais abrangente, nos oferecendo inúmeras ações para que essa aprendizagem aconteça de forma assertiva vejamos “Com a universalização do ensino, acredito ser muito difícil, mas possível. Ampliar o tempo dos estudantes na escola, assistir melhor os alunos com dificuldade, formação continuada para professores”.

Um dos caminhos apontados pela participante P3 refere-se as metas a alcançar, sendo esse um dos pilares do processo de alfabetização e letramento ela nos diz “O primeiro passo é você trabalhar metas para a turma, depois do diagnóstico e manter um elo com a família”.

Soares (2020, pp.310-331) nos afirma:

Diagnósticos exigem que se tenha definido claramente o que se pretende que a criança aprenda, as metas a alcançar: verificam se as crianças estão alcançando os conhecimentos as habilidades definidas como necessárias para que elas se tornem alfabetizadas e letradas.

A participante P4 tem uma visão diferenciada das demais participantes quando diz:

A vontade da criança aprender, professores comprometidos e pais participativos na vida escolar dos filhos são fundamentais para a qualidade da alfabetização pública. Percebe-se que a participante acredita que trabalhar a motivação do aprendiz é uma das formas de tornar esse aprendizado significativo para a criança. (P4).

Diante do exposto, analisando as respostas dos docentes fica evidente que uma escola pública de qualidade exige uma variedade de ações na prática por parte das políticas públicas, pois a maioria dessas ações mencionadas pelos participantes já estão descritas nos documentos que norteiam a educação pública, mas muitos ainda não fazem parte do contexto escolar.

Sabemos que são inúmeros os desafios vivenciados pelos professores em especial aos professores alfabetizadores, pois o processo de alfabetização e letramento é uma etapa da vida estudantil das crianças de suma importância, com muitas complexidades que exige do profissional além de conhecimentos baseado em evidências um olhar afetivo para cada criança, pois as turmas são heterogêneas e as crianças possuem estilos e ritmos de aprendizagem diferentes, como esse profissional deve atuar levando em consideração a adversidade da sala de aula.

“Não é fácil, mas o professor deve ser flexível, conhecer metodologias e técnicas diversas de ensino e propor atividades que façam sentido para seus aprendizes” (P1).

“Primeiro respeitando toda diversidade, depois preparar atividades que atenda essa heterogeneidade e formar grupos produtivos de acordo com os níveis da turma” (P2).

“Com atividades diversificadas tentando nivelar a turma” (P3).

“Olhar individualmente cada aluno, explorando a forma que cada criança aprende em suas dificuldades e particularidades” (P4).

“É necessário fazer *essa* troca *professor* e aluno para que, juntos, a escola seja um ambiente seguro em que todos possam aprender. fortalecendo a autoestima da criança” (C).

Diante das constatações obtidas os participantes podemos ver que a maioria das respostas foram diferentes, mas a essencial é a mesma, ou seja, professor flexível, atividades diversificadas, agrupamentos produtivos, verifica-se que a resposta da participante C não se enquadram no pensamento das demais.

Por conseguinte, concluímos aqui a primeira parte da análise, que tratou sobre a percepção das dificuldades de aprendizagem dos alunos em que embasados pelas respostas dos participantes pudemos dar sentido e veracidade a interpretação desse primeiro objetivo. Em seguida passamos a analisar o segundo objetivo específico dessa investigação.

4.2 Desafios de aprendizagem encontradas nas na sala de 2º ano do Ensino Fundamental

Para a nossa análise foi importante descobrir quais os desafios de aprendizagem encontrados pelos professores, para isso, solicitamos a reflexão dos docentes que vivenciam esses momentos em sala de aula, ou seja, olhar para si próprio e para suas ações, foi a proposta estabelecida por esse objetivo.

Contextualizando o objetivo proposto por essa análise perguntamos aos docentes quais os maiores desafios de aprendizagem. O P1 afirma que é “Acompanhamento e aproximação entre a escola e a família, frustração diante das dificuldades e uso das tecnologias”.

Referente a observação foi constatado que a pública possui uma defasagem ao acesso de equipamentos tecnológicos e diante dessa realidade a equipe pedagógica busca construir recursos pedagógicos para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

“Infrequência, salas lotadas, falta de acompanhamento familiar, baixo rendimento escolar” (P2).

Referente a observação durante dois dias da semana é oferecido um atendimento personalizado para as crianças que possui um baixo rendimento escola, esse atendimento faz

parte de um projeto da Secretaria de Educação chamado Projeto Pipas que tem por objetivo fazer a recomposição das aprendizagens das crianças.

Na trajetória escolar dos alunos é preciso haver troca e colaboração entre as partes, para que dessa forma, família e escola, consigam influenciar de maneira positiva na educação da criança.

Como confirma Moletta (2018, p. 4),

[...] a educação das crianças menores de cinco anos envolve duas instituições de extrema importância: a família e a escola. O elo entre elas é fundamental para o desenvolvimento físico, social, afetivo e intelectual das crianças. Contudo, essa rede de interação na qual a criança está inserida leva ao questionamento sobre o que é comum e o que é específico no trabalho da família e no da escola. Embora ambas guardem particularidades, elas comungam de um mesmo objetivo: o desenvolvimento integral da criança.

A família tem um papel muito importante no processo de aprendizagem das crianças. O simples fato de diariamente se atentar para as anotações deixadas nas agendas de seus filhos e responder na própria agenda quando solicitados, assim como perguntar e orientar algumas questões de seu interesse já estreita consideravelmente a ligação entre a escola e a família.

A participação nas tarefas que são levadas para serem feitas em casa, o simples ato de separar um momento do dia para acompanhar o filho é crucial para que os pais consigam enxergar a evolução educacional e cognitiva dos seus filhos e observar suas dificuldades, podendo assim comunicar-se com os professores para ajudar no desenvolvimento de seu filho.

“Falta de apoio familiar, estrutura familiar, quantidade excessiva de alunos nas turmas” (P3).

Entretanto, é possível perceber que existe uma imensa dificuldade na participação ativa dos pais e da família de uma forma geral na escola. O retorno dos pais está cada vez mais escasso.

“A falta de parceria entre família e escola, além de materiais didáticos desconexos com a realidade do aluno” (P4).

Referente a observação verificou-se a preocupação do Estado na recuperação das aprendizagens, pois durante os dias de visita a escola, as crianças vivenciaram o Projeto voe mais alto, este projeto visava assegurar a manutenção das aprendizagens, através de atividades diferenciadas centradas das habilidades, ou seja, era oferecido as crianças atividades diferenciadas de acordo com a sua necessidade acadêmica.

Nem toda família consegue compreender a importância dessa troca, e por isso não dão tanta importância, sendo a criança o maior prejudicado.

“Acompanhamento das aulas, uso das tecnologias, educação inclusiva estudos na rotina doméstica, frustração diante das dificuldades e aproximação entre a escola e a família” (C).

Sabemos que a maioria dos professores são imigrantes digitais que se inseriram no mundo da tecnologia, com uma forma de ensinar que não se encontra em sintonia com os nativos digitais que são os nossos alunos. As tecnologias digitais oferecem diferentes possibilidades de aprendizagem se bem utilizada pelas escolas e profissionais da educação.

Diante das respostas obtidas percebemos que são inúmeros os desafios de um professor alfabetizador, mas podemos verificar que a parceria família e escola, a quantidade excessiva de aluno e a falta de assiduidade são os fatores que prejudicam a qualidade do ensino na maioria das escolas.

Assim, dando sequência com a análise dos dados, após uma breve reflexão dos maiores desafios de aprendizagem enfrentados pelos professores, prosseguimos com a intenção de responder aos objetivos dessa pesquisa no sentido de abordar a temática estabelecida na ressignificação da prática docente. Dessa forma, questionamos junto aos docentes como eles trabalham os desafios de aprendizagem encontrados em sala de aula.

O P1 nos fala que “observando as crianças e desenvolvo aulas diversificadas para que ela se desenvolva de forma integral, utilizando diferentes estratégias.

Referente a observação foi visto o quanto os professores possuem se utilizavam de estratégias diferenciadas, em um dos momentos foi visto em uma apresentação de uma contação de história no pátio, após as crianças retornarem para a sala foi realizada a predição da contação através de imagens e em seguida com a leitura do portador textual o livro.

O P3, concorda com o P1, no quesito aulas diversificadas, porém realiza outras ações vejamos na sua fala “atividades diversificadas, duplas (colocando os mais avançados com os que estão precisando de ajuda) jogos dinâmicos, ditados e auto ditados.

O P4, concorda em algumas partes com o P3 e P1, mas procurar trazer essa família para dentro do mundo escolar da criança, vejamos em sua fala “adaptando materiais didáticos, com práticas que é possível a compreensão do aluno, cobro a família a participação e sua importância”.

Referente a observação, a instituição escolar juntamente com a Secretaria de Educação do Município buscar realizar ações para efetivar a participação da família na escola, através do Projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), tendo toda a culminância do projeto com a participação das famílias na feira de produtos naturais produzidos pelas crianças.

O P2 realiza todas as ações mencionadas acima e aciona o núcleo gestor para que juntos possam sensibilizar as famílias da sua importância no processo de aprendizagem das crianças

vejamos “cobro e oriento as famílias quanto assiduidade na escola, repasso a situação dos alunos para o núcleo gestor e assim fazemos um acompanhamento melhor, faço atividades diversificadas e diferenciadas sempre que possível.

A participante C faz uso de atividades lúdicas em suas aulas de acordo com sua fala “atividades lúdicas, favorecem o processo de aprendizagem e despertam o interesse dos alunos. além disso, contribuem com o desenvolvimento da criatividade e com a interação social”.

O importante nesse momento de profunda análise, corresponde a nós investigadores o entendimento de que os professores percebem que através da prática de atividades diversificada podemos desenvolver o processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

Assim, após a nossa confirmação sobre esse questionamento, aprofundamos nos conhecimentos mediante as ações do município e da instituição escolar para minimizar o fracasso escolar.

O fracasso escolar é, sem dúvida, um dos mais graves problemas com o qual a realidade educacional brasileira vem convivendo há muitos anos. Sabe-se que tal ocorrência se evidencia praticamente em todos os níveis de ensino do País. No entanto com maior incidência nos primeiros anos de alfabetização.

Vejamos as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Município de Tianguá, bem como a instituição escolar segundo a fala dos participantes.

A participante P1 “Com programas de alfabetização, projetos de reforço e acompanhamento por nível de cada aluno”.

Percebe-se que há uma preocupação por parte da Secretaria de Educação de Tianguá em recuperar as aprendizagens das crianças ao longo das séries iniciais, para que assim esses aprendizes possam dar continuidade aos seus estudos com entusiasmo e dedicação.

Segundo a fala do P3, a formação continuada faz parte de uma das ações realizada pelo município, além de material estruturado onde podemos comprovar em sua fala “Capacitação dos profissionais da educação, material estruturado, livros didáticos, promover juntamente com o professor ações que possam dar suporte ao trabalho do profissional”.

A formação inicial deve ser encarada como o início de um longo aprendizado que não se encerra ao término do curso, mas que se prolonga numa trajetória de intenso estudo. Nessa perspectiva, a formação continuada deixa de ser caracterizada como correção e revisão de erros, mas como a continuidade da formação, entendida como aprendizado da docência.

Cada escola possui seus desafios pois está inserida em uma comunidade local, fazendo se necessário intervenções específicas para aquela comunidade escola, com base nessas necessidades podemos perceber a visão da escola quando realiza “rodízio de sala por nível,

reforço, implementação de programas para auxiliar professores em sala de aula” (P2).

Acreditamos que a formação docente deve ser vista com os olhares dos professores, a partir de suas necessidades e dos problemas que enfrentam no dia a dia de sala de aula. Cada escola é única, tem questões específicas, que devem ser abordadas no processo contínuo da formação com o coletivo da escola, contribuindo para a formação coletiva dos profissionais inseridos na prática educativa.

O P4 enfatiza a realização dos programas e projetos desenvolvidos pelo município, porém enfatiza a grandeza do professor nesse processo “Programas e projetos são aderidos e explorados para trabalhar a alfabetização, mas a grandeza que faz acontecer é o professor”.

Com essa fala podemos perceber a importância da valorização do profissional de educação não só em nível financeiro, mas de um modo geral por toda comunidade escolar.

Já a participante C nos relata as ações de busca ativa vejamos, “contatos telefônicos e/ou virtuais, mídias locais – para alcançar as famílias sem acesso à internet, conversas presenciais. Como a mesma participa do núcleo gestor seu olhar é mais macro.

Diante das respostas das participantes P1, P2, P3 e P4, percebe-se uma sintonia dos profissionais com a Secretaria de Educação que visa oferecer uma educação de qualidade para todos, oportunizando que todas as crianças possam aprender e avançar a cada ano da sua vida estudantil.

Analisando as respostas dos docentes fica evidente que a responsabilidade do professor vai muito mais além da transmissão dos conteúdos sistematizados. Nessa abordagem e após profunda análise de todas as respostas temos condições de mencionar que a afetividade está presente nas práticas pedagógicas dos referidos participantes.

Porém, mesmo percebendo que os professores têm a consciência dos benefícios das práticas afetivas para o desenvolvimento dos educandos, sabemos existem práticas pedagógicas que enriquecem e favorecem a alfabetização e letramento. Com base nas respostas dos participantes iremos analisar a visão de cada participante a seguir.

Segundo P2 “O uso de diversos gêneros textuais, reflexão sobre a língua e compreensão do sistema alfabético em práticas de leitura e escrita (atividades com significados) e transformar a sala em um ambiente alfabetizador. A participante P3 comunga das mesmas ações quando diz “Realizar atividades no foco da leitura e da escrita, utilizando dinâmicas para despertar na criança o gosto pela leitura e escrita e trabalhar com sequência didática”.

Referente a observação em sala de aula, foi visto o quanto os professores procuram dinamizar suas metodologias para potencializar as aprendizagens das crianças, sejam através de contação de histórias, dramatização ou jogos pedagógicos.

A sequência didática é um potencializado do processo de aprendizagem, quando o professor possui essa postura ele planeja quais serão as melhores formas didáticas e quais as ferramentas mais pertinentes para levar o aluno a ser protagonista do seu aprendizado, ou seja, o aluno ser um arquiteto do seu conhecimento.

O P1 e C nesta reflexão possui semelhanças em suas falas, no quesito que práticas pedagógicas visam o processo de alfabetização e letramento “é trabalhar a cooperação entre as crianças para troca de experiências e a discursão em contextos de práticas de leitura e escrita”. O participante C “em sala de aula, desenvolver trabalhos e atividades pautados na colaboração é uma prática bastante rica e a troca de experiências”.

Para que as práticas de leitura e escrita se efetive é necessário um planejamento fundamentado em metas ou seja, em habilidades para que haja continuidade no desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

“Governos e municípios deveriam investir melhor em professores de reforço como atividade complementar dentro da escola”. O participante P4, acredita que o investimento nos professores é a chave para o processo de alfabetização e letramento.

Referente a observação, durante alguns dias da semana, as crianças eram tiradas da sala para o atendimento direcionada com professoras de dois programas oferecidos pelo governo os programas Pacto pela Aprendizagem e o Tempo de Aprender, programas estes que visam nos atendimentos voltados para o processo de alfabetização e letramento.

Finalizamos a análise desse objetivo que é descrever os desafios de aprendizagem encontradas nas na sala de 2º ano do Ensino Fundamental, podemos concluir que os principais desafios enfrentados pelos professores alfabetizadores segundo a pesquisa são: a falta de parceria entre família e escola, a excessiva quantidade de alunos, a falta de constância dos alunos durante os dias letivos. De acordo com as repostas obtidas pelos participantes esses desafios podem ser superados se as famílias forem sensibilizadas da sua real importância nesse processo de aprendizagem e a prática de uso de material estruturado.

4.3 Estratégias de ensino utilizadas pelas professoras que contribuem com a aprendizagem dos alunos

Ao abordamos esse objetivo em nossa pesquisa, estávamos preocupados em compreender quais estratégias de ensino são ofertadas pelos professores que contribuem para o processo de aprendizagem dos alunos. Pois sabemos que existem entraves que acabam dificultando a interação entre o processo de ensino- aprendizagem que conseqüentemente

prejudicam o desenvolvimento dos educandos.

Dessa forma ouvimos a opinião dos professores em diversos questionamentos em que pudemos ler, analisar e interpretá-las de forma a compreender e responder a esse objetivo.

Começamos perguntando aos participantes de acordo com a ideia de que a leitura implica compreensão, um aluno que seja somente capaz de decodificar as palavras, pode ser considerado alguém que lê?

Entre as participantes tivemos uma que nos respondeu que ao decodificar as palavras é uma forma de leitura, porém essa criança não conseguiu desenvolver as habilidades essenciais para realizar a compreensão leitora.

“Sim, mas não atingiu os princípios básicos da leitura que é ler e compreender” (P4).

Segundo Soares (2020, p.27):

Alfabetização e letramento são processos cognitivos e linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um é de outro é de natureza essencialmente diferente; entretanto, as ciências em que se baseiam esses processos é a pedagogia por elas sugeridas evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. A alfabetização é a aquisição da tecnologia da escrita- não precede nem é pré-requisito para o letramento, ao contrário, a criança aprende a ler e escrever envolvendo-se atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e escrita.

Diante do que foi exposto por Soares alfabetização e letramento são processos diferentes, porém indissociáveis. Cada um desses conceitos tem sua importância e seu papel na formação dos estudantes. Por isso, letramento e alfabetização são termos indissociáveis na teoria e nas práticas pedagógicas e devem ser trabalhados de forma paralela, para que os processos de leitura e escrita se efetive de forma significativa.

Referente a observação em sala de aula, verificamos que a P3, se utiliza do texto como parte central do processo de alfabetização e letramento.

Os participantes P1, P2, P3 e C, acreditam que apenas codificar palavras sem compreender não é um ato de leitura, que para saber ler é necessário saber interpretar e compreender os textos, conferir sentido às coisas e ao mundo.

“Não, porque não alcançou o entendimento do texto” (P1).

“Não, ele precisa apresentar a compreensão e a fluência de texto” (P3).

“Não” (P2).

“O ato de *ler* não é apenas *decodificar*, é atribuir sentido ao texto, é *compreender*, interpretar e acima de tudo *ser capaz* de eficazmente fazer relações com o que já foi percebido e vivenciado” (C).

A maioria dos participantes foram unânimes em dizer que ler vai além de decodificar palavras, as práticas voltadas para o alfabetizar letrando nos dando suporte para desenvolver as habilidades essenciais para uma alfabetização integral que alcance todos o desenvolvimento do aprendiz por completo, então letramento é um conjunto de práticas sociais que envolva o texto, seja na leitura, na compreensão, interpretação e produção.

Para melhor responder a esse objetivo fizemos mais um questionamento junto aos participantes, ou melhor, quisemos saber o que seria alfabetização e letramento. Em meio ao debate, podemos afirmar que todos os participantes conseguiram diferenciar esses dois termos alfabetização apropriação do código e letramento é o uso da leitura e escrita em práticas sociais.

Para o P1, “É um processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever e desenvolve o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais”.

Referente a observação, em uma das nossas visitas foi visto o quanto a P1 faz uso de práticas sociais de leitura e escrita, pois neste dia as crianças estavam estudando o gênero textual receitas e na ocasião foi levado o texto em tamanho grande, onde foi explanado cada parte do texto e em seguida foi feita a pipoca na escola e as crianças puderam degustar.

Já o P2, “Alfabetização é apropriação do código e o letramento é o uso da leitura e escrita e, práticas sociais”.

No mesmo sentido P4, “Alfabetização é o processo de aprendizagem que se desenvolve a habilidade de ler e escrever, letramento é o uso e o domínio da leitura e escrita nos seus distintos contextos sociais.

O participante C, “A alfabetização é o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever, já o letramento desenvolve o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais”.

Referente a observação o dia da feira do JEPP foi um momento onde a leitura e a escrita aconteceu de forma efetiva, pois tudo que eles estudaram no projeto conseguiram vivenciar na prática.

Esses quatro participantes usam o termo práticas sociais, para designar o ato de ler, compreender, interpretar e produzir, por tanto letramento é a condição de saber ler e escrever e responder adequadamente as demandas sociais pelo uso amplo e diferenciado que é o ato da leitura e da escrita.

A participante P3, “É quando a criança consegue colocar em prática do seu cotidiano o que realmente aprendeu na escola.”

De acordo com a sua fala a participante P3, não conseguiu responder e distinguir esses dois processos que é alfabetização e letramento, mas percebemos que a mesma usa esse

processo com o termo aprendizagem é bastante amplo e que possui uma ampla conceituação.

Segundo Machado & Elias (2021, p.57) “O processo de aprendizagem é um estado de confirmação das tantas atividades cerebrais dentro e fora dos padrões”. Com base na fala dos autores a aprendizagem é um processo contínuo que envolve competências, habilidades e conhecimento e para ler, escrever e compreender é necessário desenvolver muitas habilidades, que em resumo é alfabetizar letrando.

Conceituadas os termos anteriores, mostraremos agora a análise referente ao seguinte questionamento quais atividades são desenvolvidas que estimulam a alfabetização e o processo de escrita.

Nessa abertura pudemos perceber que as práticas são bastante distintas que segundo as falas dos participantes se faz necessário uma formação mais aprofundada quanto aos métodos utilizados para conseguirmos alcançar os nossos objetivos propostos que é alfabetizar letrando.

“Habilidade fonológica das palavras, habilidade que nos temos os sons. Trabalhar com rimas, pedaços de palavras” (P1).

Já o P3, “Dinâmicas, leituras de blocos de palavras, atividades que envolvam letras, inicial, mediana e final das palavras e identificação de sílabas”.

Para o participante C “trabalhar com rimas, trabalhar com pedaços de palavras, com aliteração, agrupamentos produtivos, de acordo com os níveis.

Segundo Morais (2019, p.29) consciência fonológica é uma “constelação” de habilidades variadas, em função das unidades linguísticas envolvidas, da posição que estas ocupam nas palavras e das operações cognitivas que o indivíduo realiza ao refletir sobre “partes sonoras” das palavras de sua língua.

A reflexão sobre as partes orais das palavras é a consciência fonológica que podem ser realizadas através de brincadeiras com sílabas, rimas levando a criança a fazer uma relação com a formação das palavras na escrita.

Sabemos que a consciência fonológica é um dos métodos de alfabetização, porém ainda muito vago para alfabetizar de forma a levar o aprendiz a fazer uso social.

Para Morais (2019, p.35) “a consciência fonológica não parece construir condições suficientes (ou um remédio milagroso) para uma criança dominar nosso sistema alfabético.”

Diante do que foi dito pelo autor fica notório que o uso desse método não é suficiente para desenvolver uma alfabetização alicerçada no letramento.

“Leituras diárias (de livros, revistas e jornais)” (P2).

Para o P4, “Organizar reflexões com crianças, interpretação de textos, conhecer diferentes textos, escrever textos, listas, palavras, frases, reescrita de contos, parlendas, cantigas

de rosa, ditados, associação de palavras ao desenho.”

Percebe que essas duas participantes possuem uma prática voltada para o processo de alfabetizar letrando, pois em suas falas é perceptível o uso do portador textual.

Referente a observação nas salas observadas, foi visível o uso de projetos que visem o processo de alfabetização e letramento, um deles era intitulado de sexta literária que tem por objetivo trabalhar a leitura de diversos gêneros textuais, bem como a interpretação.

Para Soares (2020, p.33) “o texto é o eixo central das atividades de letramento”. Percebe-se que o P2, está em total consonância com os pensamentos da autora em utilizar -se de práticas de leituras.

Segundo Soares (2020, p.35) “a criança adquire a língua oral ouvindo textos ou falando textos em eventos de interação com outras pessoas; da mesma forma, a criança aprende a escrita buscando sentido, em eventos de interação com material escrito, nos textos.

Agora finalizaremos com o nosso último questionamento sobre o que fazer para alfabetizar letrando.

Para P2, “Propor atividades em que a criança aprenda a decodificar a partir de práticas de leitura e escrita”.

O participante C, possui um olhar uma prática muito parecida com o participante P2, quando fala sobre conviver com práticas reais de leitura e escrita, vejamos: “Significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita.”

Quando a criança é submetida a projetos de leitura, produção de textos, Interpretação de textos, leitura e interpretação de imagens e obras de artes, práticas artísticas para se expressar rodas de conversas, ela está inserida em ambiente letrado.

O participante P4 “Fazer leituras de diversos gêneros textuais e explorá-lo, fazer a interpretação textual, reescrita e explorar a compreensão do aluno de forma oral e escrita”.

Assim, para corresponder adequadamente às características e demandas da sociedade atual, é necessário que as pessoas sejam alfabetizadas e letradas, que saibam utilizar a linguagem escrita nas diferentes situações que se faz necessário, lendo e produzindo textos com autonomia e competência.

Segundo P1 alfabetizar letrando: “É orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever com práticas reais de leitura e escrita.”

Essas práticas reais de leitura e escrita, está vinculado ao uso de real da leitura em nosso cotidiano, ou seja, usar no cotidiano escolar do aprendiz, textos que fazem parte do seu repertório, para assim se aproximar da sua realidade e adentrar no seu mundo. A falada

participante está em total consonância com o uso de textos reais, ou seja, partir do conhecimento de mundo da criança.

Já para P2 “Propor atividades em que a criança aprenda a decodificar a partir de práticas sociais de leitura e escrita”.

Referente a observação na turma D a professora estava abordando o conteúdo brinquedos e brincadeiras, na ocasião a professora levou-os para o pátio e lá eles brincaram com os colegas. Ao retornar para a sala a professora solicitou que eles escrevessem em dupla a brincadeira que mais tinham gostado.

O letramento decorre das práticas sociais que leituras e escritas exigem, nos diferentes contextos que envolvem a compreensão e expressão lógica e verbal. É a função social da escrita enquanto a alfabetização se refere ao desenvolvimento de habilidades da leitura e escrita.

Já para P3 alfabetizar letrando é “Identificar o som das palavras, ler frases, fazendo pausas a cada palavra, texto curtos, banco de palavras (lendo com fluência)”.

Na fala de P3, percebe-se uma postura mais alfabetizadora, quando a mesma usar os termos banco de palavras, pois sabemos que o processo de alfabetização letrando, parte do texto, para depois desmembrar as palavras.

Com isso, concluímos aqui nossa análise, conscientes que através da técnica utilizada foi possível responder a todos os objetivos de maneira precisa e objetiva. Demos respostas coerentes a todos os objetivos propostos nessa investigação.

4.4 Analisar os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento dos alunos do 2º ano na escola de Ensino Infantil Fundamental Francisco Ordônio

A análise geral só foi possível porque abordamos diversos questionamentos que de maneira segura responderia a esse objetivo. No momento em que apontamos esse objetivo como o norteador para os demais, tínhamos a certeza de que através dele estaríamos no caminho certo para conhecer e compreender as práticas docentes existentes na referida escola onde ocorreu essa investigação.

Através do estudo minucioso das respostas dos participantes constatamos que os mesmos desempenham dentro de suas condições pedagógicas e estruturais uma prática que está diretamente voltada para o processo de alfabetização e letramento. Em muitos momentos eles definem o processo de alfabetização e letramento como práticas sociais/reais como um caminho para a aprendizagem significativa.

Além do mais, demonstram conhecimentos sobre os processos de letramento, quais as ações de um professor dentro das salas de alfabetização para que a aprendizagem se efetive e a criança possa fazer uso social dessa leitura e escrita.

Apesar de os professores em muitos momentos definirem as grandes dificuldades que permeiam esse processo de alfabetização e letramento, eles procuram trabalhar as necessidades dos alunos, buscando recuperar as aprendizagens realizando intervenções individualizadas e centradas no processo de aprendizagem.

Percebemos que a Secretaria de Educação do Município, tem uma grande preocupação com a qualidade do ensino, buscando capacitar esses profissionais com periódicas formações e materiais adaptados à realidade das crianças, para que assim possam desenvolver uma educação de excelência e colher resultados significativos.

5 CONCLUSÕES

Nessa parte da pesquisa apontaremos nossas devidas conclusões a respeito dos desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento na escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio?

Após exaustivo estudo sobre as principais teorias que dão significado a essa temática, como também após levantamento dos dados através da pesquisa de campo, somos capazes de afirmar que os mesmos responderam satisfatoriamente aos objetivos propostos, bem como o problema que norteou esse estudo. Permitiu também para nós, investigadores, conhecer e compreender sobre a temática em profundidade e contribuir através de nossa pesquisa com trabalhos futuros que englobe essa questão que aqui abordamos.

No início de nossa pesquisa, para aprofundamento teórico, procuramos autores que estivessem o máximo possível ligados com a realidade em que vivem os professores e educandos da escola investigada. Visto que, era importante para nós, compreender de forma real os desafios enfrentados por todos os envolvidos nessas turmas de alfabetização.

Assim, durante a construção do marco teórico foi possível conhecer opiniões distintas de autores renomados no campo da alfabetização e letramento e enriquecer nossos conhecimentos a ponto de entrar em campo com mais segurança e certeza do que queríamos investigar.

Para tanto, a pesquisa de campo nos possibilitou conhecer de perto os desafios que os professores enfrentam dentro do cotidiano escolar, a formação teórica e prática dos professores das turmas de 2º ano, o foco principal de nossa investigação. Como bem descrito no capítulo da metodologia, a técnica utilizada na investigação foi a entrevista e a observação desde já afirmamos que a técnica utilizada foi capaz de responder satisfatoriamente aos requisitos desse estudo.

Diante do nosso aprofundamento teórico sobre o tema, afirmamos que o alfabetiza letrando é um desafio e requer desse profissional, muito estudo e dedicação para buscar conhecimento para responder as demandas individuais de cada aprendiz para propor um ambiente letrado.

Embora isso seja uma conclusão nossa a respeito da abordagem teórica de distintos autores, nossas convicções estão elaboradas através das análises e interpretação dos resultados obtidos por meio dos participantes e é isso que iremos nos deter para nossas devidas conclusões.

Um fator importante que podemos extrair dessa pesquisa é poder aqui relatar que todos os participantes compreendem que alfabetiza e letrar são ações diferentes, porém indissociáveis

ou seja, para promover uma alfabetização de qualidade é necessário a junção desses dois termos.

Concluimos também, que apesar dos desafios e dificuldades relacionados, esses fatores não conseguem impedir que esses professores continuem lutando pela construção de uma educação de qualidade.

Logo, durante os momentos que estivemos juntos, professores e eu (investigadora), notamos o zelo e o compromisso que os professores e o núcleo gestor tem com a aprendizagem das crianças, em especial essa série, pois sabemos que uma criança que se alfabetiza na idade certa, terá como progredir e prosseguir nas outras séries com mais segurança e entusiasmo.

Apesar da investigação ter sido realizada em uma única escola, estando os participantes lecionando em outras instituições, percebemos uma sintonia em suas falas, ou seja, é uma equipe bem-preparada onde são orientadas a desenvolver ações assertivas em prol de uma educação de qualidade.

Assim, em relação ao objetivo 01 que consistiu em analisar como os professores percebem e expressam as dificuldades de aprendizagem de seus alunos, foi possível perceber que os professores ao receberem suas turmas, iniciam o trabalho com a verificação do nível de leitura e escrita de cada criança, os chamados diagnósticos. Esses acompanhamentos de níveis de leitura e escrita são realizados a cada bimestral para que se possa acompanhar a evolução da turma e assim traçar metas, através de atividades diversificadas.

As constatações referentes a esse objetivo nos mostraram que os professores correlacionam diagnósticos periódicos e metas, fatores decisivos para se promover um trabalho eficaz.

Dessa forma os professores estão sempre buscando a resignificação de sua prática, e acreditam que capacitação, valorização dos profissionais e material didático contextualizado estimula o protagonismo dos alunos, favorecendo a aprendizagem em todos os sentidos.

As conclusões referentes ao objetivo 02 que foi descrever os desafios de aprendizagem encontradas nas na sala de 2º ano do Ensino Fundamental constatamos que o que tem tornado esse trabalho desafiador é falta de constância das crianças e parceria das famílias ocasionando o baixo rendimento escolar dessas crianças.

Diante dessa situação percebe-se que a professora juntamente com a família faz a busca ativa e procuram trazer essas famílias para dentro do espaço escolar, através de reuniões individuais, buscando sensibilizar essas famílias sobre a importância da sua participação na vida estudantil das crianças.

Um ponto a destacar, diz respeito ao compromisso desses profissionais em está atento em trazer essa criança e sua família para o ambiente escola.

Por conseguinte, a abordagem desse objetivo nos possibilitou compreender que é possível oferecer uma educação de qualidade mesmo diante desses empecilhos que dificultam todo o fazer pedagógico.

As constatações referentes ao objetivo 03 dessa investigação foi identificar as estratégias de ensino utilizadas pelos professores que contribuem para a aprendizagem dos alunos.

As práticas pedagógicas precisam considerar não só a aprendizagem da língua escrita como um todo, mas também a especificidade das diferentes implicações metodológicas que decorrem cada prática.

Diante do que foi exposto pelos participantes eles sabem que o ponto de partida para desenvolver esse processo de alfabetização e letramento é o uso de diversos gêneros textuais ou seja, partir do texto e assim desenvolver as habilidades fundamentais para se tornar um leitor eficiente, que saiba, fazer uso social em seu meio.

Concluimos vários fatores que engrandecem nosso estudo. Diante das dificuldades que estão sempre permeando o meio educativo, o professor e aluno são a chave para o sucesso dessa engrenagem que é a educação. Visto que, o diálogo é uma ferramenta de uso contínuo para resolver possíveis embates que acontecem diariamente dentro do contexto escolar.

Outra certeza que temos nesse momento de conclusão, diz respeito a necessidade de estar se capacitando constantemente para que possam realizar intervenções assertivas e adquirirem bons resultados. Estabelecidos pela vontade de melhorar suas práticas e principalmente envolvê-las por sentimentos positivos, foi possível perceber, mesmo diante dos benefícios oferecidos por essas práticas que alguns aprendizes ainda não conseguem desenvolver a leitura e a escrita de forma eficiente e que muitas vezes penduram até o final das séries finais, prejudicando todo o seu percurso estudantil.

Conclui-se de maneira geral, que a resignificação das práticas docentes está entrelaçada por diversos fatores que não dizem respeito apenas aos docentes. Muitos são os envolvidos nesse processo, e isso requer que cada um tome para si suas obrigações de fazer acontecer algo de melhor na sua vida e na vida do outro.

No final dessa conclusão queremos aqui relatar que os participantes desse estudo forneceram informações importantes que contribuíram para nosso entendimento e assim podermos cooperar com estudos futuros.

Por sua vez, deixamos claro que as informações recolhidas foram suficientes para construção de nossas concepções e assim apontar nossas conclusões que serão úteis para novos estudos que surgirão apoiados por essa investigação

6 SUGESTÕES PARA O NÚCLEO GESTOR E PROFESSORES

Após tecer nossas conclusões somos capazes de sugerir alguns itens importantes para o que os entraves que dificultam o trabalho dos professores da Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio.

As sugestões que serão relatadas abaixo, se encontram embasadas na opinião dos participantes desse estudo, e, portanto, são sugestões que se tornam bastante relevantes para esse estudo e também para os próximos estudos que surgirão embasados por essa temática.

Os docentes precisam estar atento aos aprendizes, para identificar o fator que o leva as faltas constantes

Promover conversas e esculta com a comunidade escola em especial as famílias mais ausentes.

Realizar festividades para aproximar a família da escola.

Criar estratégias para recuperar as aprendizagens desse grupo de estudantes.

Conhecer o perfil desse aluno e acompanhar as suas frequências, buscando estimulá-lo a ser mais assíduo, através da pedagogia positiva.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, E. B. C. & Ferreira, A. T. B. (2008). A construção/fabricação de práticas de alfabetização em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). *Educação*, 33(3), 425-440.
- Almeida, G.P. (2009). *Dificuldades de Aprendizagem em leitura e escrita*. Rio de Janeiro: Wak.
- Alvarenga, E. M. (2019). *Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa: Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos*. (2a ed.). Assunción, Paraguai.
- André, M. (2016). Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: M. André (org.). *Práticas inovadoras na formação de professores*. (pp.17-34). Campinas: Papirus.
- Brandão, C. F. (2014) *Os desafios do novo Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei n. 13.005/14: comentários sobre suas metas e estratégias*. São Paulo: Avercamp,
- Brasil (1996). *Lei n.º 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB. Brasília\DF. Recuperado em 23 de maio de 2023, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais.
- Brasil. (1988). (Constituição, 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil (2006). *Lei n.º 11.274*, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei 9.394, de 1996. Recuperado em 23 maio 2023, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm.
- Brasil. (2010a). Conselho Nacional de Educação. *Resolução n.º 4*, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- Brasil. (2010b). Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção I.
- Brasil. (2013). Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC; SEB; DICEI.
- Brasil (2014). *Lei n.º 13.005*. de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Recuperado em 23 de maio de 2023 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm
- Brasil. (2015). Secretaria de Educação Básica. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Brasília: Ministério da Educação.

- Brasil. (2017a). Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. MEC, Brasília. Recuperado em 06 de junho de 2022 de <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/04/2019&jornal=600&pagina=16&totalArquivos=17>.
- Brasil. (2017b). Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP n.º 2*, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Recuperado em 23 de maio de 2023 de http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222D EDEZEMBRODE2017.pdf.
- Brasil. (2019a). Senado Federal. Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019. Política Nacional de Educação. Recuperado em 23 de maio de 2023, de <https://legis.senado.leg.br/norma/30902116/publicacao/30905492>.
- Campoy, T. (2016) *Metodología de la investigación científica*. Ciudad del Este (py): U.N.C. del Este.
- Campoy, T. (2019). *Metodología de la investigación científica*. Manual para elaboración de tesis y t trabajos de investigación. *MARBEN*. Asunción.
- Candau, V. M. (2011). Formação continuada de professores: tendências atuais. In: V.M. Candau (Org.). *Magistério: construção cotidiana*. (pp.29-50). Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, M. (2009) *Alfabetizar e letrar: Um diálogo entre a teoria e a prática*. (6a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castanheira, M. L., Maciel, F. I. P., Martins, R. M. F. (2007) (Org.). *Alfabetização e letramento na sala de aula*. (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica: Ceale,
- Chevallard, I. (2013) Sobre a Teoria da Transposição Didática: algumas considerações introdutórias. *Revista de Educação, Ciências e Matemática*, 3(2), 1-14.
- Correia, M.C. (2009). A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, 13(2), 30-36
- Cosenza, R M. & Guerra, L. B. (2011) *Neurociência e educação: como o cérebro aprende*. Porto Alegre: Artmed.
- Demo, P. (2000). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.
- Dionisio, A. P., Machado, A. R. & Bezerra, M. A. (2017). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola.
- Dobranski, V. G. (2017) *O espaço escolar como ambiente alfabetizador*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná], Curitiba.
- Dolz, J., Noverraz, M., & Schneuwly, B. (2004). Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: J. Schneuwly, & J. Dolz. *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado de Letras.

- Ehri, L. C. (2014). Orthographic mapping in the acquisition of sight word reading, spelling memory, and vocabulary learning. *Scientific Studies of Reading*, 18(1), 5-21.
- Ezpeleta, J. & Rockwell, E. (1986). *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez.
- Ferreiro, E. (1996) *Alfabetização em processo*. São Paulo: Cortez.
- Ferreiro, E., Teberosky, A., & Lichtenstein, D. M. (1986). *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Fontana, R.A. C. & Cruz, M.N. da. (1997). *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Atual.
- Franco, M.A.R.S. (2012) *Pedagogia e prática docente*. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (1982). *Educação: o sonho possível*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freire, P. (2001). *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (2001b). Carta de Paulo Freire aos professores. *Estudos Avançados*. 15(42), 259-268.
- Gatti, B.A. (2016). Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: M. André (Org.). *Práticas inovadoras na formação de professores*. (pp.35-48). Campinas, SP: Papirus.
- Gil, A. C. (2008) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). São Paulo: Atlas
- Grosch, M.S. (2011) *A formação continuada de professores na rede municipal de ensino de Blumenau: a escola de formação permanente Paulo Freire – EFPPF (1997-2004)*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina], Florianópolis.
- IBGE. (2021). *Áreas territoriais*. Recuperado em 24 de maio de 2023, de <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html>.
- Imbernón, F. (2009). *Formação permanente do professorado: novas tendências*. São Paulo: Cortez.
- Imbernón, F. (2011). *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. (9a ed.). São Paulo: Cortez.
- Kishimoto, T.M. (2000). Brinquedos e materiais pedagógicos nas escolas infantis. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.27, n.2, p.229-245, jul./dez. 2001.
- Kleiman, A.B. (2005). *Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?* São Paulo: Cefiel / IEL / UNICAMP.
- Klein, L. R. (2012). *Alfabetização: Quem Tem Medo de Ensinar?* (6a ed.). São Paulo: Cortez.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Leite, S.A.S. (2008). Notas sobre o processo de alfabetização escolar. In: S.A.S. Leite (Org.). *Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas*. (4a ed.). Campinas/SP: Komedi,

- Libâneo, J. C. & Alves, N. (2012). (Org.). *Temas da pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez.
- Machado, A., & Elias, M. F. (2021). *Cérebro e Afetividade: potencializando uma aprendizagem significativa*. Rio de Janeiro: Wak.
- Minayo, M.C. S. (2001) Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: M.C.S. Minayo (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moletta, A.K. (2018). *Educação infantil e famílias: uma parceria fundamental*. Porto Alegre: Sagah.
- Morais, J. (2019). *Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Morais, R. de (2013). (Org.). *Sala de aula: Que espaço é esse?* (24a ed.). Campinas, SP: Papirus.
- Moreira, A., Vicente, L. & Maraschin, M. L. M. (2017) *Ambientes alfabetizadores e suas contribuições ao processo de alfabetização*. Chapecó: UFFS.
- Oliveira, J. B. A. (2015). *Repensando a educação brasileira: o que fazer para transformar nossas escolas*. São Paulo: Salta.
- Oliveira, M.K. (2010). *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo socio historico*. São Paulo: Scipione.
- Oliveira, R.Z.M. (2011) *Educação infantil: fundamentos e métodos*. (7a ed.). São Paulo: Cortez.
- Pereira, H.P. (2014). O Letramento: um desafio em sala de aula. *Anais do XVII Congresso Internacional Asociación de Linguística y Filología de América Latina*, João Pessoa.
- Piaget, J. (2010). *Psicologia e pedagogia: a resposta do grande psicólogo aos problemas do ensino*. (10a ed., D.A. Lindoso, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2a ed.). Novo Hamburgo: Feevale.
- Rego, T. C. (1995) *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. (6a ed.). Petrópolis/ RJ: Vozes.
- Ribeiro, E.A. (2008). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência*, 4(1), 129-148.
- Richardson, R.J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rojo, R. H. (2010). Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando? In: E. O. Rangel & R.H.R. Rojo. *Língua Portuguesa: ensino fundamental*. (pp.15-36). Brasília: MEC. (Coleção Explorando o Ensino).
- Rosa, G.A. da, Grosch, M.S. & Lorenzini, V.P. (2017) Reflexões sobre educação na contemporaneidade: certezas, (in) certezas e desafios. *Revista IberoAmericana de*

Estudos em Educação, 12(2), 1037-1055.

- Rosa, M.V.F.P.C., & Arnoldi, M.A.G.C. (2006). *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Santos, E. S. (2013). O professor como mediador no processo ensino Aprendizagem. *Revista Gestão Universitária*. São Paulo. Recuperado em 24 de maio de 2023, de http://www.udemo.org.br/RevistaPP_02_05Professor.htm.
- Saravali, E.G. (2003). *Dificuldades de aprendizagem e interação social*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação], Campinas.
- Saviani, D. (2013). Sobre a natureza e especificidade da educação. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 7(1), 286-293.
- Silva, G.P. da. (2017). *Desenho de pesquisa*. Brasília: Enap.
- Silvia, M. G. & Lima A. N. (2021). Gêneros textuais: imprescindíveis no ensino-aprendizagem. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(7), 625-640.
- Soares, M. & Batista, A. G. (2005). *Alfabetização e letramento: caderno do professor*. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG.
- Soares, M. (2018). *Letramento-um tema em três gêneros*. São Paulo: Autêntica.
- Soares, M. (2020). *Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. São Paulo: Contexto.
- Souza, K. R.; Scaff, E. A. da S. (2011) Ensino fundamental de nove anos: da garantia à efetivação do direito à educação. In: P.G. Lima; L.T.C. Oliveira (Org.). *Educação básica e superior: tessituras da contemporaneidade*. (pp.45-60). Jundiaí/SP: Paco.
- Tardif, M. (2013). A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. *Educação e Sociedade*, 34(1), p.551-571.
- Vygotsky, L. S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. (7a ed., M. Cole et al., Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2007). Pensamento, linguagem e desenvolvimento intelectual. In: L.S. Vygotski. *Pensamento e linguagem*. (pp.77-89). São Paulo: Ridendo Castigat.
- Wallon, H. (1934/2010). *As origens do caráter na criança*. (P.S. Damtas, Trad.). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Werthein, J. (2000). A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, 29(2), 71-77.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Eu, Cleudiana Lima da Cunha , pesquisadora a Universidade Autônoma de Asunción, a Senhora _____, professora do 2º ano que faz uso social, a participar de um estudo intitulado “Os Desafios da Aprendizagem no Processo de alfabetização e Letramento” que tem por objetivo analisar o processo da aprendizagem em fase de alfabetização e letramento dos alunos do 2º ano na escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio.

Essa pesquisa será realizada com os professores, coordenadores e alunos do 2º ano, sendo o processo de alfabetização e letramento indissociáveis na fase de alfabetização. Para que se ocorra uma alfabetização significativa é necessário que as crianças dominem as habilidades de leitura e escrita e faça uso competente nas práticas sociais.

Dessa forma, a contribuição deste tema é ampla, primeiramente porque o processo de alfabetização e letramento é um dos pilares essenciais para a continuidade da vida estudantil dos alunos. Uma criança que consegue desenvolver essas habilidades essenciais de leitura e escrita terá mais chances de concluir os seus estudos de forma mais proveitosa, pois a leitura e a escrita são uma das habilidades essenciais para o asseguramento das demais aprendizagens acadêmicas.

A participação no estudo consistirá em responder algumas questões sobre os desafios no processo de alfabetização e letramento nas salas de 2º ano. A entrevista terá uma duração de 01 hora de duração.

Se houver algum problema relacionado com a pesquisa a senhora será encaminhada para o LOCAL PARA ATENDIMENTO onde será ATENDIDO/ACOMPANHADO E PODERÁ SER ENCAMINHADO PARA O SERVIÇO DE REFERÊNCIA DO SEU MUNICÍPIO PARA

ACOMPANHAMENTO.

Os riscos com essa pesquisa são mínimos, sendo que a Sr. Pode se sentir desconfortável em responder alguma pergunta, no entanto, sua resposta é importante para que seja possível captar informações para substância a pesquisa e contribuir para que novos estudos possam ser realizados e assim fomentar o processo de aprendizagem na fase de alfabetização.

A Sr. tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista, sem qualquer prejuízo. O risco com a quebra de sigilo e privacidade da identidade e das informações, ainda que involuntária e não intencional está assegurada, visto que somente os pesquisadores terão acesso aos dados e, serão tomadas todas as providências necessárias para manter o sigilo, mas sempre existe a remota possibilidade da quebra de sigilo, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas e serão mostrados apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. A Sr. não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada a sua participação da pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa a Sr. poderá entrar em contato com o orientador responsável pelo estudo: Dr. José Antonio Torres Gonzáles que poderá ser encontrado no e-mail: jtorres@ujaen.es.

Com a pesquisadora Cleudiana Lima da Cunha, formada em Pedagogia, professora na rede municipal do município de Tianguá-CE, localizada na rua Antonio Leonilda de Vasconcelos Lima, 24, telefones (88) 99415-1764, e-mail:cleudiana.l@gmail.com.

Sua participação é importante e voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado. Sua contribuição vai gerar informações que serão úteis para uma educação voltada para o processo de aprendizagem na fase de alfabetização, evitando o fracasso escola e os altos índices de analfabetismo.

No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e seja mantida a confidencialidade e seu anonimato.

As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro. Quando os

resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante ou representante legal para a participação neste estudo.

Tianguá, 15 de novembro de 2022

Cleudiana Lima da Cunha

Este termo será assinado em duas vias, pela senhora e pela responsável da pesquisa ficando uma via em seu poder.

Eu, _____ li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e o objetivo do estudo do qual concordei em participar. Acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou foi lido para mim, sobre a pesquisa: “OS DESAFIOS DA APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO ORDÔNIO”. Discuti com a pesquisadora CLEUDIANA LIMA DA CUNHA, responsável pela pesquisa sobre minha decisão em participar do estudo. Ficaram claros para mim os propósitos do estudo e os procedimentos, garantias de sigilo, de esclarecimentos permanentes e isenção de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Eu concordo voluntariamente em participar desse estudo.

Tianguá, _____ de _____ de 202____.

(Nome e Assinatura do participante da pesquisa)

APÊNDICE B – Relatório de Pesquisa.



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

O presente relatório de observação estruturada sobre a pesquisa intitulada “Os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento da escola de ensino fundamental Francisco Ordônio”, apresenta o resultado obtido no período compreendido entre 17/11/2022 a 23/11/2022. As observações ocorreram na Escola de Ensino Infantil e Fundamental Francisco Ordônio no turno matutino vespertino.

No dia 01 de novembro foi realizada a primeira visita na escola para apresentar a proposta da pesquisa para a equipe gestora, no dia 07 de novembro recebi a carta de autorização da diretora Luciane Carvalho Cunha.

No dia 11 de novembro fui convidada para participar da formação de professores, onde tive a oportunidade de apresentar para os professores e a coordenadora a proposta da pesquisa, bem como as diretrizes que norteiam tal procedimento. No dia 14 e 15 foi realizada a aplicação da entrevista com os professores e coordenadores e a leitura e assinatura do termo de livre consentimento. No dia 16 de novembro foi apresentada o PPP da escola, para que eu pudesse conhecer a proposta da escola e toda sua funcionalidade.

No dia 17 de novembro foi realizada a nossa primeira visita em umas das salas de 2º ano da educadora P1, onde observei o comportamento das crianças dentro da sala de aula, onde percebi que as crianças interagem bastante durante a explanação dos conteúdos.

No dia 20 de novembro foi realizada a entrevista na sala da educadora P2 no turno matutino, onde observei que a educadora tinha uma prática voltada para o processo de alfabetização e letramento e que as crianças interagiam de forma significativa.

Nos dias 21 e 22 de novembro foi realizada as visitas no turno vespertino. No dia 21 foi realizada a observação da turma da professora P3, neste dia as crianças estavam no pátio vivenciando uma contação de história, parte integrante do projeto sexta literária, as crianças interagiram de forma harmoniosa e até participavam da contação.

No dia 22 de novembro foi realizada a observação da turma D, da professora P4, no momento da observação as crianças estavam em sala e a professora estava realizando uma sequência didática de uma contação de história que havia ocorrido, durante a realização da atividade as crianças liam e respondiam com autonomia, pois eles estavam realizando atividades de algo que faziam sentindo e eles tinham vivenciado de forma prazerosa. Analisar o processo da aprendizagem em fase de alfabetização e letramento dos alunos do 2º ano na escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio. No dia 23 foi feita a aplicação da entrevista com a coordenadora dos Anos Iniciais. No demais dias continuamos as visitas nas salas nas respectivas ordens A, B, C e D.

Observação da Escola Ensino Infantil e Fundamental Francisco Ordônio:

	08/11/2022 a 23/11/2022
Nº de Participantes	Professores: 04 Coordenadores: 01 Alunos:120
Local	Sala de aula, sala dos professores, pátio e sala da equipe pedagógica
Pauta do encontro	Conhecimento legal; interação e; estrutura física e pedagógica
<p>A observação estruturada teve início na Escola de Ensino Infantil e Fundamental Francisco Ordônio no dia 11 de novembro no fim de tarde, foi o primeiro momento com as professoras, durante o planejamento fui apresentada para os professores e tive a oportunidade de apresentar a proposta da equipe, bem como as diretrizes que norteiam a pesquisa, no primeiro momento todos os professores do 2º ano acolheram a ideia e se prontificaram a contribuir com a pesquisa.</p> <p>Nos dias 14 e 15 de novembro foi o momento da aplicação da entrevista com os professores e a coordenadora, na ocasião realizamos a coleta de assinaturas do termo livre consentimento. Na ocasião realizamos a leitura do termo e explanamos a sua importância para toda segurança e credibilidade da pesquisa.</p> <p>Dia 16 de novembro foi apresentando o PPP da escola, este momento aconteceu na coordenação e foi um momento riquíssimo pois tive a oportunidade de conhecer os valores e a missão da escola.</p> <p>No dia 17 de novembro tive a oportunidade de conhecer o 2º A da P1, no turno da manhã, durante a observação percebemos o quanto o ambiente da sala de aula era propício para o letramento das crianças. A sala de aula era riquíssima de recursos visuais, esses recursos faziam parte da dinâmica da sala de aula tornando a aprendizagem mais significativa.</p>	

Os recursos eram dispostos na altura das crianças para que elas pudessem manipular. Durante o momento que estive na sala algumas crianças tiveram que sair para participar dos atendimentos de enriquecimento pedagógico oferecidos pela Secretaria de Educação e esse programa se estendia para todas as séries que estão em processo de alfabetização e letramento. No segundo tempo a professora propôs algumas brincadeiras no pátio, essas brincadeiras faziam parte do objeto de estudo das crianças.

No dia 20 de novembro foi a vez do 2º B turno manhã, uma sala de 30 alunos, entre eles tinham 03 crianças com diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro do Autismo), neste tive a oportunidade de observar o quanto a professora tinha um compromisso com a aprendizagem das crianças, pois ela trabalhava de forma inclusiva, buscando atender a necessidade de todas as crianças. A professora trabalhava com agrupamentos produtivos, focada na aprendizagem das crianças. As crianças eram bastante participativas e críticas, a professora eram muito dinâmicas e utilizava-se do lúdico no processo de alfabetização, a contação de história e dramatização fazia parte do contexto dessa professora.

No dia 21 de novembro foi realizada a observação na sala do 2º ano C, no turno vespertino da professora P3, uma sala bem pequena com 26 alunos, no primeiro momento a professora estava realizando o diagnóstico individual com cada criança, como eram relatou que faz 05 diagnósticos por dia. No decorrer da aula percebe-se que a mesma se utilizava de metodologias alfabetizadoras, tinha o texto como eixo central do seu processo de alfabetização e letramento, as crianças apresentam um desenvolvimento bastante significativo no letramento.

No dia 22 de novembro foi observada a sala do 2º ano D do turno vespertino da professora P4, uma sala bastante heterogênea, onde as crianças tinham livre acesso para opinar e participar, eles eram bastante atuantes no processo de aprendizagem, a professora valorizava o protagonismo dos alunos, durante a visita eles estavam vivenciando uma feirinha dentro da escola. Esse foi um projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação do Município e na ocasião as crianças estavam culminando o projeto.

APÊNDICE C – Entrevista Semiestruturada para Professores.

**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

1. Qual é o ponto de partida do processo de alfabetização e letramento?

2. Quais ações que um professor alfabetizador deve ter no início do ano letivo com a sua turma para que se possa desenvolver um trabalho voltado para o processo de alfabetização e letramento?

3. Como e quais os caminhos para se ter uma alfabetização de qualidade na educação pública?

4. Como um professor deve atuar levando em consideração toda essa diversidade da sala de aula?

5. Quais os maiores desafios de aprendizagem encontrados pelos professores alfabetizadores?

6. Como você trabalha os desafios de aprendizagem encontrados em sala de aula?

7. Quais as ações do município e da instituição escolar para minimizar o fracasso escolar?

8. Que práticas pedagógicas poderiam favorecer a alfabetização e o letramento como processo indissociáveis e interdependentes?

9. De acordo com a ideia de que a leitura implica compreensão, um aluno que seja somente capaz de decodificar as palavras, pode ser considerado alguém que realmente lê?

10. Para você o que é alfabetização e letramento?

11. Quais as atividades são desenvolvidas que estimulam a alfabetização e o processo de escrita?

12. O que fazer para alfabetizar letrando?

APÊNDICE D – Formulário de Validação da Entrevista.

**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

Prezado (a) Professor (a),

Este formulário destina-se à **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: Os desafios de Aprendizagem no Processo de Alfabetização e Letramento da Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio.

Problemática: Quais os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento na escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio?

Objetivo geral da Pesquisa: Analisar os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento dos alunos do 2º ano na escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio. As questões 1 a 4, são respaldadas no **1º Objetivo específico:** Analisar como os professores percebem e expressam as dificuldades de aprendizagem de seus alunos. As questões 5 a 8, possui como base o **2º objetivo específico:** Descrever os desafios de aprendizagem encontradas nas na sala de 2º ano do Ensino Fundamental. As questões 9 a 12 ressalta investigações com relação ao **3º objetivo específico:** Identificar as estratégias de ensino utilizadas pelas professoras que contribuem com a aprendizagem dos alunos

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se **há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação. A numeração na coluna I corresponde ao número de questões e será utilizado para a aprovação de cada questão, o mesmo para a coluna II. As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou na observação. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA	OBJETIVO DA QUESTÃO					
	COERÊNCIA			CLAREZA		
ENTREVISTA PARA PROFESSORES	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
Questão 1. Qual é o ponto de partida do processo de alfabetização e letramento?						
Questão 2. Quais ações que um professor alfabetizador deve ter no início do ano letivo com a sua turma para que se possa desenvolver um trabalho voltado para o processo de alfabetização e letramento?						
Questão 3. Como e quais os caminhos para se ter uma alfabetização de qualidade na educação pública?						
Questão 4. Como um professor deve atuar levando em consideração toda essa diversidade da sala de aula?						
Questão 5. Quais os maiores desafios de aprendizagem encontrados pelos professores alfabetizados?						
Questão 6. Como você trabalha os desafios de aprendizagem encontrados em sala de aula?						
Questão 7. Quais as ações do município e da instituição escolar para minimizar o fracasso escolar?						
Questão 8. Que práticas pedagógicas poderiam favorecer a alfabetização e o letramento como processo indissociáveis e interdependentes?						
Questão 9. De acordo com a ideia de que a leitura implica compreensão, um aluno que seja somente capaz de decodificar as palavras, pode ser considerado alguém que realmente lê?						
Questão 10. Para você o que é alfabetização e letramento?						
Questão 11. Quais as atividades são desenvolvidas que estimulam a alfabetização e o processo de escrita?						
Questão 12. O que fazer para alfabetizar letrando?						

APÊNDICE E – Pedido de autorização para a pesquisa feito a Escola.



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Tianguá, 01 de outubro de 2022.

Prezado (a) Senhor (a), sou Mestrando da Universidade Autônoma de Assunção, Paraguai.

Estou desenvolvendo a dissertação de conclusão de curso, sob a orientação do professor Dr. José Antonio Torres González, intitulada os desafios da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento na Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio.

Considere este trabalho de suma importância pois o processo de alfabetização e letramento é condição necessária para a continuidade de escolarização em todas as áreas e todos os níveis de ensino.

O progresso nos estudos depende da aquisição de conhecimentos básicos, conhecimentos esses que são adquiridos nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Sem saber ler com compreensão, escrever corretamente e sem dominar conceitos básicos de matemática, a criança não conseguirá percorrer com êxito sua trajetória escolar nem terá igualdade de condições e de oportunidades para alcançar seu desenvolvimento pessoal e para contribuir com a sociedade.

Nesse sentido, **gostaria de contar com o apoio e colaboração desta conceituada instituição de ensino para realização da pesquisa de campo da referida investigação.**

A pesquisa consistirá em três distintas etapas: primeira etapa: observação participante, que será permitido visualizar os projetos existentes atualmente nessa instituição, permitirá também observar as práticas pedagógicas como também observar como funcionam as formações pedagógicas.

Segunda etapa: Entrevista com os professores e coordenadores e equipe, coletando informações mais detalhadas sobre os desafios do processo de alfabetização e letramento nas salas de 2º anos.

Na terceira etapa: Análise Documental: será analisado os documentos da escola, dentre eles: o PPP (Projeto Político Pedagógico), os currículos dos professores e os projetos educativos para um melhor aprofundamento sobre as formações docentes para a prática pedagógica envolvendo o processo de alfabetização e letramento.

A participação dessa instituição é de grande importância nessa investigação, a fim de que a partir dos resultados dessa pesquisa seja possível uma reflexão sobre o que tem sido feito acerca das práticas pedagógicas dos participantes. Desde já agradecemos a sua atenção e colaboração e nos colocamos a disposição para qualquer esclarecimento.

Cleudiana Lima da Cunha
Mestrando em Ciências da Educação

ANEXO A – Autorização da Escola para desenvolvimento da pesquisa.

E.E.I.F. Francisco Ordônio
"O Aluno em Primeiro Lugar"



Tianguá, 03 de novembro de 2022.

Em atendimento à solicitação da aluna de mestrado em Ciências da Educação da Universidade Autônoma de Assunção, por intermédio do professor José Antônio Torres, presidente do del Comité Científico de la Universidad Autónoma de Asunción, para a realização da pesquisa com discentes e docentes da Escola de Ensino Fundamental Francisco Ordônio, no dia 07.11.2022 autorizo sua realização nos termos previstos no Projeto de Pesquisa " Os desafios da Aprendizagem no Processo de Alfabetização e Letramento".

Ademais, sobre as solicitações de documentos/ informações autorizo e disponibilizo o Projeto Político Pedagógico, para consultas, além de autorizar a realização de registros fotográficos da estrutura física da escola, todas essas concessões serão com finalidade estritamente para a pesquisa.

Todas as atividades referentes à pesquisa deverão ser informadas a coordenação, e sendo necessário serão acompanhadas pelo seu coordenador ou por quem ele determinar.

Luciane Carvalho Cunha

Luciane Carvalho Cunha
Diretora Escolar
Portaria Nº 59/2021